

Fórum Funchal Notícias

2015-2018

Nelson Veríssimo

Universidade da Madeira

2019

Nelson Veríssimo

FÓRUM FUNCHAL NOTÍCIAS

A minha participação
2015-2018

Funchal
2019

© Nelson Veríssimo, 1955-
Fórum Funchal Notícias: a minha participação (2015-2018)
Funchal: Universidade da Madeira
Janeiro 2019
ISBN 978-989-8805-43-0

ÍNDICE

5	Nota de apresentação
7	Surdo, mas é dos olhos
9	Imposição ou convite no PS-Madeira: contributo para a história
12	A propósito do 6.º centenário do <i>descobrimento</i> e povoamento da Madeira: recuperar a memória: a Capela de São Paulo
14	A barricada
16	Para uma maior transparência nos apoios financeiros a projectos de interesse cultural
18	Seminário da Encarnação: até à ruína total?
21	Esculturas há muitas...!
23	Travessuras toponímicas
26	As esculturas <i>andam</i> ?
28	Classificação das levadas
30	Quinta da Piedade: até à ruína total?
33	Dia Internacional dos Monumentos e Sítios: o dia depois
35	A Liberdade
37	O 25 de Abril em Machico
40	Fátima
45	Levadas da Madeira: uma visão literária
47	Relógios de água
49	Memória e História
51	História do povo da Madeira no 25 de Abril
54	A água limpa e o poço sujo
56	Silêncio comprometedor
59	O fim do mundo rural?
62	Acerca do início das comemorações dos 600 anos do <i>descobrimento</i> do arquipélago da Madeira
65	A propósito de uma sondagem...
69	Parque Municipal do Monte
75	Derrota do PSD
78	A propósito do órgão novo da Sé do Funchal
80	Da <i>Festa</i> , as vésperas
82	O Forte de São João Baptista em Machico
85	Separar as águas
87	Fora de prazo
89	Machico: o <i>dia do concelho</i> em discussão
91	Três apontamentos sobre Património
93	O grude
95	A credibilização da política e das instituições

97	Mobilidade: o exemplo das Canárias
100	O contencioso da autonomia e a passadeira rosa
103	<i>Descobrimento</i> do Porto Santo
105	Passeio do Lido
108	Fazer ouvidos de mercador
110	Recolhimento do Bom Jesus: até à ruína total?
113	Três capelas: um destino?
117	Tradição inventada e História: a propósito das comemorações do <i>descobrimento</i> do Porto Santo
121	Do agastamento do Senhor Infante na ilha do Porto Santo
125	<i>Os Mistérios do Funchal</i>
129	Um registo de Nossa Senhora da Conceição
131	<i>O Descanso</i>
133	A Lamparina
137	Colaboração no Fórum <i>Funchal Notícias</i>

Nota de apresentação

Reúne-se, neste volume, a colaboração, entre 2015 e 2018, no painel *Fórum* do projecto jornalístico digital *Funchal Notícias*.

São artigos de opinião, ditados pelas circunstâncias da actualidade, crónicas sobre diversas temáticas e recensões. Expressam, sobretudo, a preocupação na salvaguarda do Património Cultural e da identidade da Região Autónoma da Madeira, no âmbito da cidadania activa. A maioria tem, naturalmente, a marca da História.

Procedeu-se a uma ligeira revisão de alguns textos, quanto à forma. Nalguns verificou-se a necessidade de completar informação, que é apresentada como nota.

A organização obedeceu à ordem cronológica de publicação, como se indica no final.

Agradecemos as sugestões e apoios recebidos, bem como as fotografias de Rui Marote que ilustraram alguns dos artigos do *Funchal Notícias*.

Ao jornalista Luís Rocha, nosso interlocutor no *Funchal Notícias*, expressamos particular agradecimento.

Surdo, mas é dos olhos

À primeira vista, este título é disparatado, pois, nem de propósito, são confundidos os órgãos dos sentidos.

Recolhi-o na farmácia, lugar onde, entre a espera e o balcão, flui a vida real. Histórias diversas, umas tristes, outras retratos cruéis, ali contadas sem recato, enquanto se avia a receita ou se pede um remédio adiantado, porque a data da consulta está distante ou nem sequer foi ainda confirmada.

Nesse dia, faltou papel à maquineta que dispensa as senhas numeradas para o atendimento. Então, os clientes concentraram-se junto à porta e vigiavam-se mutuamente, não fosse alguém desrespeitar a sua vez. De facto, aconteceu. Um casal, recém-chegado, fez-se desentendido, abeirou-se do balcão e, quando a ajudante de farmácia disse em baixa voz «quem está a seguir», logo um deles pediu o que desejava.

Como é natural, os protestos chegaram. A empregada pediu calma e, insistentemente, repetia que chamara pelo seguinte e que ninguém se havia aproximado. Os que esperavam retorquiam que nada tinham ouvido. Até que um deles, mais exaltado, insistiu nos seus direitos, gritando: «eu sou surdo mas é dos olhos».

Logo guardei a frase na memória até registá-la no bloco de notas. Na sua simplicidade, o homem queria apenas dizer que ouvia bem e, por certo, estava também atento. Mas o trocadilho entre a visão e a audição não é assim tão ingénuo.

Sentamo-nos frente ao televisor para assistir aos noticiários. Vemos e ouvimos. Há declarações que retemos. Algumas, pela frequência com que são debitadas, mais fortemente se fixam na memória. Passado algum tempo, os mesmos protagonistas dão o dito pelo não dito e asseveram que tais afirmações não foram suas, mesmo quando confrontados pelos jornalistas ou as gravações de arquivo.

Chamamos-lhe de vira-casacas. Poderíamos também dizer-lhes que «somos surdos mas é dos olhos». Contudo, o aparelho de televisão não lhes transmite os protestos do sofá.

Em Portugal, falta coerência ao discurso político, problema com consequências graves na opinião pública. A descrença política e a desconfiança nos partidos são fatais para o sistema democrático.

No entanto, esta questão do dizer hoje e desdizer amanhã torna-se mais grave quando se trata da palavra escrita. Neste caso, há sempre a possibilidade de conferir o que alguém escreve hoje com o que escreveu ou a imprensa reproduziu, sem desmentido, no passado.

Mudar de opinião é legítimo. Até é manifestação de inteligência. Agora tentar limpar o passado com um discurso lixívia no presente, já é caso para repetir aquelas sábias palavras do homem que na farmácia protestava por duvidarem da atenção que pusera no respeito da sua vez.

Imposição ou convite no PS-Madeira: contributo para a História

A escolha do cabeça-de-lista do Partido Socialista, para o círculo da Madeira, suscitou, como foi amplamente noticiado, alguma polémica. O líder nacional dos socialistas designou para esse lugar Bernardo Trindade. Logo o presidente do PS-Madeira manifestou forte discordância, por ainda não haver decisão dos órgãos competentes, sobre a matéria em causa. Bernardo Trindade acabou por, airoso, não aceitar o lugar que António Costa lhe ofereceu, abrindo, assim, caminho para que os socialistas madeirenses formassem a sua lista de candidatos, com aprovação regional e nacional. Mas António Costa não se saiu bem neste processo. Contra ele, pesa a visão centralista, ainda que o caso seja de índole partidária.

No meio desta embrulhada, foi publicamente lembrado um caso que remonta às eleições de 1976 para a Assembleia da República, quando Jorge Campinos encabeçou a lista pela Madeira. Duarte Caldeira veio então à liça para defender que não se tratou de uma imposição da direcção nacional ao PS-Madeira. No congresso dos socialistas madeirenses, em Junho passado, Caldeira negou qualquer pressão de Mário Soares para colocar Campinos na lista da Madeira às nacionais de 1976, garantindo ter havido intervenção da sua parte no convite ao cabeça de lista: «É falso, eu próprio é que fui a Lisboa convidar o Campinos», afirmou o militante socialista, do grupo dos fundadores do PS-Madeira («Não se trata de repisar, mas ... mais uma do PS que é... e não é!», in *Fénix do Atlântico*, 16-7-2015).

A opinião de se tratar de um convite do PS-Madeira e não de uma imposição dos órgãos nacionais do Partido foi logo contrariada por Ângelo Paulus. Este militante socialista, igualmente dos primeiros tempos da organização do partido na Madeira, afiançou a Luís Calisto: «É mentira, o Duarte Caldeira não convidou Campinos nenhum.» Acrescentou ainda: «O Soares é que impôs esse nome e nós aqui

tivemos de o meter na lista. O Duarte está errado. E diga mesmo que fui eu a dizer.» (*Fénix do Atlântico*, 16-7-2015). Mais tarde, quando por mim confrontado com esta questão, Ângelo Paulus reafirmou o que já havia dito.

Para compreender esta situação, e de certa forma verificar como as direcções nacionais de alguns partidos atuam em relação às periferias, impondo cabeças-de-lista não naturais dos círculos eleitorais e, por vezes, até ilustres desconhecidos, consulte a imprensa madeirense nos meses anteriores às legislativas de 1976.

A 6 de Março, chegaram ao Funchal, em campanha eleitoral, três membros do VI Governo Provisório (Walter Rosa, ministro da Indústria e Tecnologia, Manuel Ferreira de Lima, secretário de Estado da Administração Regional e Local, e Firmino Monteiro Rocha, subsecretário de Estado dos Seguros). Conjuntamente, vinham Miranda Calha, candidato a deputado por Portalegre, e Arnaldo Silva, membro da Comissão Técnica Eleitoral do PS.

No aeroporto do Funchal, realizou-se, nesse dia, uma conferência de imprensa para apresentação dos propósitos eleitorais dos socialistas e justificação da escolha do cabeça-de-lista pela Madeira, Jorge Campinos, ministro do Comércio Externo.

Interrogado pelo *Diário de Notícias* sobre a escolha de um cabeça-de-lista não natural da Madeira nem tão-pouco com residência nesta Região, Arnaldo Silva esclareceu «que foi intenção do PS colocar figuras nacionais em locais, onde possam, por afinidade dos cargos que desempenham, ser úteis à resolução dos problemas específicos de cada região.»

Na oportunidade, Duarte Caldeira, apoiante da candidatura de Jorge Campinos, justificou também ao *DN* a opção socialista nos seguintes termos:

Nós perguntamos muitas vezes quem é preferível estar na cabeça de lista: um madeirense que não tenha possibilidades de fazer nada pela sua terra ou uma pessoa de projecção nacional, como no caso concreto de Jorge Campinos que é ministro e pode fazer muita coisa pela Madeira?

O que será preferível para a nossa terra? Ultrapassar os interesses do nome aos interesses da região? Talvez seja preferível o desenvolvimento da própria região do que pôr um madeirense que não tenha possibilidades de nada fazer pela Madeira. E a verdade é que talvez dentro de breves dias se veja essa possibilidade demonstrada pelo próprio ministro, não só no aspecto do Turismo, como no Comércio Externo. (*Diário de Notícias*, Funchal, 7-3-1976)

Nas eleições legislativas de 1976, a escolha de Jorge Campinos para cabeça-de-lista pela Madeira foi, portanto, uma estratégia do PS, como assumiu Arnaldo Silva no Funchal. Preteriu-se um madeirense ou

porto-santense em favor de um ministro que tutelava o Turismo. Mas, para o comum dos eleitores da Região Autónoma da Madeira, Campinos era um desconhecido. Depois de eleito deputado, integrou o governo de Mário Soares como ministro sem pasta. Desconheço se fez alguma coisa em benefício do círculo que o elegeu, como esperava o PS-M.

Esta prática de candidaturas de não naturais ou sem residência no círculo eleitoral vem já do constitucionalismo monárquico. Nesse tempo, e ainda nos regimes seguintes, os distritos apanhavam com os candidatos que as direcções nacionais, por razões diversas, pensavam ser os melhores para determinados círculos. Por vezes, tinha-se apenas em consideração que o círculo oferecia garantia segura para a eleição. O candidato era desconhecido e mais ou menos ilustre. Contudo, os caciques mostravam-se fiéis aos chefes dos partidos e tratavam de mover influências em favor da almejada, quanto concertada, eleição.

Embora ainda se verifique no Continente a indicação de candidatos não naturais nem residentes para encabeçar listas nalguns círculos, valendo apenas o seu currículo, verdade é que, nas Regiões Autónomas, constitui, nos dias de hoje, conduta inaceitável. Como inadmissível, foi também querer impor um candidato independentemente da vontade da estrutura regional do partido.

O relacionamento entre o centro e a periferia atlântica ainda apresenta alguma conflitualidade, com implicações indeléveis no sistema autonómico.

A propósito do 6.º Centenário
do *Descobrimento* e Povoamento da Madeira:
recuperar a memória: a Capela de São Paulo

Ainda não se sabe como o Governo Regional assinalará o 6.º centenário do *descobrimento* da Madeira, nem em que data(s).

Sobre esta matéria já dei publicamente a minha opinião em 2015, com base nas fontes históricas disponíveis e na historiografia. Defendi, então, face ao facto de o arquipélago madeirense ser já conhecido e representado cartograficamente, antes da viagem de Zarco e Tristão, e atendendo à impossibilidade de, com exactidão, enunciar o ano da chegada dos portugueses a estas ilhas, que mais correcto se me afigurava comemorar o início do povoamento, ocorrido em 1420, segundo o cronista Gomes Eanes de Zurara.

Apesar de se tratar de uma celebração histórica, a verdade é que os políticos regionais, nas suas decisões e comissões, parecem valorizar pouco o papel e o trabalho dos historiadores. Contentam-se com a leitura, quiçá em diagonal, do *Elucidário Madeirense*, escrito para celebrar o 5.º centenário do *descobrimento* do nosso arquipélago, como se, desde então, e já lá vão quase 100 anos, mais nada se tivesse escrito sobre o assunto.

Já ouvi falar que pretendiam comemorar o *descobrimento* do Porto Santo em 1418 e o da Madeira no ano seguinte, seguindo a lição de Álvaro Rodrigues de Azevedo, de 1873. A ser verdade, não é somente ridículo, mas triste pela ignorância que encerra.

Independentemente de datas, por agora sempre simbólicas no caso em apreço, espero, todavia, que o programa, a ser delineado, não fique pelo efémero. Que sirva de exemplo a comemoração do 5.º centenário da criação da cidade do Funchal, onde, para além dos espectáculos e festejos, sem dúvida importantes em termos de

promoção e adesão da comunidade, houve um ambicioso programa editorial, que perpetuou a efeméride.

Assim, dei-me a pensar que, no âmbito do 6.º centenário da Madeira, seria pertinente incluir a recuperação de imóveis do património cultural que remontam aos primeiros tempos do povoamento do arquipélago e que, vergonhosamente, se encontram degradados ou arruinados. Restaurava-se o património arquitectónico, criava-se emprego e possibilitava-se a sua fruição aos interessados, madeirenses ou forasteiros. Reabilitava-se a memória de alguns lugares históricos, apesar das transformações ao longo do tempo.

Neste âmbito, ressalta a necessidade de recuperar a Capela de São Paulo e o imóvel adossado do lado nascente, ali quase no final da Rua da Carreira.

Esta capela teria sido mandada erguer por João Gonçalves Zarco, o primeiro capitão do donatário do arquipélago da Madeira, na capitania do Funchal. De início, o seu orago era São Pedro.

Junto à capela, foi instituído um hospital, o primeiro do Funchal, edificado em terreno doado por Zarco no ano de 1454. Funcionou durante 15 anos.

A freguesia de São Pedro, instituída em 1566, extinta em 1579 e restabelecida em 1587, teve a sua primeira sede na capela com a mesma invocação, e aí se manteve até à edificação da nova igreja, concluída pelos finais do século XVI.

Nos nossos dias, a Capela de São Paulo está encerrada ao culto, devido ao seu estado de degradação. Deixou de celebrar-se missa neste templo, em Junho de 2014. O edifício, que lhe está adossado do lado nascente, também se encontra em ruína, em parte devido às obras de construção da circular à cota 40. Já em 1996 se falava da necessidade de recuperar estes imóveis, tendo sido projectada a respectiva intervenção. Mas, apesar de classificada, desde 1940, como imóvel de interesse público do património cultural da Região Autónoma da Madeira, a capela vai arruinando-se, bem como a memória do primeiro hospital do Funchal.

A Barricada

Não se trata aqui de uma espécie de trincheira ou de um vulgar acto tresloucado de alguém que, com ou sem reféns, resolveu isolar-se, que, com ou sem armas ou explosivos, teima em fazer ouvir a sua voz irreverente, radical ou desesperada.

A barricada da nossa crónica é bem diversa. Não constitui estratégia militar nem posição extremista de alienado ou militante de uma qualquer organização marginal ou terrorista.

Não sei se é mais ou menos grave. Certo, é não ter cobertura mediática.

Esta barricada é de gente que se considera de alto gabarito. De gente que tudo fez para tomar o poder e, quando o alcançou, armou a paliçada com astúcia e meias-verdades, rodeou-se de colaboradores submissos e alguns bajuladores e tudo faz para sempre se manter no poder.

Na barricada, reina a intolerância, a vingança, o poder tentacular que tudo quer dominar e manipular.

Na barricada, domina o discurso fascizante de que enquanto «eu aqui estiver tu nunca levantarás cabeça».

E os da barricada julgam-se felizes, competentes, geniais, por infernizarem a vida dos outros.

Quando confrontados com a idoneidade e a imparcialidade do exterior, coisa que repugnam, mas a que irremediavelmente estão sujeitos, aí não têm outro remédio senão tentar esconder os seus pés de barro. Mas isso é como tapar o sol com a peneira. Fora da barricada, há transparência.

Descalços, mas sempre agarrados ao poder, não vêm o abismo que têm vindo a arquitectar. E, quando o mensageiro grita que o rei vai nu, tudo fazem para que ele sucumba. E, ao que não morre, aplica-se o velho ditado: «não mata, mas mói!»

As barricadas no seio das instituições são abcessos dolorosos, escaras da democracia. Mas pior do que a sua existência é a bênção que quem governa lhes dá, em nome de uma pretensa autonomia que serve de almofada à liderança.

Bem sei que nas instituições não habitam anjos nem tão-pouco são governadas por arcanjos. Todavia, em democracia, o líder devia garantir a (con)vivência democrática, combater a discriminação e a intolerância, respeitar a oposição, não permitir cortes de apaniguados, enfim expurgar da casa as barricadas que um bolorento corporativismo ainda teima em erguer.

Para uma maior transparência nos apoios financeiros a projectos de interesse cultural

A análise e avaliação de candidaturas de projectos de interesse cultural, bem como o respectivo acompanhamento técnico, não deveriam estar exclusivamente nas mãos dos funcionários da casa que concede o apoio financeiro. A imprescindível transparência e a necessária objectividade beneficiariam com avaliadores externos, principalmente, quando se trata de dinheiro público. Além disso, a visão de quem não está vinculado à Direcção Regional da Cultura contribuiria, por certo, para uma escolha diversificada e plural, livre da satisfação de clientelas.

Recentemente foi nomeada a Comissão de Análise e Acompanhamento para o ano de 2017, no âmbito do regulamento de atribuição de apoios financeiros a projectos de interesse cultural, por despacho conjunto dos secretários regionais das Finanças e da Administração Pública e da Economia, Turismo e Cultura. Todos os membros efectivos e suplentes desta Comissão pertencem às Direcções Regionais da Cultura (4) e do Turismo (1).

Não cabe aqui qualquer apreciação crítica sobre o currículo dos técnicos desta Comissão. Apenas se regista, como factor negativo, a inexistência de elementos externos.

O Decreto Legislativo Regional n.º 25/99/M, de 27 de Agosto, veio estabelecer «o sistema de enquadramento e definição legal dos apoios financeiros a projectos de interesse cultural ou de promoção e animação turísticas.»

No seu preâmbulo, ficou consignado que «a concessão de tais apoios financeiros deve estar sujeita a critérios de atribuição claros e precisos». Assim «impõe-se estabelecer um regime legal englobante que, de forma criteriosa e objectiva, promova e incentive a produção cultural e a promoção e animação turísticas.»

O artigo 9.º do mesmo diploma determinou a formação de uma comissão de análise e acompanhamento a nomear, para cada sector, em cada ano, por despacho conjunto dos secretários regionais da tutela, para analisar e seleccionar os respectivos processos de candidatura e propor superiormente a aprovação dos projectos considerados mais necessários ou relevantes para a RAM.

A Portaria n.º 79/2001, de 17 de Julho, aprovou o Regulamento de Atribuição de Apoio Financeiro a Projectos de Interesse Cultural, com uma comissão de análise e acompanhamento das candidaturas ao financiamento, constituída por um presidente, dois vogais e dois suplentes.

A Portaria n.º 130/2006, de 2 de Novembro, alterou a anterior, introduzindo o período de apresentação das candidaturas: entre os dias 15 e 30 de Novembro do ano imediatamente anterior ao do início da execução dos projectos.

Parece, pois, que no quadro legal vigente nada obsta a entrada de elementos externos para a dita Comissão. Trata-se apenas de uma decisão política que, a ser tomada, poderia trazer transparência e diversidade à concessão de apoio financeiro aos empreendimentos culturais.

A talhe de foice, diga-se que o mesmo procedimento deveria ser adoptado na política de aquisições por parte de algumas entidades públicas. A compra, por exemplo, de um bem móvel para um museu ou para outro qualquer acervo da Região não pode depender apenas e exclusivamente do gosto e da opção de um indivíduo, a que se junta a indispensável assinatura da tutela. Trata-se de dinheiro dos contribuintes. Todo o procedimento, por conseguinte, carece da maior transparência, e a sociedade também pode e deve dar o seu contributo neste domínio.

Seminário da Encarnação: até à ruína total?

Apesar dos muitos alertas, o antigo Seminário da Encarnação continua votado ao abandono pela Diocese do Funchal. A degradação acentua-se dia após dia. A Igreja não trata do edifício, não apresenta publicamente um projecto para a sua recuperação e parece também não o querer vender. Devoluto, desprotegido, desprezado, danificado, o antigo Seminário caminha para a ruína. Entretanto, constitui uma zona de risco, susceptível de ser afectada por um incêndio, com elevadas possibilidades de propagação urbana. Para além do muito combustível ali existente, a proliferação de ratos no logradouro constitui uma ameaça à saúde pública.

Em 1905, o Estado Português cedeu provisoriamente, à Diocese do Funchal, o extinto Convento de Nossa Senhora da Encarnação, para ali ser instituído o novo seminário diocesano. O bispo D. Manuel Agostinho Barreto (1835-1911) mandou demolir o antigo convento, sem que o decreto de concessão lhe desse tal prerrogativa. Foram conservadas, apenas, a capela, de traça manuelina, e a «casa do coro».

Construiu-se, então, um novo edifício, com apoio financeiro do Estado e da Igreja e doações particulares, que ficou concluído em 1909, tendo-se iniciado as aulas do seminário em Outubro desse ano.

Com a promulgação da Lei de Separação das Igrejas do Estado, de 20 de Abril de 1911, o seminário do Funchal foi extinto.

Em 1913, a Diocese arrendou este edifício à Junta Geral do Distrito, por uma verba anual de 500 escudos, para instalação de uma Escola de Utilidades e Belas-Artes, que aqui funcionou até 1918. Encerrado este estabelecimento de ensino em Setembro, a Junta devolveu o extinto seminário à Diocese. Mas, em Agosto de 1919, este edifício e respectivos terrenos anexos foram concedidos, a título definitivo, à Junta Geral, que o havia requisitado ao Governo Central, para instalação da sua sede e serviços dispersos por prédios arrendados.

Durante a Ditadura Militar, o prédio da Encarnação foi cedido novamente à Diocese, pelo Decreto-Lei n.º 13 514, de 25 de Abril de 1927, o que suscitou a firme oposição da Junta Geral do Distrito.

Somente em 1933, a Junta saiu do edifício da Encarnação para ocupar as instalações da antiga Santa Casa da Misericórdia no centro do Funchal, depondo então, nas mãos do governador civil, a posse daquele prédio. E, em Outubro desse ano, voltou a funcionar ali o seminário.

Até 1958 foi o único seminário da diocese do Funchal. A partir deste ano, passaram a existir dois seminários: o Maior, na Rua do Jasmineiro, e o Menor, na Encarnação.

O bispo D. Francisco Santana (1924-1982), em 1974, encerrou o Seminário Menor, com a intenção de criar ali um Centro Pastoral Diocesano.

No ano da «Revolução dos Cravos», o «casarão verde» foi ocupado pelos estudantes liceais, face à falta de instalações para o elevado número de alunos matriculados no ano lectivo de 1974-75, no Liceu Nacional do Funchal. Nos finais de Outubro, as aulas ainda não se tinham iniciado, tendo a Comissão de Gestão comunicado publicamente que não havia salas suficientes.

Já anteriormente, Rui Vieira, em nome da Junta Geral, Carlos Azeredo, por parte do Movimento das Forças Armadas, e o governador civil, Fernando Rebelo, tinham tentado negociar, com a Diocese, o arrendamento do Seminário da Encarnação, que estava vago. Mas o bispo, o Conselho de Administração da Diocese e o Cabido opuseram-se. O Colégio de Santa Teresinha havia também recusado a cedência de salas ao Liceu.

Após a ocupação do antigo seminário, em 30 de Outubro, a Diocese arrendou o edifício para estabelecimento de ensino, tendo posteriormente sido ali instalada a Escola Preparatória Bartolomeu Perestrelo. Durante três décadas, esta renda constituiu importante receita para o bispado funchalense.

Em 2005, o imóvel foi entregue à Diocese, sem que a proprietária lhe desse uso. A falta de iniciativa da Igreja condenou-o à ruína.

É incrível que, nestes anos, nunca se tivesse esboçado publicamente uma ideia capaz de concitar apoios da União Europeia ou do Governo Regional da Madeira para a salvaguarda do edifício.

Entretanto, o antigo seminário da Encarnação apodrece, constituindo um «ponto de risco» da cidade do Funchal.

Aquando do congresso comemorativo do Quinto Centenário da Diocese do Funchal, no debate que se seguiu à sessão, onde o cônego José Fiel de Sousa apresentou uma comunicação intitulada «O seminário e a formação do clero», alguém da assistência, ex-membro da

Acção Católica, sugeriu que o velho casarão da Rua de Santa Luzia se transformasse num centro de acolhimento para os sem-abrigo da nossa cidade. Contudo, esta ideia nem discutida foi. Um enorme silêncio encobriu-a.

Na citada comunicação, o cônego Fiel de Sousa, vigário geral da diocese, após mencionar a bem visível degradação do seminário, reflecte: «Neste momento, amarrados por ser um edificio classificado e com os planos directores da Câmara Municipal, será necessário fazer uma revolução de ideias para que este edificio seja ocupado e funcione com o selo da eternidade.»

Ora bem, pondo de lado o devaneio de circunstância, diga-se que, mais do que uma «revolução de ideias», a Diocese precisa de ter uma ideia. Quanto ao funcionamento com o «selo da eternidade», o bom senso, despretensiosamente, recomenda intervenção urgente, antes da ruína total. O selo que se impõe é de dinamismo, não da eternidade.

Mas a Diocese parece não pensar assim. Recorde-se que, em 10 de Setembro de 2013, o padre Marcos Gonçalves, responsável pelo Gabinete de Informação do Paço Episcopal, afirmou, ao *Diário de Notícias*: «Não há pressas. Vai depender das possibilidades, necessidades e objectivos pastorais da Diocese do Funchal e das oportunidades que possam surgir. A Igreja tem toda a eternidade». Aguardava então a Igreja, segundo referiu, pelo plano de urbanização daquela zona.

A Igreja poderá contar com toda a eternidade. Trata-se de uma questão do domínio da fé. Mas o património arquitectónico, que detém, não subsiste sem obras de manutenção, arejamento e utilização.

A Diocese deve, por conseguinte, pôr ponto final na hesitação ou indolência, no constante adiamento, e tomar uma decisão, que, inevitavelmente, terá de passar pela recuperação do edificio e a sua reutilização, ou a venda. A indecisão só faz aumentar o processo de degradação do secular Seminário da Encarnação, o que tem vindo a acontecer desde 2005.

Esculturas há muitas...!

Na Madeira, existe abundante escultura nas praças, rotundas, largos, ruas, jardins e recantos. Há excelentes peças escultóricas, mas também um significativo número sem qualidade estética para ocupar o espaço público. Por outro lado, algumas não se adequam ao sítio onde foram colocadas.

Importa, por conseguinte, repensar a arte pública na Região. Questão ainda mais pertinente quando envolve o dinheiro dos contribuintes.

O concelho do Porto do Moniz prepara-se para, em breve, exhibir uma escultura alusiva ao combatente na guerra colonial, homenageando, em particular, os munícipes que cumpriram missões no Ultramar.

Se se trata de encomenda directa ao escultor que, no entender da Câmara Municipal, reunia melhores condições para executar tal projecto, parece-me que teria sido mais vantajoso um concurso público, isto independentemente do currículo do artista em causa.

Durante vários anos, foi sempre contratado Ricardo Velosa para as esculturas que o Governo Regional, autarquias e outras organizações próximas do PSD pretendiam promover. Até se chegou a falar no «escultor oficial» da dita «Madeira Nova». Recorde-se, entre outros, os seguintes exemplos: Autonomia (1987); Sereia (1989); Turista (1989); Sá Carneiro (1990); D. Francisco Santana (1991); Revolta da Madeira (1991); Carreiro do Monte (1992); Júlio Dinis (1993); homenagem aos que colaboraram no desenvolvimento do sector da construção civil e obras públicas nos últimos anos na RAM, o popular “Enforcado” (2004).

Registe-se que a escultura alusiva à Revolta da Madeira foi objecto de concurso público, tendo o júri, para o efeito nomeado, atribuído o primeiro prémio ao projecto do escultor José Manuel da Silva Gomes. No entanto, o Governo Regional desautorizou o júri e aprovou o de Ricardo Velosa, que não fora seleccionado.

Se, nos finais dos anos oitenta do século passado, não foi respeitada a deliberação de um júri de um concurso público, fazendo o

Governo Regional, através de uma ardilosa alínea do respectivo regulamento, valer a sua opção, não sei se estética ou de outra natureza, em pleno século XXI, parece ainda não constituir prática um processo selectivo para peças escultóricas no espaço público.

Assim tudo aparenta depender da vontade de quem manda e paga. Seria procedimento indiscutível caso a encomenda fosse de um particular e se destinasse a espaço privado. Tratando-se de espaço público e verbas do erário, o questionamento tem toda a razão de ser.

Por agora, interessa somente o assunto das esculturas em espaço público. Não o seu custo. Independentemente de tudo o mais, reconheça-se o direito de alguém não gostar da conspurcação da paisagem com esculturas de má qualidade e de publicamente manifestar indignação.

Os autores dessas «infelicidades» sentem-se satisfeitos ao realizá-las e, por vezes, contentes ao oferecê-las à freguesia ou concelho. Pois bem, continuem o seu passatempo ou terapia, mas coloquem o fruto do seu «talento» nas suas casas e, de preferência, sem vista do exterior.

Os largos e as rotundas ficam mais bem ornamentados com um bonito e cuidado jardim do que com uns arremedos escultóricos.

A propósito de rotundas, refira-se a de São Martinho, frente ao cemitério de Nossa Senhora das Angústias, onde insensatamente foi colocado, já há alguns anos, o busto do padre Eleutério Caldeira (1913-1964).

Manda o bom senso e a educação visual que uma escultura, numa rotunda, tenha leitura de todos os ângulos, o que um busto, obviamente, não possibilita.

Já que falamos nesta freguesia, recorde-se o insólito projecto de uma escultura dedicada a São Martinho, cuja maqueta, da autoria de Ricardo Velosa, esteve exposta na Igreja e na Junta de Freguesia há cerca de dois anos, tendo em vista a angariação de fundos para a sua execução. Trata-se de uma iniciativa de um grupo de cidadãos. Agora imagine-se que cada freguesia resolvesse erguer uma estátua do seu orago...! No tempo actual, julgo que luxos desta natureza são perfeitamente dispensáveis, principalmente quando a escultura do santo, que o templo abriga, é de qualidade superior à escultura pretendida.

A arte nos espaços de livre acesso merece discussão pública. Não deve depender, exclusivamente, do gosto de autarcas e governantes.

Na verdade, as manifestações de arte pública contribuem para o embelezamento urbanístico, mas constituem também um indicador do grau civilizacional e poderão concorrer para a afirmação da identidade cultural.

Travessuras toponímicas

Uma alteração toponímica raramente se justifica. Se as ruas, avenidas, praças, largos, becos ou travessas têm nomes, comumente aceites, não faz sentido alterá-los. Dificilmente, uma nova denominação será popularmente reconhecida, se alheia à memória do lugar. Além disso, implica transtornos para os residentes. Há vários casos em que prevalece o nome popular ou tradicional em detrimento da inscrição na placa toponímica.

A nossa relação com um lugar passa também pela toponímia. O nome da artéria ou do sítio faz parte da nossa identidade. Constitui referência cultural, que importa descobrir e valorizar.

Antigamente, os topónimos nasciam da espontaneidade popular, gerada, por exemplo, nas relações de proximidade com moradias, estabelecimentos de notáveis, igrejas e capelas, instituições ou equipamentos urbanos... Assim temos: Rua do Esmeraldo, Beco do Gerardo, Rua de São Pedro, Rua da Alfândega, Largo do Corpo Santo, Rua do Frigorífico, Largo do Poço, Travessa do Forno, Largo do Pelourinho...

Na actualidade, as designações toponímicas resultam de deliberações municipais, de acordo com as motivações dos titulares dos órgãos autárquicos ou decorrentes de iniciativas de cidadãos. Na maioria dos municípios da Região, não há comissões de toponímia, o que faz com que a iniciativa, neste domínio, resulte quase exclusivamente da vontade do executivo camarário. Inexiste também documentação disponível em linha sobre toponímia, para além de mapas.

Em 6 de Dezembro de 2016, o presidente da Câmara Municipal do Funchal apresentou uma proposta de deliberação no sentido de atribuir os topónimos «Rua Henrique José de Sousa Machado» ao troço com início no cruzamento da Calçada do Pico, Beco do Amaro, Rua dos Frias e Caminho da Achada e termo na Rua do Paiol, e «Rua Alberto

Sena Mendes», ao troço compreendido entre o actual Beco do Paiol e a Travessa do Paiol.

Justificou tal proposta com a solicitação conjunta que lhe tinha sido dirigida pelo representante da República para a Região Autónoma da Madeira e pelo comandante operacional e da Zona Militar da Madeira, com o objectivo da Câmara Municipal do Funchal perpetuar, da forma que considerasse mais adequada, as memórias destes dois militares madeirenses, naturais da freguesia de São Pedro, falecidos em combate na Grande Guerra.

Achou o presidente da edilidade funchalense de prestar reconhecimento e homenagem àqueles cidadãos através da toponímia, tendo em atenção a informação da Divisão de Fiscalização Municipal e o parecer favorável da Junta de Freguesia de São Pedro.

De acordo com a acta da referida sessão da Câmara (n.º 43/16), o vereador Bruno Pereira, do PSD, questionou se se tratavam de novos arruamentos ou de renomeação. Esclareceu então o vereador Miguel Gouveia, da Mudança, que eram novos arruamentos. Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.

Ora, quem conhece o Funchal, sabe muito bem que «o troço com início no cruzamento da Calçada do Pico, Beco do Amaro, Rua dos Frias e Caminho da Achada» não é um novo arruamento. Com uma simples e rápida consulta aos mapas do Google ou de outra qualquer aplicação, os vereadores, que desconhecem esta zona da cidade, teriam obtido cabal esclarecimento. Trata-se, na verdade, do Beco do Paiol, que existe há quase dois séculos.

Nesta zona, inaugurou-se, de facto, um novo arruamento com a extensão de 270 m, em 18 de Novembro de 2015: a ligação do Beco do Paiol à Rua do Paiol.

O Beco do Paiol, como o próprio topónimo indica, conduzia ao Paiol, construído nos anos vinte do século XIX e concluído em 1825. Era o acesso utilizado pelos militares, principalmente os da Fortaleza do Pico, quando se deslocavam ao armazém da pólvora.

A Câmara do Funchal entendeu dar-lhe agora a denominação de Rua Henrique José de Sousa Machado. Já lá se encontra a placa toponímica, debaixo da antiga, agora ilegível por desleixo do município.

Em meu entender, esta deliberação camarária de renomear o Beco do Paiol constitui um erro. Assim, a Câmara mata a toponímia falante. O novo topónimo nada diz sobre a história do lugar. É verdade que, naquela área, permanecem a Rua do Paiol, a Travessa do Paiol e um estreito Beco do Paiol. Mas aquele que era o caminho para o Paiol, baptizado com o nome de Henrique José de Sousa Machado, perdeu o significado histórico.

Parece que a Rua Alberto Sena Mendes, também decidida na reunião de 6 de Dezembro passado, não se concretizará no troço compreendido entre o actual Beco do Paiol e a Travessa do Paiol, devido aos protestos dos moradores, conforme Rui Marote escreveu no *Funchal Notícias*.

Decisão acertada seria repensar a homenagem, na toponímia do Funchal, ao tenente Henrique José de Sousa Machado e ao segundo sargento Alberto Sena Mendes, e enquadrá-la no conjunto de tantas outras personalidades ilustres, certamente inventariadas pela autarquia, que mereciam ter nome numa rua ou praça do concelho.

A toponímia faz parte do património cultural. Ajuda a conservar a memória dos lugares. Alterar topónimos não é uma prática recomendável, principalmente quando as antigas designações contam histórias.

As esculturas *andam*?

A «Sereia» da marina do Funchal poderá vir a ser deslocada para a Praça do Povo (*Funchal Notícias*, 13-03-2017). O bronze de Ricardo Velosa já lá está há cerca de vinte e oito anos, bem assente sobre um bloco de cantaria rija. Cansada daquelas vistas, a «Sereia», segundo se diz, anseia por outros horizontes.

Se ocorrer tal mudança, será apenas mais uma das muitas andanças das esculturas do Funchal. Senão, vejamos.

No Cemitério de Nossa Senhora das Angústias, o «Anjo» veio do antigo cemitério, com a mesma denominação, que se localizava onde hoje é o Parque de Santa Catarina. De igual proveniência é também o «Monumento aos mortos na manhã de 3 de Dezembro de 1916», que se encontra à entrada do cemitério de São Martinho. Ambas as esculturas são da autoria de Francisco Franco.

Os bustos do conde de Canavial e de João Fernandes Vieira foram, de início, colocados na Avenida Arriaga. Ambos mudaram de lugar em Dezembro de 1932. O primeiro para o Campo da Barca e o segundo para o Jardim Municipal.

Em 1941, a «Leda e o Cisne» veio do Mercado D. Pedro V para o átrio da Câmara Municipal do Funchal, onde ainda hoje poderá ser visitada.

O «Semeador», de Francisco Franco, foi inaugurado na Praça de Tenerife em Dezembro de 1936. Quase trinta anos depois, passou para a entrada do edifício da Junta Geral, na Avenida Zarco. Em 1989, seguiu para o Parque de Santa Catarina e, nos dias de hoje, está num jardim da Câmara Municipal do Funchal, junto à Rua Padre Gonçalves da Câmara. Como a actual localização em nada dignifica esta belíssima escultura, provavelmente também será um dia transferida para um sítio mais adequado.

Duas outras esculturas de Franco também se deslocaram. O «Aviador», em homenagem a Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que, em

1921, realizaram, com sucesso, a primeira travessia aérea entre Lisboa e a Madeira, estava no Jardim Municipal e transitou para o Parque de Santa Catarina. O busto de Henrique Vieira de Castro deixou o Hospital dos Marmeleiros e encontra-se no Museu Henrique e Francisco Franco.

A alegoria à Autonomia da Madeira, de Ricardo Velosa, inaugurada em 1987 junto ao Aeroporto de Santa Catarina, em Santa Cruz, foi transferida em 1990 para a Praça da Autonomia, no Funchal. As obras de junção das fozes das ribeiras de Santa Luzia e João Gomes implicaram o seu apeamento.

O monumento à Revolta da Madeira, do mesmo escultor, deixou a Estrada da Liberdade, na zona de São Martinho, e veio para o Largo Charles, conde de Lambert.

A escultura alegórica à Paz e Liberdade, de Manuela Aranha, esteve provisoriamente na Avenida do Mar, sendo, dois anos depois, deslocada para o Largo da Paz, no início da Rua Dr. Pita.

A estátua do papa João Paulo II, de Lagoa Henriques, foi inaugurada em 1995 na Rua António José de Almeida. Presentemente está no adro da Sé do Funchal. Mas a mudança de local nada adiantou. A desproporção intencional da mão direita exige um plinto mais alto, o que não é possível nem adequado junto à catedral.

A escultura de Anjos Teixeira, alusiva ao transporte do vinho através de uma corsa, colocada em 1994 na Avenida Calouste Gulbenkian, foi removida, depois da aluvião de 20 de Fevereiro de 2010, para o Largo da Feira, nas imediações do Mercado dos Lavradores.

Mais recentemente, transferiu-se o monumento de homenagem ao combatente madeirense no Ultramar, da mata da Nazaré, para junto da entrada do Regimento de Guarnição n.º 3, na Rua dos Estados Unidos da América.

Igualmente, a estátua de Cristiano Ronaldo, inaugurada em 21 de Dezembro de 2014, transitou, nos finais de Março de 2016, da Avenida Sá Carneiro para o átrio do museu do futebolista na Praça do Mar.

Haveria mais, mas, por agora, ficam estes exemplos para ilustrar a «dança das esculturas» no Funchal. Algumas mudaram de local com benefícios para o observador e, naturalmente, para a arte pública. Outras nem por isso. Algumas transferências foram inevitáveis, face à evolução da malha urbana. Outras não.

Melhor seria ponderar o lugar, antes da aquisição. Até porque o escultor, no seu acto criativo, tem também em mente o espaço para o qual se destina a sua obra.

Uma certeza, porém, nos resta: todas as deslocações têm custos. De modo que convém pensar um pouco na altura certa. Por outras palavras: impõe-se o planeamento urbano.

Classificação das levadas

A Assembleia da República aprovou por unanimidade, em 6 de Fevereiro de 2015, um projecto de resolução, apresentado pelo Partido Ecológico «Os Verdes», que recomendava ao Governo o apoio à candidatura das levadas da ilha da Madeira a Património da Humanidade, junto da UNESCO.

A Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais assumiu a tarefa de elaboração da proposta de candidatura e anunciou, na imprensa, a data prevista para a sua conclusão. Por certo, o processo está em curso. Contudo, quase nada veio a público sobre este assunto.

Uma classificação desta natureza deveria, porém, envolver a população e não surgir apenas como deliberação de cima para baixo dos órgãos de governo.

Quando a comunidade está informada e participa numa candidatura de classificação do património cultural, avocando o projecto como seu, o bem a salvaguardar revela a marca da identidade regional e, no futuro, estará mais protegido, pelos laços de afecto que suscita.

Classificar as levadas não é classificar canais que transportam água. À volta das levadas, há história, leis, iconografia, textos literários, património natural, imóvel (casas da água e dos levadeiros, relógios de água...), móvel (instrumentos ou utensílios usados na construção e manutenção) e imaterial (lendas, vocabulário, tradições, saberes e técnicas ou práticas ancestrais...). Há problemáticas geológicas, hidráulicas, silvícolas e ecológicas.

Uma classificação suscita questões do domínio da propriedade e do direito consuetudinário. Implica condicionamentos nas zonas envolventes. Restrições que precisam de ser explicadas ao povo e por ele compreendidas.

Outra questão diz respeito ao estado de algumas levadas que se apresentam muito alteradas ou, melhor, adulteradas por intervenções

pouco felizes, principalmente após as frequentes derrocadas, quando o tempo urge e os princípios de salvaguarda do património são postos de parte.

Levanta-se, por conseguinte, a dúvida se se devem classificar apenas algumas levadas, as principais ou as que apresentam características tradicionais, ou todo o sistema de irrigação, canais principais e secundários. Como chegar a um critério de classificação consensual e adequado à realidade regional?

Por outro lado, hoje é indiscutível o valor das levadas para o Turismo. A levada deixou de ser apenas um canal que conduz água para consumo doméstico, regadio ou para produção de energia eléctrica.

Uma classificação terá, como é lógico, grandes repercussões nesta área vital da economia da Região Autónoma da Madeira. Implica mais e melhor informação, obras de recuperação e conservação, segurança nos percursos. Investimento de capital com possível retorno a médio ou longo prazo.

Destas e de outras questões sobre a classificação das levadas não se pode manter afastado o madeirense. Há, pois, que romper com o secretismo e promover acções que envolvam a população num projecto ambicioso e, por natureza, interdisciplinar, a condizer com a grandiosidade das levadas, nascidas das necessidades do quotidiano, mas que o culto e o fascínio pela paisagem, e a motivação para a sua descoberta, trouxeram outros desígnios a essa obra secular da cultura madeirense.

Quinta da Piedade: até à ruína total?

Abandonada, a Quinta da Piedade, no Jardim do Mar, caminha para a ruína. O Governo Regional adquiriu o imóvel classificado na primeira década deste século, mas não lhe deu uso nem trata da sua conservação. Os telhados estão danificados, as paredes apresentam grandes fissuras e muitas vidraças acham-se partidas. O matagal invade a propriedade. Parece que o solar terá em breve o mesmo destino do velho engenho que, vizinho do cemitério, agoniza destruído.

Quando o Governo Regional planeia investir no seu restauro, certamente tomará consciência da degradação provocada pela falta de arejamento e de cuidados básicos, bem como pelas infiltrações pluviais, nestes últimos anos.

A situação é recorrente. Expropria-se, compra-se ou recebe-se por doação. Deixa-se depois o imóvel abandonado vários anos. Finalmente, pensa-se em restaurar. Surge então um «iluminado» que pretende a demolição por razões de segurança. Poucas vezes, o «iluminado» não consegue arrancar o caterpillar. Vem então um mau projecto de recuperação que descaracteriza o edifício. Moral da História: o património ficou mais pobre.

É para evitar mais perdas que temos vindo a abordar a situação de imóveis do nosso património cultural votados ao abandono e arruinados.

A política de preservação do Património Cultural não se pode limitar a conferências, exposições e visitas orientadas, por muito importantes que sejam as acções de sensibilização e divulgação. Urge investir no restauro ou recuperação, e não só nos monumentos nacionais.

A Quinta da Piedade ou Solar de Nossa Senhora da Piedade é uma vetusta casa senhorial com capela adossada, que se distingue na paisagem pela sua volumetria e cor. Importante memória do lugar, com

raízes nos tempos do povoamento, serviu de residência dos últimos morgados do Jardim do Mar, vínculo instituído no século XVI.

Foi classificada, em 1977, como imóvel com interesse municipal do Património Cultural da Região Autónoma da Madeira. A 1.^a revisão do Plano Director Municipal da Calheta, publicada em 16 de Janeiro de 2013, reconheceu este imóvel como bem cultural no âmbito do património edificado.

A escritora Luzia (1875-1945) viveu no Solar de Nossa Senhora da Piedade, deixando registo da sua estada no Jardim do Mar em *Almas e terras por onde eu passei* (1936). Luzia fora casada com Francisco João de Vasconcelos do Couto Cardoso (1870-1928), filho do último morgado do Jardim do Mar.

Ultimamente, o solar estava na posse dos herdeiros de Francisco João de Vasconcelos do Couto Cardoso (1918-1993), tendo estes retirado dali o respectivo recheio no início do mês de Janeiro de 2009.

Com a expropriação, o Governo Regional pretendia instalar, na Quinta da Piedade, um centro comunitário, o que não se efectivou.

Em 12 de Junho de 2015, a deputada Sofia Canha, reconhecendo o avançado estado de degradação deste edifício classificado, requereu informação ao secretário regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus, no sentido de apurar se havia «alguma perspetiva concreta da parte do Governo para recuperar o edifício e potenciar a sua utilização, na perspetiva do bem comum e de valorização do património».

Desconhecemos se esta questão obteve resposta e qual o seu teor.

No entanto, o que temos vindo a observar é a progressiva ruína de um edifício classificado, na posse do Governo Regional da Madeira.

O Património votado ao abandonado, por aqueles que deveriam ser os primeiros na sua defesa e valorização, mancha a paisagem do Jardim do Mar, freguesia aprazível que tantas atenções desperta a quem gosta de um recanto singular da Natureza e que sugeriu expressiva e poética imagem a Alberto Artur Sarmiento (1878-1953):

Debruçado numa prateleira de alto e fundo recosto, alinda-se, mirando o espelho das águas – o Jardim do Mar.

(*Freguesias da Madeira*, 1953, p. 85)

Nota:

Por amabilidade da Senhora Deputada Sofia Canha, a quem agradecemos, tivemos conhecimento do ofício do Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus, de 29 de Junho de 2015, em resposta ao seu requerimento, no qual se alegava o seguinte:

A Quinta de Nossa Senhora da Piedade fora sujeita a duas expropriações: a primeira (mais pequena) destinada à obra de construção de um estacionamento e de um arruamento; a segunda, da parte restante da propriedade, efectuada para a construção do Centro de Dia para a Terceira Idade do Jardim do Mar, «obra que não avançou por questões financeiras»; o segundo processo de expropriação encontrava-se em Tribunal, em fase de peritagem, devido a recurso dos proprietários. Mais se informava que o Governo Regional tinha indicações que a conclusão do processo estaria para breve, «encontrando-se a diligenciar alternativas de utilização para o espaço.»

Dia Internacional dos Monumentos e Sítios: o dia depois

Comemora-se anualmente o «Dia Internacional dos Monumentos e Sítios» com a finalidade de promover e valorizar o Património Cultural. Ocorreu em 18 de Abril, subordinado ao tema «Património Cultural e Turismo Sustentável».

A data foi instituída em 1982 pelo ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios) e aprovada pela UNESCO no ano seguinte.

É habitual organizarem-se, neste dia, visitas e exposições com entradas gratuitas aos monumentos e sítios.

Fica assim o dia assinalado, e os nossos meios de comunicação social dão conta da efeméride com imagens bonitas do Património Cultural Português. Quem participou das muitas iniciativas teve, por certo, uma experiência enriquecedora do ponto de vista cultural e cívico. Provavelmente esses visitantes, porque mais bem informados, tornar-se-ão defensores do património. Poderão até vir a divulgar, no seu meio familiar ou social, o que observaram e aprenderam, despertando a curiosidade e o interesse de outras pessoas para as questões da preservação e fruição do Património Cultural. Isto se os eventos programados conseguirem cativar um público que habitualmente não visita museus nem monumentos. Se, pelo contrário, os participantes são já frequentadores daqueles espaços culturais, os denominados «habitués», o efeito pedagógico resume-se a uma agradável revisão de conhecimentos e comportamentos numa espécie de convívio social.

Acresce que os eventos programados limitam-se, quase exclusivamente, a dar a conhecer museus, monumentos e sítios bem conservados, já enquadrados em roteiros culturais e com numerosas visitas ao longo do ano.

Este dia deveria, no entanto, servir também para a tomada de consciência da necessidade de conservação e protecção de bens

culturais, alguns até classificados, que se encontram degradados ou arruinados.

Vários exemplos da Região Autónoma da Madeira têm sido denunciados publicamente. Contudo, as autoridades regionais fazem de conta que a conversa não lhes diz respeito, acreditando que o que hoje aparece como notícia escandalosa amanhã já estará esquecido.

Pois, no dia seguinte à comemoração, convém lembrar, a título de exemplo e não de inventário, alguns bens classificados da Região Autónoma da Madeira que precisam de intervenções urgentes: Quinta do Monte, Recolhimento do Bom Jesus, Seminário da Encarnação, Capela de São Paulo, Capela da Nazaré, Museu Vicentes, Torre do Capitão (Funchal); Quinta da Piedade, Capela dos Reis Magos (Calheta); Forte de São João Baptista ou do desembarcadouro, Capela de São Roque (Machico); Casa dos Freitas da Madalena (Ponta do Sol); Conjunto dos Reis Magos (Santa Cruz); Solar do Aposento (São Vicente). A merecer especial atenção, e na certeza de que o seu desaparecimento seria uma lamentável perda, refira-se: o Solar e Capela da Boa Nova, Fortim dos Louros (Funchal); Casa dos Leais (Porto da Cruz); Solar e Capela dos Carvalhos (Santa Cruz); Solar da Silveira (Boaventura).

Atendendo a que o tema proposto para celebração do «Dia Internacional dos Monumentos e Sítios» conjugava o Património Cultural com o Turismo Sustentável, então muito mais haveria a dizer, sobretudo sob duas perspectivas:

1. A existência de numerosas construções modestas ou populares com uma importância relevante para a memória do lugar e da paisagem, que devem ser valorizadas no âmbito da identidade cultural e do Turismo Sustentável.
2. A valorização dos conjuntos arquitectónicos que conferem identidade a um lugar, vila ou freguesia, e não apenas a salvaguarda do património nos casos de bens classificados. Pode o imóvel não estar classificado nem haver razões para uma classificação, nos termos da legislação em vigor, mas interessa avaliar a sua importância no contexto local, como referência para a memória colectiva.

Como em quase todos os dias assinalados, o mais importante não é o dia, em si mesmo, mas o trabalho que se realiza para condignamente comemorar a data e o muito que importa fazer para a recuperação e reabilitação dos nossos monumentos e sítios.

A Liberdade

A Liberdade foi a conquista maior da Revolução do 25 de Abril, que pôs fim à ditadura.

O «Estado Novo», criado por Salazar, sobreviveu por mais de quatro décadas através de diversos mecanismos de opressão e de repressão, característicos das ditaduras, tais como a censura, a polícia política, que vigiava, perseguia, torturava e matava, os campos de concentração e presídios, a proibição de partidos políticos, o controlo apertado de associações e sindicatos, a inexistência do direito à greve e a manipulação das consciências por uma educação sujeita aos valores do regime político, uma opinião pública monocolor e uma intensa propaganda governamental.

O «25 de Abril» devolveu aos portugueses os direitos da cidadania, instaurando o sufrágio universal e a participação democrática na vida pública.

Quarenta e três anos depois da «Revolução dos Cravos», quase a maioria dos eleitores portugueses, lamentavelmente, rejeita a utilização da liberdade em momentos fundamentais da vida democrática.

Na verdade, as elevadas percentagens da abstenção, nos últimos actos eleitorais, denotam a demissão de numerosos cidadãos na apreciação dos projectos políticos para o seu concelho, a sua Região, o seu país ou a União Europeia. Diz-se, com ironia, que a abstenção é o maior partido. Trata-se, porém, de realidade nada saudável para a democracia. Revela bem a sua imperfeição.

Decorridos 43 anos, é inadmissível a postura de tantos cidadãos que se demitem da sua responsabilidade no sufrágio, para tempos depois protestarem no «seu quintal» contra situações que lhes tocam.

A liberdade e a construção da cidadania não se devem limitar, todavia, ao tempo das eleições. Precisamos de uma participação mais frequente e activa, quer na militância em partidos e movimentos cívicos quer noutros espaços democráticos com fins diversos.

A liberdade de opinião, consciente e responsável, é para usar sempre. Contudo, ainda há muitos medos, vinganças e outros comportamentos prepotentes e impróprios de uma sociedade democrática.

Há sempre quem confunda uma opinião crítica com um ataque pessoal, mesmo que ela decorra de observação directa ou constatação pura e simples de determinado facto ou situação.

Na verdade, persistem ainda, na nossa sociedade, resquícios da ditadura do «Estado Novo».

A Justiça é cara e não funciona. O alargamento da escolarização não correspondeu à qualificação nem à promoção da cidadania. As minorias são, não raras vezes, desconsideradas. A emigração continua. A Liberdade vai sendo amordaçada com requintes estratégicos e tecnologias inovadoras. Os direitos dos trabalhadores têm vindo a ser cerceados. Há, inclusive, empresários que agredem verbal e fisicamente os trabalhadores, em especial, mulheres, e as autoridades fingem cegueira. A violência doméstica não desapareceu e parece estar a crescer, com elevado número de homicídios. A desigualdade de género permanece, em especial, quanto a salários e lugares de chefia. A maioria da população idosa vive na pobreza ou na dependência. O desrespeito por quem pensa de forma diferente manifesta-se com frequência, gerando situações de intolerância e ostracismo. E, muito grave, continuam por aí os «informadores», bufando acerca de outros cidadãos, na mira das benesses de um ditadorzinho medíocre que, por acaso, ocupa posição superior na hierarquia. Com iguais propósitos, desenfezam, a toque de caixa, bajuladores e capangas.

O radicalismo e o fanatismo provocam ataques cruéis. O terrorismo e a insegurança podem ferir ou matar a Liberdade. O populismo constitui também uma ameaça séria.

Necessitamos, pois, de valorizar a Liberdade, que a «Revolução de Abril» nos proporcionou, fazendo bom uso dela na construção de uma sociedade de cidadãos conscientes e participativos, porque o tempo de homens e mulheres cegos, surdos e mudos acabou!

O 25 de Abril em Machico

No passado sábado, foi apresentado, na Câmara Municipal de Machico, o livro *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular: 1974-75*, de Lino Bernardo Calaça Martins. A edição, em apreço, resultou da dissertação de Mestrado em Estudos Regionais e Locais, defendida pelo autor em Fevereiro de 2016, na Universidade da Madeira.

Com este estudo, resgata-se a memória de uma organização, que foi um pólo dinamizador do «25 de Abril» em Machico, e, em particular, a de muitos homens e mulheres, que participaram activamente na Revolução, mas que, até agora, permaneciam no anonimato da História.

O Centro de Informação Popular de Machico (CIPM), fundado dias depois da Revolução, reuniu muitos machiquenses em torno dos ideais de Abril e desenvolveu numerosas iniciativas para satisfação de reivindicações populares, nomeadamente sobre a democratização do poder municipal, a extinção da colónia, a instituição de cooperativas, a alteração de condições laborais e salariais e o alojamento dos refugiados das ex-colónias portuguesas. Desempenhou ainda um papel importante no esclarecimento e politização da população e na promoção de actividades culturais e recreativas. Esta associação revolucionária enfrentou a oposição de autoridades civis, militares e religiosas, bem como de forças políticas moderadas ou conservadoras, num tempo de grandes tensões sociais e conturbadas relações de poder.

As vivências da «Revolução de Abril» marcaram profundamente os machiquenses e, por certo, influenciaram decisivamente o devir político do município.

Quatro razões fundamentais ditaram a escolha do objecto desta investigação. Em primeiro lugar, o facto de Bernardo Martins pretender trabalhar um tema da sua terra natal, demonstrando, uma vez mais, o afecto ao concelho de Machico, ao qual, anteriormente e por diversas vezes, já havia dedicado largos anos da sua vida nas funções de

presidente da Junta de Freguesia, presidente da Câmara Municipal e deputado na Assembleia Legislativa da Madeira.

Seguidamente pesou a experiência de juventude no CIPM, cabendo-lhe assim a responsabilidade de descrever e analisar acontecimentos vividos e que a memória guardava, tarefa facilitada pelo conhecimento privilegiado, mas com responsabilidade acrescida, pois a História procura a objectividade e exige um natural distanciamento dos factos.

A terceira razão associa-se ao *corpus* documental, sobre o qual assentou a investigação. O autor detém abundante documentação produzida pelo CIPM ou relacionada com esta associação. Conhecia ainda materiais diversos, na posse de particulares, sobre a mesma temática e tinha acesso aos mesmos. Era, pois, chegada a altura de organizar o acervo, em causa, e estudá-lo, valorizando-o, de forma especial, como património arquivístico.

Finalmente, a necessidade de estudar os movimentos populares que eclodiram após a «Revolução do 25 de Abril», por todo o país. Na Região Autónoma da Madeira, o CIPM congregou as aspirações populares dos machiquenses, em particular, mas não exclusivamente. Contribuiu de forma decisiva para a difusão dos ideais da Revolução e para a construção da cidadania democrática no concelho de Machico, com repercussões para além da sua existência, como associação popular, e com efeitos na alternância política ao nível autárquico.

Animado com estes propósitos, Bernardo Martins desenvolveu uma aturada investigação, procurando situar e analisar os principais acontecimentos no contexto da «Revolução de Abril», sempre tendo em conta as várias forças políticas em confronto. O rigor e a objectividade implicaram o confronto da documentação do CIPM com outras fontes, para que o princípio do contraditório permitisse justificada interpretação dos factos históricos.

A história do «25 de Abril» na Madeira ainda está por fazer. É investigação que se impõe aos historiadores. Sem o crivo da História, o que se tem editado sobre o assunto, sempre a ter em devida conta, reduz-se ao género reportagem ou memórias e, por vezes, com manifesta parcialidade ou descarado branqueamento.

Fica agora, em livro, relevante contributo para a compreensão da «Revolução dos Cravos» na Madeira, sobretudo no domínio dos movimentos populares, com foco no concelho de Machico, em boa hora, editado pela respectiva Câmara Municipal, tendo *design* gráfico de Ricardo Caldeira e fotografias de Manuel Nicolau e da imprensa da época.

Martins, Lino Bernardo Calaça – *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular: 1974-75*. Machico: Câmara Municipal, 2017. ISBN 978-989-97206-1-9.

Fátima

Acredita quem quiser no que se passou em Fátima, ente Maio e Outubro de 1917. Nem aos católicos se impõe a crença nas ditas aparições ou visões.

A maioria dos crentes contenta-se com o que lhe contaram sobre o assunto, justificando qualquer dúvida com a sua fé. Todavia, quem pretender informação esclarecedora tem à sua disposição vasta bibliografia e a *Documentação crítica de Fátima*, uma colectânea de documentos relacionados com os acontecimentos de 1917, a evolução do Santuário e a expansão da mensagem em Portugal e no mundo, desde 1917 a 1930, editada, entre 1992 e 2013, com o patrocínio científico da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

Sem querer convencer quem quer que seja ou decepcionar outros tantos, ficam aqui, entre muitos exemplos, cinco factos, sustentados na *Documentação crítica de Fátima* e nas *Memórias da Irmã Lúcia*, que sempre me suscitaram reflexão e dúvidas.

CÉU E PURGATÓRIO

Na 1.^a «aparição», Lúcia perguntou à Senhora pela Maria do José das Neves (1897-1917), tendo Ela lhe dito que estava no céu. Quis depois saber do destino da Amélia, falecida em 28 de Março desse ano, ficando a saber que estava no purgatório (Primeiro escrito de Lúcia sobre as «aparições», feito a pedido do seu confessor, no Asilo de Vilar, Pe. Manuel Pereira Lopes, in DCF: SD, p. 231).

No entanto, nas *Memórias*, a «vidente» narra esta cena com mais pormenores:

Lembrei-me então de perguntar por duas raparigas que tinham morrido há pouco. Eram minhas amigas e estavam em minha casa a aprender a tecedeiras com minha irmã mais velha.

- A Maria das Neves já está no Céu?
- Sim, está.
- Parece-me que devia ter uns 16 anos.
- E a Amélia?
- Estará no purgatório até ao fim do mundo.
- Parece-me que devia ter de 18 a 20 anos. (MIL, p. 173)

Que teria feito essa jovem para ser condenada ao purgatório «até ao fim do mundo»?

Amélia fora violada. Segundo Lúcia, a Senhora dissera que ela ficaria para sempre no purgatório.

Para Frei Bento Domingues: «A revelação mais extraordinária é, também, a mais incrível: não bastando à Amélia ter sido violada, vir de Nossa Senhora a afirmação de que ficaria no Purgatório “até ao fim do mundo”, é de mais. Isso não se faz!» (*Público*, 30-04-2017)

O INFERNO

Conta Lúcia no seu primeiro escrito que, no dia 13 de Julho de 1917, a Senhora, em cima da azinheira, ensinou-lhe a seguinte oração: «Ó meu Jesus perdoai-nos, livrai-nos do fogo do inferno e levari as alminhas todas para o céu principalmente aquelas que mais dele precisarem.» (DCF: SD, p. 232).

Aliás, uma parte do «segredo» de Fátima relaciona-se com o Inferno, que Nossa Senhora teria revelado aos pastorinhos:

Nossa Senhora mostrou-nos um grande mar de fogo que parecia estar debaixo da terra. Mergulhados em esse fogo, os demónios e as almas, como se fossem brasas transparentes e negras ou bronzeadas, com forma humana, que flutuavam no incêndio levadas pelas chamas que delas mesmas saíam juntamente com nuvens de fumo, caindo para todos os lados, semelhante ao cair das faúlhas em os grandes incêndios, sem peso nem equilíbrio, entre gritos e gemidos de dor e desespero que horrorizava e fazia estremecer de pavor. Os demónios distinguiram-se por formas horríveis e asquerosas de animais espantosos e desconhecidos, mas transparentes e negros. (MIL, p. 121)

De acordo com Lúcia, esta visão deixou Jacinta horrorizada, levando-a a numerosas penitências e mortificações. É natural que as crianças ficassem aterrorizadas. Jacinta tinha 7 anos de idade, Francisco 9 e Lúcia 10. O que não me parece edificante é a «Mãe do Céu» mostrar o inferno a crianças inocentes, incitando-as a sacrifícios, como por exemplo a privação de uma pobre merenda.

Para este procedimento, Lúcia apresentou uma justificação, quanto a mim, absurda e cruel:

Algumas pessoas, mesmo piedosas, não querem falar às crianças do inferno, para não as assustar; mas Deus não hesitou em mostrá-lo a três e uma de 6 anos apenas [na verdade, Jacinta tinha 7 anos] e que Ele sabia se havia de horrorizar a ponto de, quase me atrevia a dizer, de susto se definhar. (MIL, p. 123)

AS ESMOLAS EM DINHEIRO

Em 19 de Agosto (4.^a «aparição»), Lúcia perguntou a Nossa Senhora:

– Aquele dinheiro que vossemecê tem, o que é que vossemecê quer feito dele?»

– Aquele dinheiro façam dois andorzinhos pequeninos; um leva-o tu mais três meninas como tu e vão de branco; o outro leva-o o Francisco e mais três meninos como ele; levem uma capa branca, levem-no à Senhora do Rosário e apliquem-no a ela. (Interrogatório do Pe. Manuel Marques Ferreira, pároco de Fátima, a Lúcia, sobre a aparição de Agosto, nos Valinhos, in DCF: SD, p. 36; MIL, p. 178)

Lúcia, a mando de quem guardava o dinheiro que o povo deixava na Cova da Iria, interrogara a Senhora sobre a sua aplicação e recebera instruções para utilizá-lo na construção de dois andores e na festa de Nossa Senhora do Rosário. É inconcebível que Maria se preocupasse com andores e a festa da paróquia!

O FIM DA GRANDE GUERRA E O «MILAGRE DO SOL»

A «aparição» de 13 de Outubro seria marcada pelo anúncio do fim da Grande Guerra e o «milagre do sol».

Nos Interrogatórios do Dr. Manuel Nunes Formigão aos «videntes» Lúcia, Francisco, Jacinta e a João Marto, nos dias 2 e 3 de Novembro de 1917, a primeira referiu que Nossa Senhora lhe dissera no dia 13 de Outubro: «a guerra acaba hoje e esperem cá pelos seus militares muito breve.» (DCF: SD, p. 121). De facto, a guerra só terminou em 11 de Novembro de 1918.

Quanto ao «milagre do sol», no interrogatório de 19 de Outubro, Francisco disse que o sol andava à roda e parecia uma roda de fogo.

Acrescentou que viu «cores muito bonitas, azul, amarelo e outras», no sol. Jacinta afirmou: «Vi o sol encarnado, verde e de outras cores e vi que andava à roda.». Já Lúcia referiu que o sol parecia a lua. (DCF: SD, p. 99-104).

Descrição mais pormenorizada deste fenómeno deve-se ao repórter de *O Século*, sob o título «Coisas espantosas: como o sol bailou

ao meio-dia em Fátima», publicada na edição de 15 de Outubro de 1917:

Do cimo da estrada, onde se aglomeram os carros e se conservam muitas centenas de pessoas, a quem escasseou valor para se meter à terra barrenta, vê-se toda a imensa multidão voltar-se para o sol, que se mostra liberto de nuvens, no zénite. O astro lembra uma placa de prata fosca e é possível fitar-lhe o disco sem o mínimo esforço. Não queima, não cega. Dir-se-ia estar-se realizando um eclipse. Mas eis que um alarido colossal se levanta, e aos espectadores que se encontram mais perto se ouve gritar:

– Milagre, milagre! Maravilha, maravilha!

Aos olhos deslumbrados daquele povo, cuja atitude nos transporta aos tempos bíblicos e que, pálido de assombro, com a cabeça descoberta, encara o azul, o sol tremeu, o sol teve nunca vistos movimentos bruscos fora de todas as leis cósmicas – o sol «bailou», segundo a típica expressão dos camponeses.

O repórter, Avelino de Almeida, não afirmou ter visto o sol «bailar», mas registou a percepção popular. Mais adiante, mencionou que, logo depois, Lúcia anunciou, «com ademanos teatrais, ao colo de um homem, que a transporta de grupo em grupo, que a guerra terminara e que os nossos soldados iam regressar.» (DCF: SD, p.72-77).

Acrescente-se que Judah Bento Ruah, o fotógrafo que acompanhava o repórter de *O Século*, nada viu e a sua câmara fotográfica nada captou sobre o fenómeno solar.

No entanto, em artigo posterior publicado na *Ilustração Portuguesa*, II série, nº 610, de 29 de Outubro de 1917, Avelino de Almeida apresentou uma visão mais comprometida dos acontecimentos:

E, quando já não imaginava que via alguma coisa mais impressionante do que essa rumorosa mas pacífica multidão animada pela mesma obsessiva ideia e movida pelo mesmo poderoso anseio, que vi eu ainda de verdadeiramente estranho na charneca de Fátima? A chuva, à hora pré-anunciada, deixar de cair; a densa massa de nuvens romper-se e o astro-rei – disco de prata fosca – em pleno zénite aparecer e começar dançando num bailado violento e convulso, que grande número de pessoas imaginava ser uma dança serpentina, tão belas e rutilantes cores revestiu sucessivamente a superfície solar...

Milagre, como gritava o povo; fenómeno natural, como dizem sábios? Não curo agora sabê-lo, mas apenas de te afirmar o que vi... O resto é com a Ciência e com a Igreja... (p. 356).

O «RAPTO» DE LÚCIA

Francisco faleceu em 4 de Abril de 1919, Jacinta no dia 20 de Fevereiro de 1920. Estranhamente, em Junho de 1921, Lúcia é internada no Asilo de Vilar, no Porto, a cargo das Irmãs Doroteias.

Tinha então 14 anos de idade. O pai já havia morrido, mas a sua mãe estava viva.

Por que razão a Igreja retira Lúcia do seu ambiente familiar e leva-a para um internato no Porto?

Ingressa depois no Instituto das Irmãs de Santa Doroteia, em Pontevedra e Tuy. Em 25 de Março de 1948, entrou para o Carmelo de Coimbra, onde professou como Carmelita, e veio a morrer no ano de 2005. Por que razão a Igreja condenou-a à clausura?

De acordo com o Relatório da Comissão Canónica Diocesana sobre os acontecimentos de Fátima, de 1930, assim se explica o silenciamento de Lúcia:

À semelhança do precursor S. João Batista, a partir desse momento, ela tinha de se diminuir, de se apagar, de quase desaparecer aos olhos do mundo, para que só a Virgem fosse glorificada e a sua obra assumisse as proporções da mais colossal maravilha do século vinte... Era indispensável que momentaneamente caísse no olvido o instrumento frágil e desproporcional de que a Divina Providência se dignou servir para iniciar essa obra. (DCF: SD, p. 466)

Recorde-se, a propósito, que também Salazar considerava que Lúcia deveria permanecer num convento. Quando o presidente do Conselho soube da presença da «vidente» em Fátima, a pedido de Paulo VI, em Maio de 1967, ficou irritado, ameaçando regressar a Lisboa logo depois da missa, sem se encontrar com o papa. Para Salazar, «a exibição pública de uma pessoa que participou em acontecimentos extraordinários constitui uma atitude demagógica e condenável.» (Nogueira, 1985, p. 280).

Há anos que me venho interrogando sobre muitas questões, quanto a mim, estranhas, que envolvem os pastorinhos da Cova da Iria. A quase totalidade deste texto foi escrita há 3 anos, na convicção de que a fé, a piedade popular, o medo, a propaganda e até os negócios não podem invalidar a compreensão de Fátima à luz da História e como fenómeno religioso.

Bibliografia citada:

DCF: SD – *Documentação crítica de Fátima: seleção de documentos: 1917-1930*. Fátima: Santuário, 2013.

MIL – *Memórias da Irmã Lúcia I*. 13.^a ed. Fátima: Secretariado dos Pastorinhos, 2007.

Nogueira, Franco – *Salazar: o último combate: 1964-1970*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1985.

Levadas da Madeira: uma visão literária

No passado dia 11, veio a lume *Levadas da Madeira: uma antologia literária*, organizada por Thierry Proença dos Santos, com fotografias de Francisco Correia e publicada pela Imprensa Académica. Segundo o editor, Luís Eduardo Nicolau, constitui objectivo deste livro «dar a conhecer aos leitores uma relação pouco explorada entre o texto literário e essa obra única da nossa natureza, construída e moldada ao longo dos séculos e cuja marca, na vida dos madeirenses e de todos os que nos visitam, é indelével.»

Thierry Proença dos Santos, professor da Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira, tem, nos últimos anos, dedicado a sua investigação à produção literária madeirense e contribuído de forma notável para a sua divulgação no contexto académico nacional e internacional, através de muitos artigos e ensaios em revistas e actas de colóquios, e ainda de alguns livros, dos quais salientamos *Comeres e beberes madeirenses em Horácio Bento de Gouveia* (2005) e a edição crítica de *Canga*, (2008). Foi também co-organizador de *Crónica madeirense: 1900-2006* (2007) e *Cadernos de Santiago 1: colectânea de poesia* (2016).

Em *Levadas da Madeira: uma antologia literária*, Thierry Proença dos Santos reuniu contos, crónicas e poemas, excertos de diários, cartas, romances e reportagens sobre as levadas da nossa ilha.

Surgem assim autores de diferentes épocas e correntes literárias e estéticas. O primeiro texto apresentado é de Gaspar Frutuoso, extraído do Livro Segundo das *Saudades da Terra*, obra escrita por volta de 1584. Isabella de França, João de Nóbrega Soares, Luzia, Alberto Artur Sarmiento, António Ferreira, Assis Esperança, Maria Lamas, Ferreira de Castro, António Marques da Silva, Horácio Bento de Gouveia, João França, Carlos Martins, Alberto Figueira Gomes, Maria do Carmo Rodrigues, Jorge Sumares, António Ribeiro Marques da Silva, Clemente Tavares, Irene Lucília Andrade, Dalila Teles Veras, Fátima Pitta

Dionísio, José António Gonçalves, Nelson Veríssimo, Lília Mata, Fernando Bessa são os autores seleccionados. Apenas um viajante estrangeiro foi antologado. Trata-se do francês Léon Manchon, cujo relato de uma caminhada ao Rabaçal foi traduzido para português, pela primeira vez.

Os discursos sobre as levadas figuram dispostos sob nove temáticas que dão origem a igual número de capítulos. Assim: Os construtores de levadas; Águas passadas; Disputa de água; O silêncio das levadas; O prazer da água (de rega); Ao sabor da levada; A levada que corre dentro de mim; A fonte de lendas; Tornadoiro de poemas. No final, são apresentadas notas bibliográficas dos autores escolhidos, seguindo-se um glossário e um breve posfácio com o enquadramento histórico das levadas madeirenses.

As fotografias de Francisco Correia, que acompanham os textos, não assumem o papel de mera ilustração, sem menosprezo dessa importante função da representação do real. Neste livro, as bonitas imagens captadas são uma espécie de texto visual que anuncia, rodeia ou prolonga o texto literário, envolvendo o leitor no amplo processo de fruição da levada, enquanto obra insular e produto da Natureza. Trata-se, portanto, de uma antologia literária e fotográfica, mas um objecto com unidade, criado com palavras e registos da paisagem.

No processo em curso sobre a candidatura das levadas da Madeira a Património da Humanidade, junto da UNESCO, esta edição constitui mais uma importante achega para valorização de um legado cultural, que remonta aos tempos do povoamento da ilha.

Nesta antologia, narrativas, poemas e fotografias fixam imagens bem diversas das levadas e da sua paisagem, da rega e dos levadeiros, do quotidiano agrícola, de superstições e credices, quando na noite não existia luz elétrica para iluminar as encostas, dos recorrentes e indómitos conflitos em torno da água de rega, de relatos de caminhadas e de visões inspiradas.

Com a chancela da Imprensa Académica, da Associação Académica da Universidade da Madeira, disponibiliza-se um novo e diferente instrumento para a compreensão das levadas como obra da cultura madeirense.

Santos, Thierry Proença dos, org. – *Levadas da Madeira: uma antologia literária*. Francisco Correia, fot. Nelson Veríssimo, posfácio. Funchal: Imprensa Académica, 2017. ISBN 978-989-99638-5-6.

Relógios de água

Na Madeira, a água para rega foi, desde sempre, um bem intensamente disputado, porque imprescindível para a agricultura, quer quando esta se centrava em produtos ricos para exportação, quer quando se destinava a assegurar a subsistência.

A posse da água ou o direito sobre a sua utilização geraram numerosas contendas, por vezes, com desfechos violentos. Frequentemente, o litígio advinha da apropriação alheia da totalidade ou parte do tempo de rega, que determinada parcela agrícola possuía ou o seu proprietário julgava deter.

Administrado com mestria e, por norma, integralmente aproveitado, o tempo de rega de cada agricultor deveria ser também cronometrado de forma exemplar.

Na ânsia de regar tudo e bem, o relógio assumiu papel fundamental na distribuição da água pelos heréus.

Quando os relógios não eram de uso vulgarizado nem habitualmente faziam parte dos adereços dos levadeiros, as comissões administrativas de algumas levadas mandaram construir, em sítios estratégicos, singelas torres, quase sempre de planta rectangular, com um relógio, para melhor gerirem a distribuição da água pelos diversos regantes.

Restam poucos exemplares deste tipo de arquitectura civil de equipamento, na Madeira dos nossos dias. Classificado há apenas um, no concelho da Ponta do Sol, com um relógio datado de 1890.

Na verdade, o relógio de água da Levada do Poiso, na freguesia dos Canhas, de finais do século XIX, foi classificado pelo Governo Regional da Madeira em 1998, com a categoria de valor local (Resolução n.º 1596/98, JORAM, I, 10 de Dezembro de 1998, p. 3), e reabilitado no ano seguinte, com a comparticipação de fundos da iniciativa comunitária *Leader*.

Em 16 de Janeiro deste ano, o Grupo Parlamentar do JPP apresentou, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, um projecto de resolução sobre a salvaguarda dos relógios de água da freguesia do Caniço, no qual recomendava ao Governo Regional que procedesse à sua inventariação, classificação e reabilitação.

Na reunião plenária da Assembleia Legislativa do passado dia 11 de Maio, procedeu-se à votação na generalidade daquele projecto de resolução, tendo o mesmo sido rejeitado com os votos contrários do PSD e do CDS.

O facto de os deputados do PSD e do CDS não se interessarem pela valorização dos relógios de água da freguesia do Caniço, por sinal, exemplares raros do património arquitectónico associado às levadas, num tempo em que a Região desenvolve um processo de candidatura das levadas a património da Humanidade junto da UNESCO, revela bem as suas preocupações quanto ao Património Cultural da RAM e, em particular, do município de Santa Cruz.

Todavia, tal comportamento não deve inibir a Junta de Freguesia do Caniço e a Câmara Municipal de Santa Cruz de iniciarem o procedimento administrativo de classificação dos relógios de água, como imóveis de interesse municipal, por representarem um valor cultural de significado relevante para o concelho.

A classificação constituirá, por certo, um instrumento determinante para a reabilitação dessas modestas construções, fruto da mobilização dos heréus das respectivas levadas, e que, no passado, tanta importância tiveram na divisão e distribuição da água de rega.

Nota:

Cf. *Diário da Assembleia Legislativa da Madeira: XI Legislatura, II Sessão Legislativa (2016/2017)*, I Série, n.º 58 (11 de Maio de 2017), pp. 31-38 e 39, disponível após a publicação deste artigo.

Memória e História

Há quem ouse pensar que, por ter sido protagonista de determinada era, também escreverá a história desse mesmo tempo. Nada mais errado!

Independentemente do título atribuído, um livro de memórias não passa de um testemunho. A visão do próprio sobre os acontecimentos em que esteve envolvido. Mesmo alicerçado em documentos, que o memorialista foi arquivando, não deixa de ser a perspectiva do actor.

Apesar da subjectividade implícita, as memórias constituem, sem dúvida, importantes fontes para a História. A perspectiva de quem participou nos acontecimentos, e dos mesmos construiu a sua narrativa, revela, quase sempre, curiosas peripécias e pormenores insólitos, dificilmente representados em relatos de outra natureza.

No entanto, ao historiador caberá a tarefa de confrontar os diversos testemunhos conservados, analisando e debatendo hipóteses previamente formuladas. Exige-se-lhe, por conseguinte, atitude prudente em relação aos livros de memórias.

Mais inquinada se revelará a narrativa deste género, quanto conhecido for o comportamento do seu autor no tempo objecto de relato. Se, com acintosa obsessão, tentou neutralizar ou silenciar tudo o que, no seu entender, poderia pôr em causa ou denegrir o seu programa, acção e personalidade, e, deliberadamente, propagandeou, com regularidade, uma versão oficial escrita da sua actuação, então, por certo, o seu testemunho enfermará dos vícios que marcaram o tempo do seu discurso.

O livro de memórias é escrito a partir da selecção de factos, que o seu autor elege como dignos ou pertinentes. Sobre estes, irá construir a narrativa, que pretende venha a prevalecer. A sua verdade. Nesse esforço, irá privilegiar certos aspectos e esquecer tantos outros.

O esquecimento dissimulado é prática recorrente neste género. Não será, todavia, pecado dos mais graves. Pior é a manipulação e

ideologização da memória. Isto é, o narrador em vez de se preocupar em revelar ou analisar o que, na verdade, aconteceu, e que se conhece mal, vai carreando elementos daqui e dacolá para, no fundo, juntar mais peças ao rasto panegírico, que sempre se preocupou em construir. Já não são memórias, mas pegadas areadas com detergente, ingenuamente tido como eficaz, a exemplo de tantas outras, que, com astúcia, foi desenhando e redesenhando no receio de que a maré as apagasse.

Essa tentativa de apropriação do passado histórico, com os actores a narrarem-se a eles próprios numa conversa fantasiosa e falaciosa, de nada servirá à História.

Contudo, não se pode privar o actor de contar a sua história, mas, inquestionavelmente, será sempre a sua história, não a História.

História do Povo da Madeira no 25 de Abril

Na última Feira do Livro, foi apresentada a *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, de Raquel Varela e Luísa Barbosa Pereira, obra apoiada pela Câmara Municipal do Funchal.

Esta monografia vem na sequência de *A História do Povo na Revolução Portuguesa: 1974-75*, de Raquel Varela (Lisboa: Bertrand, 2014), e idêntico projecto está em curso nos concelhos de Loulé, Maia e Sines.

Quando se fala de povo, há que esclarecer qual a realidade social em análise. Na «Nota Prévia», as autoras precisam de que se trata «do povo revolucionário, rebelde e resistente», concretizando:

Daqueles que desafiaram a ordem estabelecida, questionaram o regime de colónia, fundaram movimentos, partidos e sindicatos. Ocuparam estabelecimentos para fazer creches e escolas ou lutaram por um preço justo pelo peso da cana. Organizaram periódicos. Manifestaram-se contra o desemprego, pelo salário mínimo na Madeira, realizaram eleições populares e cantaram o sonho e o quotidiano daqueles que vivem do trabalho. (p. 13)

Na esteira de Howard Zinn (1922-2010) e o seu *People's History of the United States* (1980), Chris Harman (1942-2009), *A people's history of the world* (1999) e Eric Hobsbawm (1917-2012) e os seus estudos sobre as classes operárias, Raquel Varela, já em trabalhos anteriores, havia dedicado particular atenção aos que, habitualmente, contam com pouca ou nula representatividade na historiografia, apesar de serem protagonistas de movimentos e iniciativas populares com repercussões significativas.

Partindo deste campo conceptual de raiz marxista, as autoras de *História do Povo da Madeira no 25 de Abril* não têm a veleidade de uma História do 25 de Abril na Madeira, a qual, sem dúvida, implicaria outra abrangência.

Servindo-se de entrevistas, da imprensa (a pesquisa denota não ter sido exaustiva nos periódicos mencionados) e da bibliografia disponível (embora com algumas falhas notórias, como, por exemplo, a dissertação de mestrado de Lino Bernardo Calaça Martins, *O Centro de Informação Popular de Machico: um pólo dinamizador da Revolução do 25 de Abril...*, de 2016) vão dar especial relevo aos conflitos sociais, que ocorreram na Madeira desde Maio de 1974 a Novembro do ano seguinte.

Não deixam, porém, de dedicar atenção à situação económica e social da Madeira no período anterior ao «25 de Abril» e à adesão à Revolução. De referir ainda dois capítulos de enquadramento histórico, um sobre o «Estado Novo» e outro relativo à «Revolução dos Cravos», na mesma perspectiva ideológica.

O capítulo «Situação económico-social da Madeira pré-25 de Abril», fundamental para explicar a conflitualidade no tempo da Revolução, mostra-se, todavia, pouco esclarecedor, servindo-se frequentemente de situações que eram comuns no resto do país, anacronismos e vulgaridades, como, por exemplo, relativamente à Revolta do Leite, emigração ou à colónia. No que diz respeito a este sistema de exploração da terra, julgo que as autoras não o entenderam verdadeiramente ou então trata-se de problemas ao nível da linguagem, o que também ocorre várias vezes neste livro. Veja-se, a título de exemplo, esta afirmação, que procura explicitar ou definir o regime de colónia: «Neste modelo, os detentores de terras incultas ou necessitadas de reconversões agrícolas (senhorio) angariavam-nas a outros, não detentores de terras (colonos).» (p. 37). Ou esta: «A colónia é um sistema de exploração de terra dotada de preponderância social sem fácil paralelismo.» (*Idem*).

Por outro lado, a dedução infundada de que a emigração se apoiava «numa rede de traficantes que atuavam para garantir a emissão de papéis necessários à entrada legal dos madeirenses nos países de destino» (p. 36) é, para não dizer outra coisa, uma generalização inconsciente. No Arquivo Regional da Madeira, há abundante documentação sobre este assunto, para quem o quiser estudar a partir das fontes.

Os conflitos em torno da água de rega e das levadas justificaram a abertura de um subcapítulo no âmbito da situação económica e social madeirense anterior à Revolução. No entanto, a sua leitura nada acrescenta ao artigo de Gabriela Relva sobre a «Revolta das águas na Lombada da Ponta do Sol» (2012) nem a um depoimento inserto em *Ecos de memórias: histórias de vida de mulheres* (2013), coordenado por Guida Vieira.

Não há espaço para mais exemplos, mas a situação do povo da Madeira antes de 1974 merecia análise mais bem cuidada.

Capítulo de maior fôlego, e principal no contexto da monografia, é o quarto, dedicado ao período revolucionário, o qual se apresenta subdividido em seis subcapítulos. São aqui apresentados numerosos exemplos da conflitualidade colectiva do «25 de Abril»: comícios, manifestações, ocupações e greves. Há erros quanto a datas (por exemplo, na p. 116), mas a descrição é abundante e significativa. Faltou, porém, a análise.

Já na «Introdução» haviam sido enumerados vários acontecimentos dessa natureza, de forma deselegante, numa sequência de parágrafos sempre iniciados pela preposição «em», parecendo uma torrente de dados, na verdade, inadmissível num texto historiográfico: «Em 13 de maio, ... »; «Em agosto de 1974, ... »; «Em 13 de setembro, ... » (p. 22); «Em dezembro, ... »; «Em março, ... » (p. 23); «Em abril, ... »; «Em junho, ... »; «Em julho, ... »; «Em agosto de 1975, ... » (p. 24); «Em setembro, ... » (p. 25)

Estranha ou insólita é a conclusão deste livro. Tratando-se da *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, natural seria que as historiadoras concluíssem sobre o objecto da sua investigação. Mas não! Nem uma referência conclusiva ao tema que se propuseram abordar. Nada sobre a Madeira!

Intitularam, pomposamente, a conclusão de «Revolução e democracia: que democracia?». Contudo, não foi elaborada para esta edição. Trata-se de um texto de Raquel Varela, publicado em 2014, em *A História do Povo na Revolução Portuguesa: 1974-75*, pp. 473-486, reproduzido sem a devida adaptação (veja-se a nota da p. 172) e sem referência à obra onde surgiu anteriormente.

Em suma, apesar de tudo, o livro vale pela compilação realizada, mas está longe daquele objectivo definido na «Nota prévia»:

Não pretendemos aqui ocultar as causas explicativas do processo histórico, mas partir de uma teoria para a verificação de se ela na verdade se confirma ou não, procurando explicar essa realidade hierarquizando, numa história em construção, os fatores que contribuíram para um dado acontecimento; neste caso, a Revolução Portuguesa entre abril de 1974 e novembro de 1975 no arquipélago da Madeira. (p. 14)

VARELA, Raquel; PEREIRA, Luísa Barbosa – *História do povo da Madeira no 25 de Abril*. Lisboa: Parsifal, 2017. ISBN 978-989-8760-39-5.

A água limpa e o poço sujo

A casa emoldurada por um terreno agrícola, latadas de vinha, viçosas bananeiras, canas-de-açúcar ondeando na vizinhança, mantas de sementes e outras hortaliças, árvores de fruto, estimadas mas quase sempre não de propósito ali plantadas, marcaram a paisagem dos meus primeiros anos. O cenário não desapareceu por completo, mas há muito tempo que dele me separei.

Nesse mundo semi-rural, porque bem próximo do centro da cidade, então a única da ilha, a água de rega era uma riqueza. Nada existia sem ela.

Dia de rega era dia de agitação. Preparavam-se os tornadouros, reforçava-se aqui ou ali os camalhões para o rego não rebentar. Vigia-se o tempo, a levada, o levadeiro e o vizinho com a responsabilidade de entregar a água.

Na véspera ou no dia da rega, acertava-se o relógio pelo sinal horário da estação de rádio. Se fosse noturna, importava preparar as lanternas ou ver se o *olho-de-boi* tinha as pilhas carregadas. Percorria-se a levada para verificar se não havia uma artimanha para furtar água, uma pedra estrategicamente colocada, uma tampa levantada ou uma laje do mainel deslocada. Falava-se com o levadeiro e perguntava-se-lhe as horas para confirmar se tinha o relógio acertado. Então o levadeiro colocava a foice no ombro e, teatralmente, retirava o relógio do bolso, deixando ver a grossa corrente de prata presa numa das alhetas da cintura das calças. Tudo teria de estar a postos para pegar na água, quando o regante anterior a entregasse. Mas convinha estar atento, não fosse o vizinho prolongar o tempo a que tinha direito e houvesse necessidade de lhe tapar a água. Por vezes, havia também que ir buscá-la, porque não a tinham trazido ou cansara.

Quando a levada vinha boa, isto é, com um volumoso caudal, a rega era mais rápida e dava para encher o poço.

Havia muitos poços nas fazendas. Até podia ser sinal de alguma abundância. Havia quem não gostasse de regar de noite e então metia a água no poço. Descobertos ou rodeados com rede de galinheiro, armazenavam a água que serviria para a rega diurna, a meio do giro ou quando o calor apertava e as culturas exigiam.

Cuidava-se do poço como do terreiro. Devia ser esvaziado com frequência e lavado, para a água se manter limpa. Havia poços com peixes e rãs. Evitavam os mosquitos, dizia-se. No Verão, alguns transformavam-se em piscinas. Havia quem aprendesse a nadar no poço. E também quem morresse afogado.

Muitas imagens de água andam comigo. Ia para a escola a pé, seguindo a levada da berma do caminho. Água limpa a transbordar e a escorrer no empedrado. Quando passava na margem da Ribeira de São João, via as mãos agitadas das lavadeiras na água cristalina, que por ali corria, esfregando, batendo e enxaguando peças de roupa alheia, que depressa estenderiam sobre os calhaus das redondezas, para corar ou secar.

Com água se fazia sabedoria. Dela se tirava ou dava ensinamento. Havia ditos e provérbios. *Águas passadas não movem moinhos. A água o dá, a água o leva. A água corre sempre para o mar. Água mole em pedra dura tanto bate que fura. Águas da Ascensão das palhas fazem pão...*

A minha avó sempre lembrava de que não se podia tirar água limpa de um poço sujo, quando pretendia precaver-se de uma troca de palavras inútil. E logo acrescentava, agora personificando: «O melhor é virar-lhe as costas!»

Palavras sábias estas e de aplicação sempre proveitosa. Quer o poço sujo se situe no Caminho dos Pretos ou na Penteada, nunca dali virá água limpa.

Silêncio comprometedor

No passado dia 14, foram divulgados comunicados da Associação de Pastores das Serras de São Roque e de Santo António e da Associação Cartilha Madeirense, protestando contra a extinção, por envenenamento, das cabras do Bugio. Até agora, a notícia não foi desmentida nem o assunto, em causa, mereceu qualquer explicação pública por parte do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN) ou da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRARN).

Perante esta realidade, esperava-se que dirigentes ou governantes viessem a público justificar o que se passou ou expor os motivos da matança. Mas, infelizmente, aqueles que se mostram tão zelosos nos contactos com a comunicação social para divulgarem coisas de somenos importância, e que só nesta região são objecto de reportagens ou notícias, desta vez nada esclareceram, como se o povo nada tivesse a saber ou a ver com isso, julgando talvez que o Bugio é propriedade privada. Esta postura em nada credibiliza quem governa nem se coaduna com o regime democrático, dando azo a especulações ou ilações infundadas.

Mesmo correndo tal risco, o silêncio comprometedor do IFCN e da SRARN ditou este artigo.

No Bugio, existem cabras e bodes desde o século XV. Foram ali introduzidos a mando do infante D. Henrique. O cronista Gomes Eanes da Zurara, na sua *Crónica de Guiné*, escrita por volta de 1453, afirmou que o Infante «fez lançar gado» na Deserta, o que constitui uma prática comum na época dos Descobrimentos. Valentim Fernandes precisa que a introdução de gado ocorreu no ano de 1420.

Jerónimo Dias Leite, em 1579, asseverou que, no Bugio, havia gado miúdo e fina urzela «de que se tira proveito». Gaspar Frutuoso repetiu as palavras do primeiro cronista madeirense, acrescentando,

porém, que se criavam «muitas cabras bravas nas rochas, que, a tempos, vão tomar com cães».

A infanta D. Beatriz, na qualidade de tutora de seu filho, o duque-donatário D. Diogo, doou, em 1477, o Bugio a João Gonçalves da Câmara, segundo capitão do Funchal, para ali lançar gado, com a expressa obrigação de pagar o dízimo à Ordem de Cristo.

Em 28 de Julho de 1481, a Câmara do Funchal permitiu, ao contador e a João da Castanheira, a aquisição de gado, que viera das Canárias, para cabresto das cabras bravas que traziam da Deserta.

Na verdade, o interesse económico no povoamento das ilhas Desertas assentava na colheita da urzela e na criação de gado.

Assim se conclui que, desde o século XV, existiram cabras no Bugio e que, ao longo dos séculos, esta espécie conseguiu sobreviver, adaptando-se às condições agrestes da ilha: ausência de água potável, vegetação escassa e relevo acidentado.

Sobre a sua adaptação ao Bugio e misteriosa sobrevivência ao longo dos tempos, o padre Manuel de Nóbrega publicou, em 2001, um interessante artigo no n.º 28 da revista *Isleña*, defendendo que os líquenes, ali existentes, serviam de alimento às cabras e garantiam-lhes a água de que necessitavam.

Com frequência, associa-se esta população de caprinos às Canárias. Deste arquipélago teriam sido importados para as Desertas. Nos finais dos anos 1980, contaram-me que autoridades desta Comunidade Autónoma de Espanha teriam solicitado, ao Governo Regional da Madeira, a doação de dois casais desta espécie, do Bugio, porque se trataria da cabra pré-hispânica já extinta naquele arquipélago, o que teria sido recusado. No entanto, nunca consegui comprovar a veracidade deste pedido.

Segundo as notícias que vieram a lume na semana passada, a cabra do Bugio foi exterminada com malvadez inconcebível no século XXI.

O Bugio é uma área de preservação da Natureza e, em particular, de uma ave marinha pelágica, endémica da Madeira, a *Pterodroma deserta*, a freira-do-bugio, que nesta ilha nidifica. De acordo com o *Atlas das Aves Marinhas de Portugal* (2014), «as principais ameaças a esta espécie estão associadas aos locais de reprodução. A perda de habitat disponível devido à erosão provocada pelo vento, pela chuva e pela presença de mamíferos introduzidos, nomeadamente coelhos e cabras, contribuiu para a diminuição da área potencial de nidificação da freira-do-bugio». Procedeu-se, por conseguinte, à erradicação das populações de ratos-domésticos, de cabras e de coelhos, no âmbito do projecto SOS freira-do-bugio.

Conforme informação disponível no sítio do IFCN, «atualmente e decorrente das ações implementadas no projeto SOS freira-do-bugio foi conseguida a erradicação de coelhos e murganhos na ilha do Bugio, caso de sucesso numa ilha tão grande.» Mas não se fala das cabras.

O que se teria passado? De acordo com a Associação de Pastores das Serras de São Roque e de Santo António e da Associação Cartilha Madeirense, a cabra do Bugio foi extinta por envenenamento. Urge uma explicação. Esta situação não pode ser disfarçada nem ocultada.

Foi estudada a possibilidade de confinar esta espécie a determinada área ou mesmo a sua transferência para um lugar vedado da Madeira? Ou seria procedimento inviável?

A cabra do Bugio não terá uma diferenciação genética ao ponto de constituir uma nova espécie ou uma subespécie. Mas deveria ser objecto de estudos científicos. Em condições adversas, uma população de cerca de meia centena de caprinos conseguiu adaptar-se e sobreviver durante quase seis séculos. Essas adaptações teriam originado uma variedade a preservar?

Foi elaborado um estudo genético sobre a cabra do Bugio? Na suposição de que foi realizado, quais as amostras utilizadas? De cabras do Bugio ou do exemplar exposto no Museu de História Natural do Funchal? O número de amostras da Madeira, que serviram de comparação, teve correspondência adequada com o número de amostras de cabras do Bugio? O estudo, em causa, será publicado?

Foram reunidas garantias científicas para se poder afirmar que a população de cabras do Bugio não suscita qualquer preocupação ou interesse do ponto de vista de manutenção de um património genético?

Todas estas e outras questões deveriam merecer resposta de quem governa, mas que também possui reconhecida experiência no labor científico e técnico.

Por estas e outras razões, acho que a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais deveria vir a público explicar o que, com efeito, se passou ou se está a passar.

O silêncio compromete. É, por vezes, sinónimo de consentimento. Propaga rumores, que a prudência aconselha evitar. Esclarecer comprometerá ainda mais?

O fim do mundo rural?

[...] quando envelhece, [a fênix] constrói um ninho com ramos de caneleira e de incenso, enchendo-o de perfumes, e ali se deita até morrer. Dos seus ossos e medula nasce primeiramente um verme, que se transforma em um pequeno pássaro. Este primeiro realiza os ritos funerais para o pássaro anterior e carrega todo o ninho para a Cidade do Sol perto de Panchaia, depositando-o sobre um altar.

Plínio, *História Natural*, X.2

O primeiro anjo tocou a trombeta. Saraiva e fogo, misturados com sangue, foram lançados sobre a terra; queimou-se uma terça parte da terra, a terça parte das árvores e também toda a erva verde.

Ap 8, 7

O trágico incêndio de Pedrógão Grande, tal como outros ocorridos em diversas regiões do país, revela, aparentemente e segundo os *media*, muitas fragilidades em vários domínios – sistema de comunicações, coordenação, meios de combate, forças de segurança, protecção das populações – bem como outras reconhecidas falhas ao nível da prevenção, sendo sempre referidas a deficiente gestão de combustível numa faixa de 50 m de terrenos confinantes com edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, a limpeza de terrenos florestais, o ordenamento florestal, a questão da propriedade florestal, maioritariamente privada, e a proliferação desregrada das plantações de eucaliptos, algumas não licenciadas.

Tudo isto é repetido até à exaustão nos meios de comunicação social. O cidadão comum informado já aprendeu e habituou-se a usar esta terminologia nas suas conversas. Tornou-se substância do senso comum.

Como leigo na matéria, diante das imagens destas catástrofes, pressinto que o mundo rural, em especial o das nossas aldeias, está a caminhar para o fim.

O declínio do mundo rural começou nos anos sessenta do século passado. Contudo, o romance *Quando os lobos uivam*, de Aquilino Ribeiro, publicado em 1958, anuncia já o princípio do fim das comunidades rurais da cartografia beirã do escritor.

A emigração e o êxodo para o litoral, sobretudo para os centros urbanos, a par com outras alterações decorrentes de investimentos do Estado, que destruíram fontes tradicionais de riqueza ou de subsistência, despovoaram as aldeias. A urbanização e a globalização contribuíram também para esse processo de desagregação do Portugal rural, do qual tantos se afastaram na esperança de uma vida melhor. Hoje, em muitas e remotas terras, encontramos uma população reduzida e envelhecida e uma economia rural em crise. Comunidades desamparadas sem capacidade política para reivindicar o que quer que seja.

A agricultura foi abandonada. Faltou o capital. Já não havia força anímica para o investimento. A introdução de novas normas fiscais ou do domínio da higiene alimentar dificultou a vida de produtores seniores pouco letrados. O minifúndio também não favorece o empreendedorismo agrícola.

O abandono das culturas originou a proliferação de espécies infestantes, transformando as antigas parcelas agrícolas em matagais. A negligência impera em muitos locais.

Os hábitos alteraram-se e, por conseguinte, a relação do homem com a floresta também se modificou. Deixou-se de consumir lenha no dia-a-dia. Reduziu-se a quantidade de varas ou estacas nas vinhas... Os feijoeiros já trepam fios e redes de plástico... Os estábulos e armazéns ou barracões agrícolas deixaram de ser construídos com madeiras... Enfim, não se verifica hoje o que Aquilino testemunhou: «E aldeias e serras estão consubstanciadas até a sua fibra mais íntima.»

Depois da tragédia, choram-se os mortos, gera-se, de imediato, generosa solidariedade, desenham-se programas de apoio às populações afectadas, prometem-se políticas de desenvolvimento rural, investiga-se o que falhou, alvitram-se soluções e, quicá, aprovar-se-ão medidas para evitar novos flagelos.

No entanto, permanece a dúvida sobre uma questão repetida com frequência nas últimas décadas: haverá vontade política para não deixar morrer estas comunidades rurais?

Continuará a política de desprezo pelo mundo rural?

De novo, impõe-se a escolha: ou a fénix, que renascerá das cinzas, ou o anjo apocalíptico que não tardará em ressoar a sua maldita trombeta.

Acerca do início das comemorações dos 600 anos do *Descobrimento* do Arquipélago da Madeira

Com pompa e circunstância, foi anunciada a exposição, que a Madeira organizará no Museu Nacional de Arte Antiga, sob o título «As ilhas do ouro branco – arquipélago da Madeira: do século XV ao século XVI». Será inaugurada no próximo dia 15 de Novembro e, de acordo com fonte oficial, marcará o arranque das comemorações dos 600 anos do *descobrimento* deste arquipélago.

Não se conhece ainda o programa comemorativo nem tão-pouco está constituída a Estrutura de Missão para as referidas comemorações, criada pela Resolução n.º 243/2017, do Conselho de Governo, que, entre outras competências, deveria «elaborar, planificar e calendarizar um Programa Comemorativo dos 600 anos do Descobrimento da Madeira e Porto Santo». Segundo a mesma Resolução, a proposta do programa, acompanhada do respectivo orçamento, deverá ser apresentada até 31 de Agosto de 2017, pelo presidente da Comissão Executiva ao secretário regional da Economia, Turismo e Cultura, para aprovação pelo Conselho de Governo.

Não obstante a inexistência orgânica da Estrutura de Missão e a falta do respectivo programa, tem já data marcada, e ocorrerá em Lisboa, o evento que dará início às celebrações. Tudo isto é, no mínimo, estranho! Só o tempo de pré-campanha eleitoral para as autárquicas pode ditar tais incongruências.

Quer dizer: mesmo sem a implantação da Estrutura de Missão e sem programa aprovado, anuncia-se o início da comemoração dos 600 anos de uma sociedade insular, hoje com autonomia político-administrativa, longe da vista dos madeirenses e porto-santenses, com a inauguração na capital de uma grandiosa exposição para continentais, estrangeiros e um reduzido número de ilhéus, que lá vive ou que a Lisboa se desloca.

Nada disto acontece por acaso. Por detrás das decisões, há sempre escolhas políticas ou ideológicas. O assunto merece, por conseguinte, reflexão.

No entanto, à partida, devo salientar que não está em causa a divulgação do nosso património cultural fora da Região. Até já colaborei, por mais de uma vez, em projectos dessa natureza. Recorde-se, a propósito, a exposição bem-sucedida no Palácio Nacional da Ajuda, entre Novembro de 2009 e Fevereiro de 2010.

Contudo, agora o contexto é diferente. Vamos, afinal, iniciar a festa dos 600 anos na casa alheia e longe do aniversariante. É, pelo menos, desrespeitoso para com o povo da Região Autónoma da Madeira!

Lendo a Resolução n.º 243/2017, deduz-se que o Governo Regional ignorou novas fontes documentais, entretanto publicadas, e a historiografia mais recente e tomou como verdade o que Álvaro Rodrigues de Azevedo escreveu em 1873, ainda que o anotador do Livro Segundo das *Saudades da Terra*, prudentemente, não tivesse manifestado qualquer certeza quanto à datação do *descobrimento*, mas, sim, seguido a opinião mais corrente na sua época. Assim, lamentavelmente, a cronologia adoptada na referida Resolução releva o *descobrimento* da ilha do Porto Santo, em 1418, por Bartolomeu Perestrelo, e o da ilha da Madeira, em 1419, por Tristão Vaz Teixeira e João Gonçalves Zarco. Enfim, factos não sancionados pela História...!

Continuando a ler a citada Resolução, conclui-se que a opção foi pela comemoração do *descobrimento*. Mas, como está demonstrado, estas ilhas já eram conhecidas e representadas na cartografia, muitas décadas antes da chegada dos portugueses ao arquipélago. Perante esta realidade, sempre preconizei a celebração do povoamento em vez do dito *descobrimento*.

Os portugueses, em 1420, investiram no povoamento do arquipélago, tarefa que implicou coragem, poder, determinação, organização e empreendedorismo.

Por meados do século XV, tinha-se já a certeza de uma agricultura rendível. Da terra, brotava riqueza. Novas culturas e novos povoadores asseguram a continuidade da ocupação do arquipélago.

A viagem de reconhecimento, comandada por Zarco, merece, sem dúvida, ser festejada. No entanto, verdadeiramente importante foi o esforço para ocupar estas ilhas, aproveitando recursos naturais, criando áreas agrícolas e urbanas, produzindo para garantir a subsistência, mas pensando em excedentes que poderiam ser comercializados, introduzindo a cana-de-açúcar e a vinha e enquadrando o arquipélago nas rotas internacionais do comércio.

Aos homens e mulheres que aqui se fixaram há 600 anos é devida justa homenagem. Foram eles os primeiros obreiros desta sociedade.

Pensando assim, custa-me aceitar que as comemorações arranquem fora do nosso território, longe dos madeirenses e porto-santenses.

Planeia-se uma embaixada cultural em Lisboa. Pretendem alardear as jóias madeirenses na capital. Que deslumbramento! Mas por que razão não hão-de ser mostradas primeiro ao nosso povo? Ou acham que os madeirenses e porto-santenses conhecem o seu património cultural? Neste domínio, há tanto por fazer, e essa planeada exposição, exibida em primeiro lugar no Funchal, num sítio acessível e devidamente publicitada, poderia ser uma excelente forma de dar a conhecer o património artístico, arqueológico e arquivístico da RAM.

Encharca-se, frequentemente, a opinião pública com inflamados discursos autonomistas. Pena é que, nos momentos certos, a autonomia seja pendurada no armário, como agora na efeméride centenária. Com avultados custos em transportes, seguros, deslocações e recepções, correm embevecidos rumo à velha capital do império, para um início opulento das comemorações dos 600 anos da nossa existência, como se os ilhéus, através dos seus procuradores, ainda estivessem obrigados a dar conta da sua riqueza aos defuntos donatários. Como se os madeirenses e os porto-santenses não merecessem participar nesse acto simbólico que assinalará o começo dos festejos do Sexto Centenário!

Nota final a propósito do título «As ilhas do ouro branco – arquipélago da Madeira: do século XV ao século XVI»:

Neste arquipélago, somente a ilha da Madeira produziu açúcar, o «ouro branco» dos séculos XV e XVI.

Nota:

A Resolução n.º 243/2017, publicada no *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, I Série, n.º 71, de 18 de Abril de 2017, que cria uma estrutura temporária designada por Estrutura de Missão para as Comemorações dos 600 anos do descobrimento da Madeira e Porto Santo, enferma, à partida, de um erro cronológico, ao referir sempre, em primeiro lugar, a Madeira, quando deveria ser *descobrimeto* do Porto Santo e da Madeira.

A propósito de uma sondagem...

Uma sondagem sobre as próximas eleições autárquicas divulgada, estrategicamente, pelo *Diário de Notícias*, após a apresentação da candidatura da coligação *Confiança* à Câmara Municipal do Funchal, deve merecer a nossa atenção, embora, obviamente, esteja sujeita às contingências dos estudos desta natureza (*DN*, 21-07-2017, p. 2).

Se o estudo permite concluir que a coligação, liderada por Paulo Cafôfo, seria vencedora, no período em que se realizaram as entrevistas, também é certo, como escreveu o *DN*, que, relativamente à sondagem de Janeiro passado, perdeu 5,5 %.

Como todos sabem, as eleições não se ganham com sondagens, na imprensa ou nas redes sociais. Ajuda, mas não chega. Determinante é o trabalho no terreno. Mas a vitória decorre do escrutínio, após o encerramento das urnas.

Mesmo assim, os estudos de opinião têm o mérito de suscitar a reflexão. É isso que tentamos fazer.

Quanto a Paulo Cafôfo e à coligação *Confiança* que lidera, composta pelo PS, JPP, BE, PDR e Nós, Cidadãos!, interessa, em nosso entender, ter em conta o seguinte:

1. Sendo a *Mudança* um projecto de poder, que tem vivido muito de estratégias de comunicação e publicidade nos *media*, em particular no *Diário de Notícias* do Funchal, convém esclarecer os funchalenses, inequivocamente, acerca da forma verbal «Cumprimos», palavra-chave nos cartazes da *Confiança* já afixados, para que os eleitores possam reconhecer que a Câmara da *Mudança* executou, com sucesso, o seu programa.
2. A previsão de vitória recomenda mais trabalho junto do eleitorado.

3. Paulo Cafôfo deverá ainda elucidar os funchalenses se tenciona ou não cumprir integralmente o mandato para o qual se recandidata.
4. Por fim, há que resolver a questão do relacionamento com a liderança do PS-Madeira. Já não dá para dissimular. Fica-se com a impressão de que há um PS Regional e um PS com sede na Câmara do Funchal. Carlos Pereira, nas últimas semanas, tem tido alguns dissabores com o Poder Central, como foi público relativamente à discussão do Estado da Nação (*DN*, 13-07-2017, p. 19) e à votação do relatório da comissão de inquérito sobre a Caixa Geral de Depósitos (*DN*, 20-07-2017, p. 14). Parece também ter sido surpreendido com a deslocação de António Costa ao Funchal, para a cerimónia de apresentação dos candidatos da coligação *Confiança* à Câmara Municipal. Tanto neste evento na Praça do Município, como no anterior de anúncio da candidatura e do respectivo mandatário, na UMa, aparentava estar um tanto ao quanto agastado. Os eleitores não apreciam a bicefalia do PS-Madeira. Por um lado, há um presidente, legitimamente eleito; por outro, há um *independente*, conotado com o PS, valido de António Costa – ao que consta, que tem mais popularidade e, provavelmente, vale um número de votos superior ao de Carlos Pereira. Mais do que uma cabeça, só na mitologia grega!

Relativamente à candidatura do PSD, verifica-se, através deste estudo de opinião, uma ligeira subida. Rubina Leal fez bem em deixar as suas funções governativas e em anunciar alguns elementos da sua lista. Pecou por não sair mais cedo, duas ou três semanas. Se se tivesse demitido antes do debate do Estado da Região, não teria dado azo às críticas que lhe foram dirigidas. Todavia, como já foi apontado, a selecção primordial na estrutura do Governo denota ausência de envolvimento com a sociedade civil. Preferiu homens e mulheres de confiança política. Aliás, nos tempos actuais, parece que o PSD trabalha apenas no círculo bem restrito dos amigos fiéis dos fiéis amigos, sem olhar a competências. Mas esse não é o problema maior desta candidatura. O que sobressai, ao nível da imagem e do discurso, é uma candidata que parece estar contrariada neste desafio das autárquicas. Fica-se a pensar que aceitou a candidatura apenas por obrigações com o seu partido, mas que, talvez, preferia o lugar de secretária regional, onde até, publicamente, se lhe reconhecia competência. Por outro lado, o facto de já ter desempenhado o cargo de vereadora na Câmara do

Funchal poderá ser interpretado sob duas perspectivas: conhece a casa e a problemática do município, o que é positivo; esteve na autarquia vários anos e não foi capaz de resolver alguns dos problemas que, presentemente, enuncia e promete solução, o que lhe retira credibilidade. Dedicada agora, exclusivamente, à campanha eleitoral, é de crer que surja com mais motivação e convicção e tente congregar o eleitorado social-democrata. Todavia, argumentos medíocres do tipo «os municípios não governados pelo PSD são um desastre» ou «o cabeça-de-lista da *Confiança* é o candidato de Lisboa» dificilmente cativarão os cidadãos. A memória é curta! Não se lembram do estado das finanças de algumas Câmaras em 2013, governadas durante décadas pelos social-democratas, como as do Funchal e de Santa Cruz. Esquecem o apadrinhamento de Passos Coelho a Miguel Albuquerque. O que o bizarro patrono disse no Chão da Lagoa, no domingo passado, só poderá ser explicado por diminuição ou perda temporária da memória, efeito da poncha ou, então, por considerar os madeirenses estúpidos e incapazes de se lembrarem das suas políticas para a RAM, enquanto primeiro-ministro. Graves e alucinadas contradições que o PSD de Albuquerque e Rubina Leal engoliu, aplaudiu e mimoseou com umas pancadinhas nas costas, sem nó autonómico na garganta!

Segundo a sondagem referida, o CDS conseguirá eleger um vereador, o que é muito pouco para as aspirações de Rui Barreto. E isso resulta da dificuldade de interacção com os funchalenses. Problema endógeno do CDS que, durante algum tempo na Madeira, José Manuel Rodrigues, por ser figura mediática, de trato acessível e presença assídua no terreno, conseguiu suplantat.

Das restantes candidaturas, julgo que apenas Gil Canha poderá vir a ser eleito, principalmente pela sua irreverência, humor, denúncia de situações, no mínimo, estranhas e por um discurso não formatado ao cânone oficial, que seduz um nicho do eleitorado não alinhado nem arregimentado. Contudo, precisa de fazer crescer a sua credibilidade e deixar de passar a imagem de que concorre para «vingar» aquilo que denomina ter sido a sua defenestração da Câmara Municipal do Funchal, aquando da cisão da *Mudança*.

Dificilmente, a CDU elegerá um vereador, pela reincidência inconsequente do candidato e pelo facto de a *Confiança*, através do BE, ir buscar votos ao eleitorado daquela coligação, sobretudo entre os não fiéis do PC.

Já Roberto Vieira e Raquel Coelho irão apenas tentar consolidar o seu eleitorado no Funchal ou afirmar os respectivos partidos, mas sem o número suficiente de votos para a sua eleição para a Câmara Municipal.

Tudo isto são conjecturas. Só no dia 1 de Outubro se ficará a conhecer a composição da CMF. E Setembro será, por certo, um mês de intenso trabalho para os candidatos divulgarem os seus ideais e, em especial, esperamos, apelarem à participação no acto eleitoral, porque uma abstenção elevada poderá alterar os cenários previstos.

Parque Municipal do Monte

Faz hoje um mês que a queda de um carvalho centenário, no Largo da Fonte, provocou a morte de treze pessoas e feriu cinquenta e duas, sete das quais com ferimentos graves, quando se honrava a Senhora do Monte. A tragédia gerou solidariedade, coragem, empenho e elevada dedicação de profissionais de diversas áreas. Mas contaminou também o discurso político com intervenções inoportunas. Alertas anteriores sobre o estado das árvores do Parque e a questão da propriedade do terreno, onde estava plantado o carvalho assassino, vieram precipitadamente a lume, quando a circunstância recomendava contenção e palavras de luto, ornamentadas com conforto e esperança e sustentadas na assunção de eventuais responsabilidades, deixando à Justiça a indispensável investigação.

A pesquisa histórica, que desenvolvemos no Arquivo Regional da Madeira, permite concluir que o terreno, onde se localizava o carvalho, pertence à Igreja do Monte, mas a responsabilidade de cuidar dessa propriedade, convertida em logradouro público e integrada no Parque Leite Monteiro, é, desde finais de 1898, da responsabilidade da Câmara Municipal do Funchal.

Com efeito, na sessão de 23 de Agosto de 1894, a Câmara Municipal do Funchal [CMF] deliberou autorizar o presidente da edilidade, José Leite Monteiro, a concluir com João Baptista de Sousa o contrato de compra de uma porção de terra de 8860 m², na freguesia do

Monte, pela quantia de 1 640\$000 réis, para construção de um parque «para recreio do público». A verba em causa estava inscrita no 3.º Orçamento Suplementar da CMF, já confirmado pela Comissão Distrital.

A escritura de venda e quitação foi celebrada nos Paços do Concelho no dia 30 de Agosto desse ano. João Baptista de Sousa e sua esposa, D. Maria Avelina Brazão de Sousa, venderam à CMF um prédio rústico e urbano, no sítio da Igreja, freguesia do Monte, constituído por uma porção de terra com suas benfeitorias de carvalhos, alguns castanheiros e paredes, uma casa de um só pavimento, coberta de telha, e um telheiro coberto de telha, que confinava a norte com terra e benfeitorias da Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Monte, caminho que vem da Igreja para a Fonte de Nossa Senhora e muro de suporte da entrada ou largo na frente da escada grande do adro da Igreja, sul com a estrada real denominada Caminho do Monte e caminho municipal denominado do Atalhinho ou do Pico, leste com terra da referida Igreja e a estrada real denominada Caminho do Monte e oeste com o Ribeiro de Santa Maria do Monte, prédio descrito a folhas 96 e 97 do inventário prestado por morte de Cristóvão de Sousa, pai e sogro dos vendedores.

O prédio adquirido encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca do Funchal sob o n.º 6147, a fls. 180v.º do Livro B-16 e inscrito a favor da CMF.

Por deliberação camarária de 29 de Setembro de 1895, o jardim, que a CMF estava a construir no Monte, foi denominado de *Parque Leite Monteiro* com a justificação de ter sido o presidente da edilidade «quem teve a iniciativa da compra do terreno necessário para tal fim e ser aos seus desvelados esforços que se deve a execução desse parque destinado a ser um dos principais, senão o principal atractivo e recreio de tão aprazível instância.»

Em 1896, o fontanário setecentista da Fonte de Nossa Senhora foi destruído pela queda de um castanheiro. A CMF, na sessão de 12 de Agosto do ano seguinte, deliberou arrematar as obras de assentamento do novo fontanário em mármore, executado na oficina de António M. Rato, em Lisboa.

Entretanto, o terreno, pertencente ao Passal do pároco do Monte, veio a ser entregue ao município «para ser ajardinado e servir de logradouro público», integrando o Parque Leite Monteiro. Na sessão camarária de 15 de Dezembro de 1898, foram aprovadas diversas propostas para regularizar esta concessão, tendo a vereação resolvido agradecer, ao prelado diocesano e ao pároco, a boa vontade demonstrada na cedência do referido terreno.

Na verdade, em 20 de Dezembro desse ano, o presidente da CMF enviou ao bispo do Funchal e ao vigário do Monte ofícios de agradecimento.

Ao prelado, reconheceu a «boa vontade com que se dignou autorizar o reverendo pároco da freguesia do Monte a pôr à disposição desta municipalidade, para ser ajardinado e servir de logradouro público, uma importante porção de terreno do respectivo Passal que hoje faz parte do Parque Leite Monteiro.» Acrescentou o edil:

É tão valiosa a concessão a que me refiro, e contribuiu ela por tal forma para aformosear aquela agradável estância, a que a gerência municipal próxima a findar dedicou tantos desvelos, que é para mim motivo de grande satisfação congratular-me com V. Ex.^a pelo facto de a Igreja e o município terem por igual contribuído para a realização dum melhoramento tão importante e que já é bem conhecido no estrangeiro.

Idêntico agradecimento foi enviado ao vigário do Monte, congratulando-se o presidente da edilidade «pela boa harmonia que sempre reinou entre a Câmara» e o pároco, da qual resultou a conclusão de importante melhoramento. Ao vigário foram, conjuntamente com este ofício, enviadas cópias das propostas aprovadas pela Câmara em 15 de Dezembro, que estabeleciam «os ónus e direitos que à Igreja e ao município cabem pela concessão do terreno.»

Pelas cláusulas desta concessão, as árvores, os respectivos frutos e todos os frutos civis de concessão para parquejar e ajardinar continuaram a pertencer à Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Monte, o que era respeitado pela CMF, conforme declarou, em Julho de 1957, o padre José Marques Jardim em representação da referida Fábrica. Contudo, nessa data, a CMF replicou não possuir qualquer documento relativo à dita concessão, além da deliberação camarária que deu lugar ao acordo entre as partes, isto é a acta da sessão de 15 de Dezembro de 1898, que, em concreto, registou que as cláusulas da concessão ficavam devidamente arquivadas e faziam parte integrante da mesma.

Numa planta datada de 1900, de A. R. Pereira, arquivada num processo de obras executadas pela CMF no Monte, podemos comprovar que o Parque Leite Monteiro englobava o terreno concedido pela Igreja ao Município do Funchal em 1898.

Em 18 de Outubro de 1956, quando se procedia à organização do cadastro geométrico da propriedade rústica da freguesia do Monte e havia a necessidade de estabelecer os limites das propriedades confinantes, nos termos do Decreto-Lei n.º 36 505, de 11 de Setembro de 1947, a CMF deliberou colocar marcos cadastrais nalguns pontos do Parque Leite Monteiro, onde persistiam dúvidas sobre a delimitação

entre a propriedade municipal e a do Passal do pároco do Monte, após acordo «com o legítimo representante dos bens da Igreja e sem prejuízo dos direitos que lhe possam advir dos termos e condições a que ficou subordinada a cedência ou entrega do terreno», feita em 15 de Dezembro de 1898 à Câmara.

De sublinhar que a CMF alegou então que o Parque Leite Monteiro era constituído, no todo, por duas porções de terreno, uma adquirida pela Câmara a João Baptista de Sousa e consorte, em 1894, e outra que pertencia ao Passal do Pároco do Monte, que lhe foi entregue em 1898, para ser ajardinada e servir de logradouro público. Considerou ainda que, desde esta data, a edilidade estava «na detenção e fruição do mesmo Parque Leite Monteiro, tornando-o, depois de ajardinado, logradouro público, sem oposição de terceiros.»

Contudo, esta resolução sobre os marcos cadastrais veio a ser anulada em 25 de Abril do ano seguinte, devido à oposição do pároco da freguesia do Monte, o padre José Marques Jardim. Nesta mesma sessão, os vereadores mandataram o presidente da CMF para intentar uma acção judicial sobre a matéria em causa.

De facto, em 24 de Junho de 1957 deu entrada, no Tribunal Judicial da Comarca do Funchal, uma acção com processo especial de tombamento e demarcação, movida pela CMF contra a Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Monte, acerca do prédio rústico e urbano no sítio da Igreja, desta freguesia, adquirido pela edilidade em 30 de Agosto de 1894.

Em causa estava a fixação do limite norte do prédio da CMF. Alegou o padre José Marques Jardim que a Câmara pretendia apropriar-se de uma faixa de terreno que sempre pertencera à Fábrica da Igreja. O litígio decorria da localização precisa do limite: «caminho que vem da Igreja para a Fonte de Nossa Senhora», alegado pela CMF e que constava como confrontação pelo quadrante norte na escritura de compra, ou do «caminho para a Fonte», defendido pelo pároco-fabriqueiro e mencionado na descrição predial da Conservatória.

O Tribunal deslocou-se ao Monte, no dia 19 de Dezembro de 1958, para examinar as extremas dos prédios em causa, tendo ficado, em princípio, acordado, entre as partes, que a decisão fosse cometida a árbitros da sua escolha. No entanto, foi concedido ao presidente da edilidade funchalense um prazo de trinta dias para que a Câmara deliberasse sobre este projecto de acordo.

Na sequência da suspensão do julgamento, o advogado Manuel Pestana Júnior, mandatário judicial da Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Monte, renunciou ao mandato por divergências com o mandante. A referida Fábrica constituiu então seu procurador o advogado Alfredo da Fonseca Duarte.

Todavia não se concluiu o acordo para a decisão arbitral do pleito e, porque entretanto se alterou a composição do Tribunal, realizou-se nova inspecção ao local em 2 de Junho de 1959.

Em 14 de Outubro seguinte, a CMF e a Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Monte manifestaram ao Juiz de Direito do 2.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca do Funchal que desejavam, por meio de transação, pôr termo ao processo. Assim, no dia 19, foi assinado o termo de transação, pondo fim ao litígio sobre as extremas dos prédios que lhes pertenciam na freguesia do Monte.

Resolveram as duas partes interessadas:

PRIMEIRO – Acordar em reconhecer para o futuro uma linha de demarcação dos dois referidos prédios atrás mencionados que será a seguinte: partindo do sul, do ângulo oeste do miradouro existente no sopé da escada inferior da Igreja, vai, passando junto ao extremo oeste do quiosque existente próximo da referida escada inferior, atingir a esquina da casa dos Romeiros, pelo oeste, seguindo daqui pelo caminho (hoje denominado ‘Caminho da Igreja’) que vai para a Fonte até atingir esta e daqui até ao extremo da parede que serve de suporte ao terreno da Fábrica da Igreja [...] SEGUNDO – Mais acordam em reconhecer que os terrenos situados a partir desta linha para o lado da Igreja de Nossa Senhora do Monte são propriedade da Fábrica da Igreja; e que os terrenos situados para o lado oposto desta linha são propriedade da Câmara Municipal do Funchal.» A CMF comprometia-se ainda a não permitir «a ocupação do Caminho da Igreja com tabuleiros, barracas ou quaisquer objectos que possam dificultar o trânsito para a Igreja ou destoar do carácter das solenidades religiosas.

O projecto de acordo havia sido aprovado, por unanimidade, na sessão camarária de 8 de Outubro de 1959. Nesta mesma reunião, foi também deliberado atribuir a denominação de ‘Caminho da Igreja’ à artéria que liga o Largo da Fonte à Igreja Paroquial do Monte, reconhecendo-se que a mesma define, em parte, o limite leste do Parque Leite Monteiro, propriedade do município.

O Parque do Monte veio a ser alargado em Junho de 1960, quando a CMF adquiriu uma parcela de terreno e benfeitorias com a área de 1028 m² a Manuel Santos Gomes e a sua esposa, Sofia Gonçalves Santos Gomes, na qualidade de proprietários, e ao padre José Marques Jardim, como usufrutuário, no sítio da Igreja, que confrontava a norte com o Largo da Fonte, a sul com o Ribeiro do Atalhinho e Manuel Santos Gomes, a leste com o Ribeiro do Atalhinho e a oeste com Manuel Santos Gomes.

Por fim, é de referir que se encontra informação diferente na página oficial da CMF *. Aí se pode ler que o Parque Municipal do Monte apresenta uma área de 26 000 m², o que, como parece óbvio, inclui a propriedade da Igreja do Monte, que, desde 1898, faz parte do Parque e

constitui logradouro público sob a responsabilidade da Câmara do Funchal. Segundo a mesma fonte, trata-se de propriedade pública municipal com entrada livre!

* http://www.cm-funchal.pt/ambiente/index.php?option=com_content&view=article&id=213:parque-municipal-do-monte&catid=104:parques-quintas-e-jardins-municipais&Itemid=273
[Acesso em 14-09-2017]

Derrota do PSD

Analisar, sobre a hora, os resultados das eleições autárquicas na RAM é um risco, mas também um desafio interessante. Eventuais falhas poderão vir a ser corrigidas, caso se justifique.

Foram eleições muito disputadas, com muitas candidaturas partidárias, algumas de grupos de cidadãos, encabeçadas, na Ribeira Brava e Santana, por dissidentes do PSD, e muitos candidatos. Esta dinâmica gerou maior afluência às urnas do que no sufrágio de 2013.

Verifica-se que as recandidaturas foram bem-sucedidas, o que vem confirmar aquele princípio de que, raramente, perde quem detém o poder e apresenta trabalho positivo, reconhecido pela população. Foi o caso da Calheta e Câmara de Lobos (PSD), Funchal (*Confiança*), Ribeira Brava (*Ribeira Brava Primeiro*), Santa Cruz (JPP), Santana (CDS), São Vicente (*Movimento Unidos por São Vicente*), Machico e Porto Moniz (PS). No caso do Porto Santo, a recandidatura socialista não teve êxito, mas isso deve-se, por certo, ao mandato atribulado de Filipe Menezes e, em especial, aos frequentes conflitos com a Assembleia Municipal. A experiência autárquica, a afabilidade e a serenidade de Idalino Vasconcelos contribuíram para a sua vitória, embora sem maioria absoluta.

As opções do PSD, quanto à recuperação do poder autárquico e da presidência da Associação de Municípios da RAM, falharam quase na totalidade. Assim aconteceu no Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz e Santana. Esta situação deverá levar

o PSD a retirar as devidas ilações quanto à escolha dos cabeças de listas e demais candidatos, pois não basta apresentar caras novas ou figuras com notoriedade, mas, sobretudo, exige-se trabalho reconhecido e ligações profundas com o meio, não desprezando também quem anteriormente desempenhou funções autárquicas com satisfação dos munícipes. O concelho da Ribeira Brava é, neste âmbito, um caso paradigmático.

Por outro lado, mesmo sendo estas eleições autárquicas, o PSD deverá reflectir sobre a sua acção enquanto poder regional e, em particular, acerca do seu relacionamento com os madeirenses e portosantenses, pois a sociedade actual está mais informada, dispõe das redes sociais e dificilmente voltará a aceitar o caciquismo, ameaças ou deixar-se seduzir por velhos argumentos, como aquele, por demais ridículo, de que, no seu seio, estão os *competentes* e, do outro lado, os *incompetentes*.

O PS perdeu a Câmara Municipal do Porto Santo e ganhou, sem maioria absoluta, a da Ponta do Sol. Neste município, ocorreu um caso inédito da história da nossa democracia, porquanto Célia Pessegueiro é a primeira mulher madeirense a ser eleita para a presidência de uma câmara da Região. Apesar desta vitória singular e da manutenção de três câmaras socialistas e de uma ganha por uma coligação, que inclui o PS, os objectivos, delineados pelo líder do PS para estas eleições autárquicas, não vieram a ser plenamente alcançados, como, por exemplo, prova o fraco resultado em Santa Cruz.

Já o CDS alcançou melhores resultados do que em 2013, não em número de votos, mas aumentando o seu número de autarcas e passando a governar novas juntas de freguesia.

Para a CDU, o resultado é mau, perdendo o seu vereador na Câmara do Funchal, o que era previsível.

O município do Funchal, com quase metade dos eleitores da RAM requer atenção especial. A coligação *Confiança* ganhou cinco freguesias (Imaculado Coração de Maria, Santa Maria Maior, São Gonçalo, São Martinho e São Pedro) e o PSD as restantes (Monte, Santa Luzia, Santo António, São Roque e Sé).

O triunfo da *Confiança* deve-se, sobretudo, à popularidade de Paulo Cafôfo e, na minha opinião, não constitui uma vitória do PS, como afirmou, de forma oportunista, o líder do PS no balanço dos resultados eleitorais. Resta saber se a *Confiança* obteve maioria absoluta.

Nota:

A coligação *Confiança* (PS, BE, JPP, PDR e NC) obteve a maioria absoluta na Câmara Municipal do Funchal com seis mandatos. O PSD conseguiu quatro e o CDS-PP um.

Para a Assembleia Municipal do Funchal, a *Confiança* elegeu 15 deputados, o PSD 12, o CDS-PP três, o PCP-PEV um; o MPT.PPV/CDC um e o PTP um.

Relativamente ao CDS-PP, há que rectificar a informação acima. De facto, realizado o apuramento total, verifica-se que este partido alcançou, na Região Autónoma da Madeira, menor número de votos e mandatos do que em 2013.

Votação do CDS-PP nas eleições autárquicas de 2013 e 2017,
na Região Autónoma da Madeira

Ano	Câmaras Municipais	Assembleias Municipais	Assembleias de Freguesia
2017	12 493 votos 8 mandatos	13 309 votos 23 mandatos	13 050 votos 61 mandatos
2013	17 679 votos 8 mandatos	18 628 votos 33 mandatos	17 899 votos 84 mandatos

A propósito do órgão novo da Sé do Funchal

Decidiu o Cabido adquirir um novo órgão, da autoria de Dinarte Machado, para assinalar as comemorações do quinto centenário da sagração do altar-mor da Sé. Colocado no transepto, oculta, parcialmente, o precioso retábulo do Senhor Jesus, quando movido para posição paralela a este altar. Mesmo encostado à parede, interfere, de forma negativa, na leitura deste espaço nobre da catedral e, provavelmente, na concentração espiritual dos fiéis, que optam pelo lado sul do transepto.

A Sé possuiu já vários órgãos, sendo de salientar o que se encontra, actualmente, no coro, sobre a entrada principal, construído na Inglaterra nos finais do século XIX. Pertenceu à Igreja Anglicana, mas, no ano de 1937, foi comprado pelo Cabido. Em 1996, beneficiou de dispendioso restauro e respectiva bênção, sendo, por diversas vezes, utilizado em concertos e na liturgia. E, como ficou demonstrado recentemente, continua apto para ser tocado.

Nestes quinhentos anos, o coro ou tribuna, onde se encontrava o órgão, foi variando de lugar, entre a capela-mor, o cruzeiro e a entrada principal, com a capela do Senhor Jesus a servir também para acomodar um órgão de dimensões reduzidas, usado frequentemente nas cerimónias litúrgicas da catedral. Algumas vezes, a localização do órgão foi contestada, ora pela vereação da Câmara do Funchal ora pelo provedor da Fazenda, valendo a intervenção régia.

Entendeu o actual pároco da Sé ou o Cabido ser necessário um novo órgão, pensado ao serviço da liturgia e da participação dos fiéis, colocando-o no braço sul do transepto, com indisfarçável prejuízo da gramática do retábulo do Senhor Jesus e do contexto desta capela com tecto mudéjar.

Neste retábulo tardo-maneirista, que ostenta a data de 1677, sobressaem quatro pinturas flamengas de finais do século XVI, da oficina de Miguel de Coxie, sendo uma delas assinada e datada, e um

cristo crucificado, do século XVII, envolvido por uma auréola entalhada e dourada.

No meu modesto e laico juízo, a promoção da evangelização e da ajuda ao próximo, apregoadas pela Igreja, não passa pela compra de um novo órgão. É certo que se enriqueceu a Sé, ao nível do seu património. Trará beleza e ostentação na liturgia. Contudo, o crescimento da fé e a prática das virtudes cristãs não emanam dos tubos de tão grandioso instrumento musical, como os acordes que se propagam pelas naves da catedral.

O papa Francisco ensina-nos que «a fé não é uma coisa decorativa, ornamental. Ter fé quer dizer pôr realmente Cristo no centro da nossa vida.» (*Twitter*, 30 Agosto 2013).

O espírito de grandeza e poder, tão presente na história da Igreja e ainda dominante na instituição, contrasta com as palavras e a humildade de Francisco.

Da *Festa*, as vésperas

A celebração litúrgica do Natal na Madeira inicia-se com as novenas, denominadas *Missas do Parto*. A primeira ocorria no dia 16 de Dezembro e a última em 24. Mas, nos dias de hoje, na maioria das paróquias, iniciam-se em 15 e terminam em 23. São, geralmente, celebradas ao romper da aurora, entre as 5 e as 7 h da manhã.

É costume antigo e documentado na ilha, pelo menos desde os finais do século XVII.

Estas novenas em honra da *Virgem do Parto* têm a sua origem na solenidade da *Expectação do Parto da Santíssima Virgem*, celebrada no dia 18 de Dezembro e nos dias seguintes antes do Natal. Eram muito conhecidas as antífonas rezadas nesta semana de devoção particular ao parto de Maria. Começavam todas pela letra Ó, e por elas se explica a designação popular de festa de Nossa Senhora do Ó.

As *Missas do Parto* são muito participadas, inclusive por pessoas que, habitualmente, não frequentam a Igreja. Para estas celebrações há cânticos próprios, alguns de origem desconhecida, que a maioria dos fiéis sabe de cor.

A ida para a igreja, quando não era frequente a utilização do automóvel, motivava a formação de grupos, nos diferentes sítios. O som do búzio servia para anunciar a hora da concentração. Gaitas, pifes, machetes, pandeiros, castanholas e outros instrumentos proporcionavam inusitada folia pelo amanhecer, a que não faltavam foguetes e bombas.

Na actualidade, há grupos que percorrem diversas paróquias numa espécie de romaria das *Missas do Parto*.

Terminada a missa, o adro da igreja converte-se em animado lugar de convívio, com partilha de bebidas quentes, em especial o cacau, canja, licores, broas e rosquilhas.

Entre 8 de Dezembro e o início das *Missas do Parto*, começam as tradicionais matanças de porcos para a *Festa*, costume que se mantém vivo fora dos aglomerados urbanos, dando lugar a convívios de familiares e amigos que repartem *petiscos* e bebidas, enquanto decorre

a *função*. A carne de porco é essencial para os pratos da *Festa*. Contudo, raramente se verifica a produção de enchidos.

Igualmente, estas datas servem para «deitar as searas de molho». No dia de Nossa Senhora da Conceição, põe-se o milho a hidratar. Na primeira *Missa do Parto*, o trigo, a lentilha, o tremço, a alpista ou o chicharo. Quando começam a germinar, plantam-se as gramíneas ou as leguminosas em pequenos vasos de barro com terra, que são regados amiúde. Pela *Festa*, as *searinhas* já crescidas são colocadas na *lapinha*.

O armar da *lapinha* acontecia habitualmente nas vésperas do dia de Natal. Nos dias de hoje, ocorre mais cedo. Em algumas casas, no dia de Nossa Senhora da Conceição ou na primeira *Missa do Parto* já a *lapinha* está armada.

Dias antes da *Festa*, preparam-se licores e doces, bastante apreciados nesta época. A amassadura dos bolos de mel mobilizava a família, não somente na sua confecção em casa, ao redor de um grande alguidar, mas também na cozedura, que, no passado, se fazia, habitualmente, nos fornos das padarias. Além desta especialidade tradicional, preparam-se broas de manteiga, de mel ou de coco e rosquilhas. Quanto às bebidas licorosas, são muito reputados os licores de anis, maracujá e tangerina, bem como o tim-tam-tum.

Em 23 de Dezembro, para o Mercado dos Lavradores, no Funchal, convergem numerosas pessoas. É a denominada «noite do mercado». No início deste século, transformou-se num acontecimento festivo, com cobertura televisiva e animação programada. Desde há cerca de trinta anos, um grupo de amigos tem vindo a animar esta noite com cânticos de Natal na praça do peixe do Mercado dos Lavradores.

Anteriormente, o mercado atraía a população funchalense pela oferta de produtos hortícolas frescos, fruta em abundância, pinheiros e outras ramas verdes para as ornamentações tradicionais, brinquedos e bugigangas. O ajuntamento de pessoas proporcionava também momentos de diversão, com cantigas e despiques dentro do mercado e nas ruas limítrofes durante toda a noite. As tascas desta zona eram muito frequentadas pelas bebidas e sandes de carne de vinho e alhos ou de fígado, que preparavam para os vendedores e clientes do mercado.

A actual «noite do mercado» movimentava milhares de pessoas, já não tanto pela necessidade de comprar o que ali se oferece, mas pela diversão e o convívio que proporciona.

E tudo fica pronto para a *Festa*. Convém, todavia, lembrar as palavras do poeta José Tolentino Mendonça:

*O Natal não é ornamento: é movimento
Teremos sempre de caminhar para o encontrar!*

O Forte de São João Baptista em Machico

O Governo da Madeira, em 4 do corrente, deliberou mandar a vice-presidência do Governo Regional para conduzir o processo do Forte de São João Baptista, em Machico, tendo em vista uma política de preservação e rendibilização do Património Cultural, cuja propriedade pertence a esta Região Autónoma.

Trata-se de mais um passo para solucionar um velho problema, que mancha a paisagem da baía de Machico. Esperamos que, finalmente, seja reabilitado aquele edifício e outra imagem envolva o lugar onde os portugueses desembarcaram pela primeira vez, para darem início ao povoamento da ilha da Madeira.

O Forte de São João Baptista é um edifício classificado do património cultural madeirense pelo Decreto 32 973, de 18 de Agosto de 1943.

Ao contrário de outras localidades, Machico conservou, até aos dias de hoje, duas importantes fortificações construídas no início do século XVIII. De facto, os fortes de São João Baptista e o de Nossa Senhora do Amparo sobreviveram à torrente destruidora das construções militares na ilha. Somente não chegou até nós o Reduto de São Roque, do qual temos algumas notícias desde a segunda metade de Seiscentos.

O Forte de São João Baptista foi mandado edificar pelo governador Duarte Sodré Pereira no ano de 1708, conforme se pode ler na lápide que encima a porta de armas. Contudo, já em 1695 existia o Reduto do Embarcadouro, onde, nesse ano, Manuel Ferreira Maciel iniciou as funções de condestável.

Em 1817, segundo a *Descrição* de Paulo Dias de Almeida, a artilharia do Forte do Embarcadouro ou de São João Baptista encontrava-se «toda no chão». Igualmente, a do Forte de Nossa Senhora do Amparo achava-se em mau estado. Não obstante, em 22 de Agosto de 1828, quando a armada miguelista tentou desembarcar em Machico,

ou simulou tal, os três fortes da vila abriram fogo sobre os navios que entraram na baía.

O engenheiro António de Azevedo registou, no ano de 1863, que este Forte estava bastante arruinado e abandonado. Depois do ataque miguelista, a sua utilidade militar revelou-se, na verdade, praticamente nula.

No entanto, novas funções caberão ainda ao velho Forte. Assim serviu de hospital, durante a epidemia de cólera dos finais da primeira década do século XX. Mais tarde, abrigou diversas colónias de férias nos meses de Verão, organizadas pelas irmãs da Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria, do Convento de Santa Clara do Funchal. A fim de se constituir como Colónia Balnear Infantil, a Junta Geral do Distrito procedeu a várias obras de adaptação, inclusive a construção de um dormitório e de uma capela, desenhada pelo escultor João Tomás Figueira da Silva (1920-2011).

Depois do 25 de Abril, o Centro de Informação Popular de Machico fundou ali um Jardim de Infância, o qual foi encerrado em Janeiro de 1976 pelo brigadeiro Carlos de Azeredo. Refira-se que, em Setembro de 1975, o Forte foi ocupado por refugiados das antigas colónias portuguesas em África. Aqui habitaram diversas famílias, em condições pouco dignas, até ao início deste século.

O realojamento das famílias, que viviam no Forte, abriu caminho à recuperação deste edifício classificado do Património Cultural da Região Autónoma da Madeira

Na verdade, em 2002 o Governo Regional aprovou um programa de recuperação, que previa espaços museológicos e de restauração. Contudo, não foi concretizado.

Em 2005, surgiu um novo projecto, com a assinatura do arquitecto Victor Mestre, para uma unidade hoteleira com quarenta quartos, que seria executado pela empresa «Mare Nostrum». O prazo de concessão do Forte de São João Baptista, de acordo com o que foi divulgado por ocasião da assinatura do respectivo contrato com o Governo Regional, era de trinta anos. Mas o projecto não foi concluído, ainda que, em 2008, tivesse sido abordado o processo de transferência da concessão da obra de recuperação e de exploração hoteleira para outra empresa. A construção de uma ETAR na área de protecção do monumento classificado foi, por certo, um óbice ao prosseguimento do investimento no Forte. A crise financeira justificou o seu fim e o abandono nos últimos anos.

Não se sabe ainda como será o novo projecto de recuperação do Forte de São João Baptista, mas impõe-se atenção especial a este edifício classificado do Património Cultural da Região Autónoma da Madeira, bem como à sua área de protecção.

A cidade de Machico carece deste espaço para o seu desenvolvimento e progresso. A memória do lugar também exige a preservação da sua História. A reabilitação do forte setecentista seria forma condigna de assinalar os 600 anos do início do povoamento da Madeira, porquanto foi ali que os portugueses desembarcaram, pela primeira vez, nos finais da segunda década do século XV.

Separar as águas

Agora, tudo ficou mais claro. O actual presidente da Câmara Municipal do Funchal está disponível para encabeçar a lista do PS às próximas legislativas regionais, perfilando-se como candidato a presidente do Governo Regional da Madeira.

Há muito que se desconfiava desta sua intenção. Eu próprio, num artigo aqui publicado em 26 de Julho de 2017, a propósito de uma sondagem sobre as eleições para a Câmara do Funchal, escrevi que Paulo Cafôfo deveria elucidar os funchalenses se tencionava ou não cumprir integralmente o mandato para o qual se recandidatava. Então, a resposta parecia ser sim, e os eleitores confiaram-lhe o voto para presidir à Câmara durante um mandato.

Contudo, perante calculada e cortejada oportunidade política, traçada pelas imperiosas eleições no PS, logo o compromisso com os funchalenses foi posto de lado, porque a maioria dos militantes socialistas acredita que, com Paulo Cafôfo, há a possibilidade de conquistar o poder regional, aspiração, na verdade, também acalentada por muitos cidadãos não filiados naquele partido.

Não se discute a ambição de um cidadão, nem tão-pouco o não cumprimento integral do mandato para o qual mereceu o voto da maioria dos eleitores, facto que não é inédito. As circunstâncias ditam as oportunidades e a política, tantas vezes, foge aos desígnios da coerência da palavra dada, em nome de outros valores, mais ou menos generosos.

No entanto, há questões que merecem ser analisadas. Paulo Cafôfo foi eleito para a CMF através de uma coligação de diferentes forças partidárias, perante as quais tinha também o compromisso de assumir a presidência durante um mandato. A sua nova postura obriga as forças da coligação autárquica para o Funchal a repensarem a sua participação no projecto «Confiança», dado que o pressuposto

fundamental da mesma – servir o município durante quatro anos – deixou de existir.

Quem quiser sobreviver politicamente, terá de assumir uma posição neste novo, mas previsto cenário. Ou continuará vinculado à coligação, que ficou sem cabeça, na expectativa de eventual coligação para as regionais, onde obterá migalhas, ou lutará pelos interesses dos munícipes do Funchal, marcando a sua identidade, mas sem os impedimentos que, com frequência, as lógicas dos acordos eleitorais impõem.

Por outro lado, não deixa de ser importante analisar até que ponto não há uma sobreavaliação, por parte do PS-M, no seu posicionamento para as regionais. O efeito das políticas do governo de António Costa é favorável, mas o confronto Lisboa-RAM trará ao de cima o debate autonomista e as tentativas de interferência do Centro no poder regional, pelo que se impõe, aos novos protagonistas, profundo conhecimento das questões mais contundentes e adequada competência técnica.

A onda, que envolveu um candidato independente, apoiado por diversas forças políticas, para um segundo mandato autárquico no Funchal, poderá não se repetir para a Assembleia Legislativa da Madeira, porque se mostra bem diversa a dinâmica do próximo acto eleitoral.

Até lá, há muita pedra para partir..., embora se sinta, junto do eleitorado, significativa vontade de mudança. Ganhará quem mostrar saber interpretar e corresponder a essa vontade.

Fora de prazo

De braços no ar e em alta voz, ele gritava furioso: «Tu estás morto, e bem morto, e ainda não sabes!». Quem por ali passava e não podia deixar de ouvir, ficou sem saber o contexto irado em que se gerou o insulto.

Mas trata-se, sem dúvida, de ofensa grave. Caminha alguém pela cidade, aparentando boa saúde e, por motivo que se ignora, cai-lhe em cima aquela pesada afronta.

Como, por prudência, vergonha, medo ou elevação moral, o cidadão enxovalhado não reagiu, o que poderia originar briga séria reduziu-se a exaltação momentânea, manifestada através de uns berros na via pública.

Há frases, involuntariamente registadas no quotidiano, que, no nosso íntimo, se juntam a outras vozes, em diálogos estranhos e irregulares, crescendo em espiral até se derramarem num escrito formalmente aceite e desejado.

E, nesse emaranhado de ruídos, o impropério assume a racionalidade de se aplicar a alguém, que não consegue acompanhar o tempo, falando e escrevendo com a linguagem de outrora, quando espalhava ódios, ameaças e armadilhas para levantar ondas de medos entorpecentes.

Tantos anos se passaram, e o veneno não lhe sai da boca, agora ressequida e trémula, denegrindo velhos amigos e pretensos inimigos, a uns ofendendo, a outros aplicando, com experiência de mestre, rótulos falsos e ridículos, que a sua mente perversa sonha para disseminar pela manhã ou pela calada da noite, criando fantasmas e papões, atingindo tudo o que se lhe opõe, com mal contido receio da História não lhe vir a reservar a cadeira, para a qual andou sempre encomendando boa madeira e forte grude.

O veneno não surpreende. Foi sempre assim. O mesmo de anos, apesar de agora proceder de laboratório anacrónico, com prazo há muito expirado.

Já os leitos, que acolhem o veneno, dão que pensar. São do género «quanto mais me bates, mais gosto de ti», de triste reputação. Porta aberta que, sem pudor ou memória, dá guarida a arengadas bafientas.

É tempo de espantar a tralha e arrumar a casa sem a mobília do “defunto”, que se entretém a despejar peçonha, a repetir velhas e gastas tácticas e a distribuir papéis aos peões, para se vangloriar que continua a andar por aí.

Machico: o *dia do concelho* em discussão

A Assembleia Municipal de Machico iniciou, no passado dia 2, um debate público acerca do «dia do concelho», procurando ouvir a população sobre a continuidade ou a alteração da respectiva data.

Presentemente, esta comemoração ocorre no dia 9 de Outubro, coincidindo com a Festa do Senhor dos Milagres. Não foi feliz opção, creio que feita em 1977, e enquadra-se dentro do espírito do Decreto 38 596, de 4 de Janeiro de 1952, que preconizava o feriado municipal no dia de uma festa tradicional e característica do concelho.

A ideia de alteração da efeméride, escolhida para assinalar o «dia do concelho», vem sendo acalentada por vários edis e deputados municipais, pelo menos desde os finais dos anos oitenta do século passado.

A memória da fatídica aluvião de 1803, através da veneração da escultura do Cristo, arrastada pela torrente para o mar e, anos depois, das águas retornada à sua capela, pela determinação da Misericórdia de Machico, quando na Sé lhe queriam dar guarida, pela sua própria natureza – «festa de tristeza e de sentimento», diz o povo –, impede a Câmara de assinalar o «dia do concelho» (ou a «semana do concelho») com um amplo programa festivo, como é comum noutros municípios.

Nove de Outubro é, popularmente, o «dia do Senhor dos Milagres». A tradição e a devoção, o luto e a esperança renovam-se, em cada ano, na procissão da véspera e no pagamento das promessas. Machico converte-se em lugar de peregrinação com madeirenses de toda a ilha e também emigrantes, que, por fé ou outro qualquer motivo, que não importa indagar, se deslocam para a Festa do Senhor dos Milagres.

No dia 9 de Outubro, só as autoridades municipais e os representantes do poder regional ou central celebram o dia do concelho de Machico. A sessão é solene, mas outra solenidade amortalha o «dia do concelho».

Compreende-se que o «Dia do Senhor dos Milagres» continue a ser feriado municipal. Mas mostra-se pertinente arranjar outra data para assinalar o «dia do concelho». Não seria situação inédita. Em Santa Cruz, por exemplo, o feriado municipal não coincide com o «dia do concelho».

Não somente por razões laicas, o «dia do concelho» deve ser alterado. Há também motivos de ordem cultural, económica e turística. O «dia do concelho» noutra data permitiria a organização de uma semana festiva e cultural, que se poderia tornar um evento com repercussões económicas semelhantes à Semana Gastronómica.

Qualquer mexida em dias consagrados aos municípios gera controvérsia. Logo o boato invade o território. Já se diz que «querem tirar o Senhor dos Milagres» e outros disparates sub-repticiamente alimentados.

A pretendida mudança não constitui, por certo, prioridade municipal. Mas, sem dúvida, é pertinente e boa para o concelho.

Duas datas significativas parecem merecer algum consenso na almejada alteração: o 8 de Maio, alusivo à carta de doação da capitania de Machico a Tristão, e o 2 de Julho, dia provável do desembarque dos povoadores portugueses, que, sob a autoridade de Zarco e a mando do rei D. João I, ocuparam o arquipélago madeirense.

O 2 de Julho tem vindo a ser comemorado pela Junta de Freguesia desde 1976, nalguns anos com a oposição das forças de direita, e é hoje o «dia da freguesia» de Machico. Associar o «dia do concelho» a esta efeméride poderia ser vantajoso no âmbito das comemorações dos 600 anos do *descobrimento* e povoamento do arquipélago da Madeira.

O 8 de Maio representa a implementação jurídica de uma instituição, que marcou a Expansão Portuguesa e, em Machico, teve a sua primeira formalização oficial. O 8 de Maio de 1440 está, temporalmente, mais próximo da fundação do concelho de Machico, cuja data desconhecemos. Todavia, a capitania simboliza o poder senhorial e não o poder municipal.

A alteração do «dia do concelho» é uma decisão política. Deve, no entanto, referir-se a uma efeméride com particular significado na História local ou ser um dia tradicionalmente assinalado no quotidiano do concelho e reconhecido em todo o seu território. Caberá a Machico decidir.

Três apontamentos sobre Património

I

Na semana passada, as escavações na Rua do Bom Jesus puseram a descoberto vestígios de antigas construções, o que não surpreende, por se tratar de uma zona antiga da ocupação humana do Funchal. Verdadeiramente surpreendente é o facto de se continuar a intervir no casco urbano e, no caso concreto, na área de protecção de um edifício classificado sem acompanhamento arqueológico e em desrespeito da lei em vigor.

Mas ainda mais surpreendente é a falta de atenção prestada ao estado do Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira, apesar de vários alertas na opinião pública (veja-se, por exemplo, o artigo de Rosário Martins no *Funchal Notícias*, em 13 de Março de 2017). Bem a propósito, escreveu José de Sainz-Trueva no passado dia 5, no *Facebook*: «Independentemente desta questão concreta, fundamental mesmo é procurar a recuperação do Recolhimento e Igreja do Bom Jesus. Este monumento encontra-se num lastimável estado de degradação e abandono. Uma vergonha para todos os madeirenses e para todas as entidades com responsabilidade na área da defesa do nosso Património Cultural. Aconselho a quem por ali passar, parar cinco minutos e observar a lamentável decadência do imóvel.»

A verdadeira questão é, sem dúvida, a necessária e urgente intervenção no Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira, edifício classificado do Património Cultural da Região Autónoma da Madeira, onde é bem patente a ameaça de ruína de algumas das suas estruturas. Fundado em meados do século XVII por Simão Gonçalves Cidrão, arcediogo da Sé do Funchal, o recolhimento destinava-se a mulheres e moças pobres, desamparadas e em risco. Tinha capacidade para 30 recolhidas. Regia-se pelo Instituto das Terceiras. Nossa Senhora do Monte do Carmo era a padroeira do Recolhimento. Funcionou como Recolhimento até ao século XX.

Conjuntamente com o projecto de restauro deste imóvel, revela-se pertinente o apuramento do direito de propriedade do mesmo, tarefa que os serviços competentes do Governo Regional deveriam levar a cabo.

II

Em artigo de opinião, publicado no *Diário de Notícias* (Funchal, 4 de Abril de 2018, p. 26), o Senhor Presidente da Câmara do Funchal afirmou:

O Funchal foi o primeiro município da RAM a criar uma ARU [Área de Reabilitação Urbana], associada a um programa de amplos apoios e incentivos fiscais, denominado “Cidade ComVida”, que, a caminho dos quatro anos de vigência, possibilitou que 100 edifícios beneficiassem destas medidas. Os edifícios recuperados são, hoje em dia, uma realidade que se comprova facilmente ao circular nas ruas mais antigas da cidade, fruto do extensivo trabalho da CMF, que criou as condições para que a Reabilitação Urbana prosperasse através do investimento privado.

Passeando pelo Funchal, constato tanta ruína, pelo que, sem, por agora, querer pôr em causa o citado número de edifícios reabilitados, interrogo-me se não seria útil a Câmara mandar publicar a lista dos tais 100 imóveis, para os munícipes ficarem devidamente esclarecidos. Da minha parte, deixo aqui antecipados agradecimentos por esse serviço público.

III

Visitei a Igreja Paroquial da Fajã da Ovelha na semana passada. O edifício apresenta-se bastante degradado. As muitas infiltrações causaram avultados prejuízos no acervo artístico.

O restauro da capela-mor avança com os poucos recursos disponíveis. Os paroquianos, desde 2012, empenham-se na consecução da obra de restauro da Igreja de São João Baptista, promovendo a angariação de verbas.

Segundo o Censos de 2011, residiam 895 pessoas na freguesia, isto é menos de um terço dos habitantes de 1911, o melhor ano em termos demográficos.

A divisão da freguesia em duas paróquias, o despovoamento, o envelhecimento da população, os seus fracos recursos económicos e o diminuto número de fiéis exigem um apoio especial a esta importante obra.

O Grude

Meu avô era marceneiro. Um bom marceneiro, ouvi dizer. Não o encontrei. Morreu antes de eu ter nascido. Mas conheci móveis por ele construídos. Brinquei com ferramentas e objectos do seu ofício.

Havia um tacho com asa, creio que de cobre, onde, no fundo, persistia espessa camada de uma matéria glutinosa bem escura. Meu pai explicou-me que era o tacho do grude, a cola para as peças de madeira, que seu pai utilizava no dia-a-dia.

Mais tarde, aprendi com o *Dicionário* de Francisco Solano Constâncio que o grude se fazia com couro, ossos e bucho de quadrúpedes. Estranha fórmula. Contudo, bem resistente.

Hoje já não se usa essa cola feita com gelatina de matérias animais para unir peças de madeira em armários, mesas ou cadeiras.

No entanto, o grude não desapareceu. Metamorfoseou-se. Fez parceria com o *mobbing* *.

Já não une pés ou braços ao assento ou ao espaldar da cadeira. O grude está agora nalgumas cadeiras. Fixa traseiros ao assento.

Em palavras simples: há pessoas em cargos políticos, sindicatos, clubes, associações, escolas e universidades que se agarram aos lugares e tudo fazem para neles permanecerem, criando uma espécie de barricada para firmarem o seu pretenso poder durante muitos anos.

Formam clientelas, arrogam-se de donos de vontades alheias, exigem, pela calada, temerosas fidelidades, argumentam com

competências que fora da sua barricada ninguém lhes reconhece, avançam altivos a exigir que os subordinados não os apunhalem pelas costas, alimentam a bajulice e a bisbilhotice, exigem informações sobre os movimentos dos opositores, eu sei lá o que essa gente faz, por via do grude, no reino da carneirada.

O grude já não agarra somente o traseiro. Tornou-se uma espécie de alucinogénio. Tudo em nome do poder. E fazem-se carreiras assim. E destroem-se carreiras assim. E precipitam para o suicídio assim. Mas nada lhes acontece. Nem a consciência lhes pesa. Não a possuem.

A fornecer-lhes grude anda em azáfama um bando de serventes, de cima e de baixo. Para os de baixo, que Deus deles tenha compaixão, como dizia uma bondosa mulher, minha conhecida. Para os de cima, aprendi com velha vizinha que o diabo sempre ajuda os seus.

O grude não pode faltar. Quando a poção parece diminuir, mandam, apressadamente, vir de fora, em mão.

O grude derrama-se e aferra. O que estava na cadeira já não pode mais ali permanecer. Então pega no tacho do grude e desata a construir um pau-mandado, que fará o jogo da velha sombra, enquanto esta se mexer e dele precisar.

Nada disto me surpreende. É a perversão da democracia. O corporativismo salazarista que perdura nas instituições.

* *Mobbing* – qualquer comportamento abusivo (atitude, gesto, palavra) que atente, por acção ou omissão, contra a integridade psíquica ou física de uma pessoa, pondo em perigo o seu emprego e prejudicando o clima de trabalho. (*Infopédia: Dicionários Porto Editora*)

A credibilização da política e das instituições

Assim, não!

Os últimos dias foram pródigos na baixa política. Isto, num tempo, em que a abstenção atinge elevadas percentagens e, por conseguinte, importa concentrar esforços no sentido da credibilização da actividade política.

Há que entender que as redes sociais e o acesso fácil à informação possibilitam, quase a quente, reacções com implicações nos actos de cidadania, em particular, nas eleições. Muitos cidadãos já não precisam de comícios, reuniões ou panfletos para formarem a sua opinião. Vão lendo, aqui e acolá, e tirando as suas conclusões. É o livre-arbítrio a agir. Importa, por isso, seriedade e coerência no cenário político.

Vai o presidente da Câmara do Funchal à capital conversar com o Primeiro-Ministro, anunciando na imprensa que esse encontro será decisivo para a resolução dos problemas da Região. Que os dois conversem como amigos, nada temos a ver com isso. Agora que o edil funchalense se apresente como o porta-voz da RAM, alto lá e pare o baile. O tempo dos procuradores da Câmara do Funchal na Corte terminou há muito. Isso acontecia no Antigo Regime.

Contudo, o prometido soco na mesa, como se assim se resolvessem assuntos sérios, resultou em nada de novo.

Desde o trágico acidente do Monte, no passado Verão, o percurso do presidente da Câmara do Funchal tem sido marcado por

intervenções menos felizes, provavelmente pela má influência dos que o aconselham na política. Precisa de ouvir gente mais ajuizada e com consciência autonómica. A continuar neste rumo, poderá desbaratar todo o crédito, que acalentou como alternativa ao poder instituído.

Para acentuar o descrédito, viemos a saber, através do *Expresso*, que alguns deputados insulares na Assembleia da República receberam reembolsos de viagens, que não foram custeadas com verbas do seu bolso. Logo, uma aberração moral e ética. Quatro deputados da Madeira admitiram a prática do reembolso. Uma deputada afirmou nunca ter recebido. A outra remeteu-se ao silêncio, pensando assim passar imaculada no meio do burburinho, esquecendo que o povo diz que «quem cala, consente». Faltou ainda saber se a deputada que, por determinado período, substituiu Carlos Pereira também tratou dos indevidos reembolsos numa qualquer estação dos CTT.

Perante tão grave denúncia, esperava-se que os deputados explicassem a sua conduta ou pedissem desculpa do seu comportamento imoral. Mas não! Remeteram-se ao silêncio, interrompido por um ou outro comentário de virgem ofendida, na cronologia de amigos e apaniguados no Facebook.

Urge credibilizar a política, para bem de todos nós.

Mobilidade: o exemplo das Canárias

O subsídio social de mobilidade, em vigor desde Setembro de 2015, tem suscitado várias críticas e abundantes promessas de revisão, com negociações que parecem intermináveis.

Justificado pelo princípio constitucional da continuidade territorial e, em grande parte, decorrente da liberalização dos preços das tarifas aéreas, o actual sistema é criticado, principalmente, por:

1. Exigir o pagamento integral no acto de compra (“adiantamento” por parte do passageiro) e impor o reembolso posterior (60 ou 90 dias);
2. Determinar um tecto máximo (custo elegível igual ou inferior a 400 euros);
3. Estabelecer uma única entidade prestadora do serviço de pagamento do subsídio social de mobilidade (CTT), com demasiada burocracia e, pela natureza da instituição, demora no atendimento.
4. Desencadear a inflação dos preços dos bilhetes (entre 2014 e 2016, cresceu o preço médio por bilhete de 148 para 262 euros, tendo também aumentado o número de passageiros de 120 mil para 148 mil) com pesados encargos para o Estado (33 milhões de euros em 2017 para a RAM, contra 24,8 milhões no ano anterior).

De acordo com António Costa, «esta modalidade implicou um aumento superior a 400% naquilo que o Estado paga, quando só há um aumento de 40% das deslocações por parte dos residentes na Madeira.» Para o Primeiro-Ministro, «este resultado, absolutamente desproporcionado, não beneficia os residentes na Madeira e é altamente prejudicial para todos os contribuintes nacionais.» (*Telejornal RTP-Madeira*, 21-05-2018). Pode-se, assim, deduzir que o modelo vigente de subsídio social de mobilidade é inoportuno e muito favorece as

companhias aéreas, que se estão financiando à custa da insularidade e do dinheiro público.

Enquanto se aguarda a alteração do Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de Julho, que, aliás, já mereceu uma proposta da Assembleia Legislativa da Madeira (Resolução n.º 13/2017/M), vejamos o que os nossos vizinhos das Canárias conseguiram alcançar neste domínio, pelo acordo assinado no passado dia 19 de Maio, entre o presidente do Governo, Mariano Rajoy, e Román Rodríguez, líder da *Nueva Canaria*, para o apoio nacionalista aos ‘Presupuestos Generales del Estado’.

Depois da aprovação final dos ‘Presupuestos Generales’, que deverá ocorrer no próximo mês de Junho, a subvenção, destinada aos residentes canários para as viagens aéreas ou marítimas, das ilhas ao território nacional, passa de 50% para 75%. A título de exemplo, atente-se: com os preços actuais, uma viagem para Madrid (só ida) custaria, em Julho, 65,40 euros para um residente nas ilhas Canárias. Com o novo acordo, passará a custar metade, 32,70 euros. Mas, para além dos 75% nas tarifas, há ainda descontos para as famílias numerosas, o que incentiva também o gosto de viajar, com extraordinário proveito para o turismo.

Perante esta nova realidade, viajar de avião de Tenerife para Madrid será muito mais barato do que ir de táxi de Santa Cruz de Tenerife ao aeroporto Reina Sofia.

O Governo Central compromete-se igualmente a pagar a totalidade do custo de transporte de mercadorias entre as diversas ilhas daquele arquipélago e com a Península, tornando os produtos canários mais competitivos, porque entram no mercado em igualdade de circunstâncias com os demais do território nacional.

Em suma: a negociação política para a aprovação dos ‘Presupuestos Generales’ possibilitou novos direitos para as Canárias no domínio da mobilidade. Comparativamente, a Região Autónoma da Madeira está, neste âmbito, muito distante da realidade do arquipélago vizinho.

Uma visão estratégica em termos de Macaronésia contribuiria, por certo, para diferente panorama, principalmente no diálogo com as instâncias europeias acerca desta matéria.

Provavelmente, quando o voto dos nossos deputados se revelar determinante na aprovação do Programa de Governo ou no Orçamento do Estado, as negociações com a Região irão trazer importantes benefícios para os madeirenses e porto-santenses.

Entretanto, andamos ao sabor dos humores do Terreiro do Paço, visceralmente afectado pelo centralismo e sempre desconfiado das Regiões Autónomas, com a agravante do Governo Regional, ainda traumatizado com o modelo disforme que ajudou a parir – «trapalhada

política», segundo Miguel de Sousa (*DN*, 31-03-2018) – e durante muito tempo o defendeu com unhas e dentes, nada parecer conseguir na revisão deste modelo, numa acanhada e, porventura, inábil negociação, apesar de muitas vezes ter sido afirmada, por ambas as partes, a necessidade de encontrar uma solução conjunta.

O contencioso da autonomia e a passadeira rosa

«Contencioso da autonomia» foi um conceito gerado no tempo dos governos do Dr. Jardim, e provavelmente da sua autoria, que pretendia traduzir a dialéctica ou as tensões decorrentes de aspirações e reivindicações da Região Autónoma, não aceites nem satisfeitas, pelo menos no imediato, pelo Estado Português. Algumas vezes, o conceito atingiu a conotação máxima – *contencioso do aprofundamento da autonomia* –, como, por exemplo, em 2014, quando se reivindicava um novo modelo do sistema autonómico (*Diário de Notícias*, Funchal, 20-09-2014, p. 13).

Nem sempre a Região beneficiou desse clima de permanente confronto, chegando-se mesmo a situações bizarras, mas a verdade é que muito do que se conseguiu, no âmbito da autonomia ou no domínio financeiro, se deve à capacidade de reivindicar com firmeza e de apresentar projectos credíveis.

Neste contexto de afirmação da identidade regional, elevou-se o nível de auto-estima dos porto-santenses e madeirenses, sobretudo pelo melhoramento das suas condições de vida e o reconhecimento nacional e internacional de muitos projectos e eventos regionais.

Continuam hoje muitas questões pendentes entre os Governos Regional e da República, que o «murro na mesa» de Paulo Cafôfo (*JM*, 12-04-2018) ou a última visita do Primeiro-Ministro ao Funchal (21-05-2018) não conseguiram resolver, com prejuízo dos madeirenses e porto-santenses, porque, na realidade, António Costa, como líder do PS, tem objectivos definidos para as eleições na RAM e um calendário adequado aos seus propósitos.

Depois de uma ardilosa substituição da liderança socialista na RAM, abriu-se uma passadeira rosa para o presidente da Câmara do Funchal, como candidato a presidente do Governo Regional nas próximas eleições legislativas, que, assim, deu o dito por não dito

quanto ao cumprimento do mandato autárquico, defraudando a maioria dos funchalenses.

Na qualidade de candidato, falou no último Congresso Nacional do Partido Socialista (26-05-2018), realizado na Batalha, o que tem tanto de curioso como de significativo.

Curioso, porque, na reunião magna de uma organização partidária, abriu-se a tribuna a um não filiado, que se apresenta como candidato do mesmo partido às eleições de uma Região Autónoma, cabendo papel menor ao presidente do PS-Madeira, situação previsível e com natural propensão para acentuar-se.

Dessa intervenção nenhuma ideia interessante para a governação regional ressumou, tendo apenas sobressaído a vontade de inscrever António Costa na História, como o Secretário-Geral do PS que venceu eleições nas duas Regiões Autónomas.

Revela-se também significativo, porque o percurso foi feito ao contrário do habitual. Em vez de ser um líder de uma força partidária da RAM que, pela sua militância e programa, se afirma no Congresso do seu partido, trata-se, sim, de um candidato, dito independente, com popularidade no Funchal e que venceu duas eleições autárquicas liderando coligações, que o Secretário-Geral do PS astutamente catapultou para a disputa das regionais. Compreende-se, assim, a vontade de Paulo Cafôfo em retribuir tal gesto com a inscrição de António Costa na História.

Todavia entre o querer e o ser há um longo caminho, onde a passadeira rosa e a dialéctica periferia/centro terão de se confrontar.

Não acredito em projectos de poder para a periferia, arquitectados no centro, embora preveja que a máquina da propaganda, abrigada na Casa do Concelho, será reforçada com artilharia pesada para convencer ou domar o eleitorado, agitando, até à exaustão, o enganador voto útil.

A nós, madeirenses e porto-santenses, caberá distinguir entre a força da propaganda, aliada aos grupos económicos que emigraram da Rua dos Netos para o Largo do Colégio ou que jogam nos dois tabuleiros, e os verdadeiros interesses desta Região. Convém não alinhar com o artificial. Por vezes, o pechisbeque faz-se passar por metal precioso. Prudente é mesmo não contribuir para maiorias soberbas, de má memória na história.

À própria dinâmica da autonomia está, intrinsecamente, associado o contencioso. Muito do que temos hoje veio a ferros. Sempre foi assim! Não parece, por isso, estar enterrada tal dialéctica, ainda que a passadeira rosa se venha a apresentar com mil e uma promessas de mágica solução de todos os nossos problemas, numa programada colonização, seiscentos anos depois do povoamento deste arquipélago.

Extinguiu-se aquela imagem estereotipada do caseiro de cabeça vergada na porta dos fundos da casa do seu senhorio. Mas diferentes medidas ou agachamentos foram entretanto sendo cultivados e novos procuram agora implantar, com uma sofisticação nunca antes vista e até uma porçãozinha de filosofia de trazer por casa.

Na verdade, já vão cansando os jogos de poder que penalizam as sociedades insulares, fazendo sempre depender a resolução de determinados assuntos regionais das estratégias e dos calendários partidários definidos em Lisboa.

Descobrimento do Porto Santo

Por ocasião das celebrações do *Dia da Região Autónoma da Madeira*, o presidente do Governo Regional anunciou, como quase certa, a deslocação do presidente da República à ilha do Porto Santo no 1.º de Novembro próximo, porque nesse dia irão «assinalar os 600 anos da descoberta e colonização do Porto Santo».

Deixemos a segunda questão, mas não secundária: a colonização do Porto Santo. Não sendo uma ilha habitada, por altura da ocupação portuguesa, devemos sempre falar em povoamento e não em colonização.

Mais importante é, contudo, tentar compreender a obsessão de alguns porto-santenses pelo 1.º de Novembro. Parece que foram os rotários locais que fizeram dessa data o *Dia do achamento do Porto Santo*, no que foram secundados pela Câmara Municipal, não há muitos anos.

Em que se fundamenta esta efeméride? Por diversas vezes, tenho feito esta pergunta publicamente, mas nunca me chegou resposta.

Qualquer pessoa tem o direito de festejar uma data da sua vida quando quiser, sem ter que apresentar o cartão do cidadão ou qualquer certificado. Mas uma data histórica, que envolve uma comunidade e tem objectivos cívicos e pedagógicos, requer documentação.

Com efeito, não se sabe, com certeza, a data da chegada dos navegadores portugueses ao arquipélago da Madeira, já conhecido e representado na cartografia da segunda metade do século XIV.

A historiografia, cruzando diversas fontes documentais, aponta os anos de 1419 ou, ainda melhor, 1420, como os mais próximos do acontecimento.

Jerónimo Dias Leite, seguindo uma fonte do século anterior, escreveu em 1579: «Partidos de Lisboa com vento próspero no mês de Junho, vieram demandar o Porto Santo, ao qual chegaram em poucos dias...»

Logo, para o primeiro cronista madeirense, o dito «achamento» ocorreu em Junho. Sublinhe-se que, pelos finais do século XV, Francisco Alcoforado indicara o mesmo mês.

Então, por que razão optaram os rotários porto-santenses pelo 1.º de Novembro?

Como, apesar da minha insistência nos últimos anos, nunca me responderam, vou tentar perceber a pretensa razão da escolha do *Dia do achamento*.

Parece que se socorreram, directa ou indirectamente, do relato de Alvise de Cá da Mosto [Luís de Cadamosto]. Este navegador veneziano visitou e descreveu o arquipélago da Madeira em 1455. Acerca do Porto Santo, afirmou: «Esta ilha é chamada Porto Santo, porque foi descoberta pelos portugueses no dia de Todos os Santos...»

Como ficou claro, Cadamosto, para explicar o significado do topónimo *Porto Santo*, associou-o a uma solenidade do calendário católico, o *Dia de Todos os Santos*, comemorado anualmente em 1 de Novembro.

O devaneio do veneziano nunca foi valorizado pelos historiadores, porque, muito simplesmente, a ilha já era denominada de *Porto Santo*, pelo menos cinquenta anos antes da viagem de Zarco e Tristão. Na realidade, o topónimo consta de mapas e crónicas desde a década de 1370. Cai, assim, por terra a fantasia de Cadamosto e também a de quem o quis seguir na actualidade.

Na História do Porto Santo há, porém, uma outra importante efeméride em 1 de Novembro. De facto, em 1446, nesse dia, foi assinada a carta de doação da capitania do Porto Santo a Bartolomeu Perestrelo. Todavia, a instituição da capitania corresponde a uma fase adiantada do povoamento da ilha e não serve para o tal *dia do achamento*.

Poderão os mais ingénuos invocar ainda a tradição, mas esta também se fabrica, de modo que nunca prevalece, face a uma fonte credível.

Em suma: que eu saiba, não há justificação histórica para a comemoração do *Dia do achamento da ilha do Porto Santo* em 1 de Novembro. Muito menos para falar em 600 anos em 2018, como, estranhamente, se tem feito, na senda da historiografia do século XIX.

Mais correcto seria festejar em Junho, com base na *Relação* de Francisco Alcoforado e na crónica de Jerónimo Dias Leite, fontes que, aliás, alicerçaram o *Dia da Região Autónoma da Madeira*, celebrado em 1 de Julho, desde 1980.

Passeio do Lido

O Passeio do Lido, também denominado de *Promenade da Orla Marítima: Lido – Clube Naval*, é um lugar de eleição da freguesia de São Martinho do concelho do Funchal. Desde 1999, madeirenses e forasteiros usufruem de um aprazível espaço público para caminhar ou passear. Numerosas pessoas passam por ali todos os dias, contemplando o mar e praticando salutar exercício físico.

Este Passeio deveria ser a «menina dos olhos» do município funchalense, no que diz respeito à promoção do lazer, da prática regular de caminhadas para manutenção da saúde e da atracção turística. Contudo, apesar da localização privilegiada, dos bons ares e da bonita paisagem, nem sempre tem merecido a devida atenção. E, ultimamente, o descuido é notório.

Os jardins estão mal cuidados. Ervas daninhas e folhas secas abundam por ali. Faltam plantas floridas. A poda é pouco frequente e irregular. A remoção da folhagem seca acontece só de tempos a tempos. Alguns canteiros beneficiam somente de água quando chove, outros, devido a avarias do sistema de irrigação por aspersão ou outras anomalias, transformam-se, nalgumas partes, em ambiente ideal para plantas aquáticas e mosquitos.

A praia do Gorgulho, danificada pelos temporais, foi votada ao abandono. Apesar de estar interditada por razões de segurança, ainda é frequentada por alguns banhistas. Poderá a Câmara alegar falta de verbas para investir na reconstrução desta infraestrutura, mas as importâncias despendidas em publicidade inútil na imprensa e outros eventos festivos, por certo poderiam aqui ser aplicadas. Urge limpar a imagem de degradação do Gorgulho.

Nota positiva para o projeto de recuperação do antigo Cais do Carvão, embora devesse ali ser exibida informação sobre o mesmo. Um esquisso ou fotografia de um desenho ou maquete seriam úteis. Quem,

diariamente, observa o decurso da obra, interroga-se sobre o que ali nascerá.

Problema, para quem caminha neste Passeio à noite, é o estado da iluminação. Há 13 candeeiros apagados e um com luz intermitente. Faltavam, até à semana passada, dois candeeiros defronte do «Pestana Promenade» (alçado sul). Situação que durou longos meses, com a instalação eléctrica a descoberto. Foram já colocados, depois do nosso alerta no final de Agosto. Mas engana-se quem concluir que, com isso, este troço da «Promenade» ficou iluminado.

Os dois candeeiros, recém-montados, são inadequados para a iluminação de zonas pedonais. Destoam dos demais, com globos que permitem maior difusão da luz. Bem diferentes dos restantes daquela zona, apresentam focos direccionados para o muro ou o solo, presos, improvisadamente, com fios ou cabos eléctricos. Um ilumina os anúncios publicitários de uma loja que ali vende percursos turísticos na ilha, terrestres e marítimos. O outro é decorativo. Simplesmente não acende à noite. Talvez para não dar claridade para aqueles «quartinhos do fundo», do «Pestana Promenade», com balcão para o Passeio do Lido, onde, por vezes, também os hóspedes estendem toalhas de banho do dito hotel, numa inspiração ecológica ou do tipo bairro social.

Não basta dizer que os dois candeeiros foram repostos. Quem, de direito, deve, à noite, passar por lá ou enviar um fiscal, para verificar se aquilo está bem. E não continuar naquela política de atirar areia para os olhos do cidadão interveniente e activo.

A falta de iluminação poderá pôr em risco a segurança dos que caminham ou passeiam naquela zona. Os assaltos aqui não constituem facto inédito.

Por vezes, encontramos turistas, sobretudo idosos, com as lanternas dos seus telemóveis ligadas, não vá uma irregularidade do piso provocar indesejada queda em tempo de férias. Mas sempre se mostram divertidos com aquela experiência na ilha, no Passeio mais belo desta cidade, que pela noite se cobre parcialmente de breu, episódio que, provavelmente, recordarão e contarão com escancarados sorrisos à família, amigos e conhecidos.

Outro obstáculo, em algumas partes do Passeio do Lido, é o alargamento das esplanadas, quando a clientela é grande. Há sempre lugar para mais mesas e cadeiras, atempadamente aprovisionadas e resguardadas num canto, mas sempre prontas para ampliar o negócio. E quem deseja passear ou fazer a sua habitual caminhada que mude de rumo, «porque ali é do restaurante», grita o assalariado a contento do patrão, mas não inocentemente, pois a sua lógica é a de mais mesas mais gorjetas.

No Passeio do Lido, há também uma gataria, para gáudio de nacionais e estrangeiros, que, avaliando o grau civilizacional do ilhéu que ali abandonou os seus bichanos, deles se compadecem com mimos e comida. Já foram mais. Hoje, em todo o percurso, são talvez uns quinze. Mas sempre ajudam a afugentar os ratos. Pena é não terem o mesmo efeito sobre as baratas.

Contudo, pior que as pragas urbanas (ratazanas e baratas) são as pragas humanas. Refiro-me a uns vândalos (não germânicos) empenhados na destruição de papeleiras e outro mobiliário urbano, o que acarreta novas despesas. Faz falta o policiamento da zona.

Este Passeio, pelas suas características e potencialidades, deveria merecer da *Frente MarFunchal*, E. M., Câmara Municipal do Funchal e Junta de Freguesia de São Martinho atenções redobradas, para evitar a sua degradação, por falta de manutenção ou zelo ou, ainda, pela subserviência a interesses particulares.

Fazer ouvidos de mercador

Fazer ouvidos de mercador é dito antigo, que significa fazer-se desentendido, fingir que não percebe ou não ouve o que se diz. Nos dias de hoje, pode aplicar-se, com propriedade, aos políticos que se mostram indiferentes ou surdos perante observações e reclamações pertinentes dos cidadãos.

Julga-se que este aforismo pretendia caracterizar o comportamento dos mercadores de outrora, que simulavam surdez, quando os seus clientes apresentavam propostas de preços mais convenientes, no tradicional regateio das práticas comerciais.

Transposta para o plano da política, a expressão *fazer ouvidos de mercador* é aqui lembrada face à atitude da *Frente MarFunchal, E. M.*, e da Câmara Municipal do Funchal, quando escrevi no *Facebook* (27 e 31-08; 2 e 13-09) e neste projecto jornalístico digital (*Funchal Notícias*, 12-09-2018), sobre o estado da *Promenade da Orla Marítima: Lido – Clube Naval*, em especial da falta de iluminação na zona do *Pestana Promenade*.

Dessas «orelhas moucas» exceptua-se o presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, que, no dia 27 de Agosto, me informou ter dado conhecimento da situação à CMF, a fim de ser reposta, rapidamente, a iluminação.

Na verdade, neste interessante percurso da cidade do Funchal há, actualmente, 24 candeeiros sem luz e um intermitente. Contudo, a situação mais impressionante é defronte daqueles «quartinhos do fundo» do *Pestana Promenade*, com balcão para o Passeio do Lido, onde a luz eléctrica do exterior parece incomodar os hóspedes.

O eventual transtorno poderia, certamente, ser resolvido com as cortinas do tipo *blackout* cerradas. Garantiriam assim o escurecimento do quarto e poupariam os caminhanes do Passeio do Lido de avistarem hóspedes seminus na cama, enrolados ou a descansar, quando a janela do balcão está aberta e a luz do quarto acesa, num involuntário

voyeurismo, tudo num destino turístico que se diz de qualidade, mas que, por vezes, se aproxima do que de pior se pratica por esse mundo fora.

Não quero acreditar nem pretendo insinuar que este *fazer ouvidos de mercador* se associa a qualquer *panelinha*. Mas é muito estranho que se teime em manter aquela zona às escuras, depois de já, pessoalmente, ter falado com o administrador da *Frente MarFunchal* e outro membro desta empresa municipal, no passado dia 31 de Agosto à noite, e de diversos alertas públicos. E após também de, recentemente, terem sido ali recolocados os respectivos candeeiros, agora com focos de luz em vez de globos, como os demais. No entanto, curiosamente um, junto aos «quartinhos do fundo» do *Pestana Promenade*, nunca está ligado. É, de certeza, do tipo *para inglês ver*.

O contacto com os cidadãos, percorrendo o território e publicando fotografias sugestivas, bucólicas, cómicas ou ridículas na imprensa ou nas redes sociais, não esgota a tão badalada política de proximidade ou necessidade de auscultação dos eleitores. Cada vez mais, o protesto, a reivindicação, o parecer ou a opinião percorrem os modernos suportes de difusão da informação. Há, pois, que lhes conceder importância e o devido tratamento.

Com *ouvidos de mercador* não se constroem caminhos de confiança. Para o cidadão, aquilo que verdadeiramente interessa é a resolução dos problemas pela autarquia ou a empresa municipal, inclusive as pequenas coisas, como a iluminação do Passeio do Lido.

Recolhimento do Bom Jesus: até à ruína total?

O abate das árvores da Rua do Bom Jesus tornou mais visível o estado de profunda degradação do Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira. Este imóvel classificado do Património Cultural da Região Autónoma da Madeira, reconhecido pelo Governo Regional, nos anos 90 do século passado, como instituição da Diocese do Funchal, não tem merecido a atenção devida, nem do seu proprietário nem da entidade que tutela o património regional.

Depois de realizado o levantamento arquitectónico, artístico e do mobiliário pela DRAC, o Governo Regional manifestou, publicamente, em 1992, a intenção de apoiar a sua recuperação. Mas, desde então, apenas se realizaram, em 1995, obras de restauro na igreja, que ainda hoje se mantém aberta para cerimónias religiosas e concertos nos Festivais de Órgão, apesar de a torre ameaçar ruir.

O edifício longitudinal, que serviu de residência das recolhidas, e que se desenvolve, em vários corpos, ao longo da Rua do Bom Jesus, encontra-se devoluto e, progressivamente, vai caminhando para a ruína, pela degradação das suas coberturas e estruturas, muitas infiltrações de águas pluviais e falta de arejamento.

Instituído nos meados do século XVII pelo arcediago da Sé do Funchal, Simão Gonçalves Cidrão, o Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira já estava em actividade em 1666, com 25 recolhidas. Tendo por padroeira Nossa Senhora do Carmo, como lembra o registo de azulejos do século XVIII, da fachada nascente, esta casa abrigava «fêmeas arriscadas a enganos do mundo e moças pobres arriscadas», segundo documento daquele ano.

Não se tratava de um convento, mas de um recolhimento, com fins filantrópicos, dirigido por uma regente, eleita cada triénio. Pelos respectivos Estatutos, as recolhidas tinham, diariamente, diversas obrigações religiosas, que cumpriam no coro da capela. Todavia, estas mulheres devotas e recolhidas não estavam afastadas da vida secular.

Com a implantação da República, alterou-se o governo do Recolhimento, passando a depender de uma comissão administrativa nomeada pelo governador civil. Manteve-se, no entanto, a figura da regente, sendo agora nomeada pela comissão. Creio que um dos últimos presidentes desta comissão administrativa foi Luciano Sales Correia, também comandante dos Bombeiros Municipais.

Nos finais do século XX, ainda funcionava como Recolhimento. Lília Bernardes (1956-2016) publicou na revista do *Diário de Notícias* (31-03-1991) uma reportagem intitulada «Uma casa chamada solidão», que constitui emocionante retrato de uma instituição agonizante:

Trinta e quatro mulheres entre os trinta e os oitenta e muitos anos vivem repartidas por quartos sem o mínimo de condições. Num imóvel nu. Que cai aos bocados. Que range. Que transpira solidão. Medo. Abandono. Fim. O perigo iminente de um incêndio assusta-as. Dorme-se com botijas de gás à cabeceira. O frio gela. Arrepia.

O Recolhimento sobreviveu por mais de três séculos. Já há alguns anos que não vivem ali mulheres marginalizadas pela família ou pela sociedade. Extinguiu-se a instituição de solidariedade social. Contudo, ainda figura no capítulo Obras de Acção Sociocaritativa, na secção Outras, do *Anuário da Diocese do Funchal: 2018*.

É agora um edifício abandonado. Testemunho de um tempo em que a protecção da mulher desamparada ou fragilizada passava por instituições desta natureza.

Exemplar singelo da arquitectura barroca no centro histórico, em avançado processo de degradação, constitui zona de risco do Funchal, susceptível de ser afectada por um incêndio, com elevadas possibilidades de propagação urbana.

Parte importante do acervo artístico do Recolhimento está hoje à guarda do Museu de Arte Sacra e da Diocese do Funchal, tendo já figurado em exposições como, por exemplo, *A Madeira na rota do Oriente* (Naveta de prata, séc. XVII; Dormição de São Francisco Xavier, em madeira estofada, policromada e dourada, séc. XVII; Virgem com o Menino, em marfim, de inícios do séc. XVI) e *As ilhas do ouro branco: encomenda artística na Madeira: séculos XV-XVI* (Anunciação, pintura atribuída a Joos van Cleve, c. 1512-1520). No entanto, ainda se conservam peças com inegável significado artístico na Igreja do Recolhimento.

A propósito da construção, com uma verba do orçamento regional, de uma réplica da Capela das Babosas, no Monte, destruída pela aluvião de 20 de Fevereiro de 2010, o bispo do Funchal considerou ser tal a «vontade e um grande desejo de todo o Povo de Deus» (26-08-2018). Ora a Diocese do Funchal possui diversos edifícios arruinados,

como por exemplo, no Funchal, a Capela de São Paulo, o Recolhimento do Bom Jesus e o Seminário da Encarnação. Não merecerão também estes imóveis amor e projectos de recuperação da parte do *Povo de Deus*?

Acredito que a Igreja não dispõe de orçamento para recuperar todos os edificios que detém. Mas talvez o problema maior seja a inércia. Candidaturas a fundos da União Europeia e a outros patrocínios, parcerias, alienações, concessões de exploração a prazo podem constituir estratégias para gerir património que ameaça converter-se em ruínas.

Três capelas: um destino?

A degradação da Capela de São Paulo, patente há mais de 20 anos, situação oficialmente conhecida e reconhecida, tantas vezes mencionada na imprensa e denunciada por alguns políticos da oposição, deveria merecer uma intervenção urgente e não a vaga intenção de uma candidatura, a elaborar, aos fundos comunitários, para uma obra que a Secretaria Regional do Turismo e Cultura afirma esperar realizar em 2019 e 2020 (*Diário de Notícias*, Funchal, 27-09-2018, p. 2).

Olhando as ruínas de outras capelas, interrogamo-nos, com tristeza, se idêntico destino estará reservado ao templo fundado por João Gonçalves Zarco ou ao primeiro hospital desta terra.

Celebra-se o *Sexto Centenário do Reconhecimento Português do Arquipélago da Madeira* com espectáculos e eventos recorrentes do calendário festivo e de animação turística, alguns com qualidade muito duvidosa, como a bem paga encenação de História ao Vivo no Porto Santo, a pretexto de Colombo, ou a insólita debulha do trigo na Festa do Vinho, no centro do Funchal. Todavia, adia-se a recuperação dos lugares que invocam os tempos dos primórdios do povoamento da Madeira.

Por toda a ilha, foram instituídas numerosas capelas, associadas a bens vinculados e morgadios, ou então resultantes da devoção particular dos fundadores. Algumas sobrevivem e integram o nosso Património Cultural, com ou sem classificação. Muitas desapareceram. De outras, restam memórias históricas e toponímicas ou ruínas.

No Funchal, as capelas de São Paulo, de Nossa Senhora do Rosário, na Fundoa, e de Santa Ana, no Caminho das Virtudes, mancham a paisagem e, de certa forma, revelam o estado cultural da Região. Os seus proprietários não as conservaram. A Câmara, as Juntas de Freguesia e o Governo Regional desinteressaram-se ou

agendaram o restauro para data inexistente. A comunidade lamenta, mas pouco ou nada reclama.

A Capela de São Paulo teria sido mandada erguer por João Gonçalves Zarco, o primeiro capitão do donatário do arquipélago da Madeira, na capitania do Funchal. De início, o seu orago era São Pedro.

Junto à capela, foi instituído um hospital, o primeiro do Funchal, edificado em terreno doado por Zarco no ano de 1454. Funcionou durante 15 anos.

A freguesia de São Pedro, fundada em 1566, teve a sua primeira sede nesta capela, e aí se manteve até à edificação da nova igreja, concluída pelos finais do século XVI.

A Capela de São Paulo está encerrada ao culto desde Junho de 2014, devido ao seu estado de degradação. O edifício, que lhe está adossado do lado nascente, também se encontra em ruína, desde a abertura da circular à cota 40, entre o Largo Severiano Ferraz e a Ponte de São João.

Em 1996, foi anunciada a recuperação destes bens culturais, mas nunca se iniciou a obra. Na verdade, em Abril desse ano, Miguel Albuquerque, então presidente da Câmara Municipal do Funchal, afirmou que as pedras do imóvel histórico, destruído pela cota 40, haviam sido numeradas, e prometeu a sua reconstrução integral (*Diário de Notícias*, Funchal, 4-04-1996, p. 5). Contudo, nada foi feito. Pelo que se viu depois, não faltou dinheiro, mas sim vontade política.

Os deputados do CDS, em 3 de Setembro de 2015, dirigiram um ofício, à secretária regional da Cultura, Turismo e Transportes, sobre o estado da Capela de São Paulo, solicitando uma intervenção urgente e colocando as seguintes questões:

- a) Está planeada alguma intervenção, no sentido de evitar a iminente ruína da Capela de S. Paulo?*
- b) Que razões ou motivos têm existido para que a recuperação da capela tenha vindo a ser protelada?*
- c) Estão inventariados os custos necessários para a sua recuperação?*
- d) Existem ou não formas de cofinanciamento que poderiam ajudar a solucionar o problema e evitar a perda de uma relíquia do património construído da Região?*
- e) Quando prevê a Secretaria iniciar as necessárias e urgentes obras de recuperação do monumento?*

A resposta veio em 10 de Outubro seguinte. Não obstante a Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes se ter mostrado ciente do estado de degradação e aludir ao acompanhamento técnico da

DRAC desde 2005, nada adiantou sobre a necessária intervenção, justificando-se com «o período de grande contenção orçamental», acentuado desde 2011. Nessa altura, referiu que «eventuais formas de cofinanciamento serão avaliadas no contexto do novo Quadro Comunitário de Apoio.»

A estimativa orçamental do projeto de beneficiação e execução de obras de recuperação, em 2010, era de 195 mil euros. Em Agosto de 2012, só para os trabalhos mais urgentes, decorrentes do agravamento da degradação na cobertura e parede norte da capela-mor, foram estimados € 68 500,00. Hoje, devido ao inexplicável, incompreensível e inadmissível protelamento da intervenção, custará, por certo, muito mais.

Em suma, desde 1996 até hoje, nada! Muitos alertas surgiram na opinião pública, inclusive da nossa parte, mas quem tinha o dever de intervir fazia sempre ouvidos de mercador.

Recordamos, por exemplo, um artigo de Fernão Favila Vieira (1930-2012) no *Diário de Notícias*, de 6 de Setembro de 2007:

De há muito que a degradação dos edifícios da capela e da casa adjacente vem exigindo nova e importante reparação. Muitos fiéis e clérigos o têm observado, até por ser o facto por de mais evidente. Não se sabe porquê, porém, as obras tardam e por tudo quanto fica dito, compreende-se bem o adensar da preocupação que se gera em quantos amam a capela, a Igreja e a cidade. Agora, depois de uma temporada em Lisboa, esperava encontrar, se não um restauro, como nas igrejas da Sé e do Colégio, ao menos a notícia credível do seu início ou da reunião de meios para o efeito. Nada porém que se veja ou ouça... apenas o silêncio e a estagnação imperam face, para mais, a um agravamento da situação, já patente nas fendas das paredes e no descalabro do tecto que cobre o altar-mor. Pergunto-me porque nem se viabiliza um apelo à generosidade dos fiéis nem se promove a contribuição de um mecenas nem se recorre – como tantas vezes para fins ou negócios de mais discutível utilidade pública – a subsídios da UE ou a outros meios adequados de carácter político-jurídico mais compulsivo. Espera-se o desabar durante uma celebração ou o abandono da capela por ameaça da sua ruína? Aqui deixo, a todos os responsáveis, um alerta amarelo – ou vermelho?!

Apesar de classificada como imóvel de interesse público do Património Cultural da Região Autónoma da Madeira, a Capela de São Paulo vai arruinando-se, bem como a memória do primeiro hospital do Funchal.

Irremediavelmente arruinada está a Capela de Nossa Senhora do Rosário, na Fundoa. Situada na margem direita da Ribeira de Santa Luzia, foi fundada em 1668 por João da Paz de Castro, na quinta que possuía neste sítio da freguesia de São Roque. Até à década de 70 do século passado, realizava-se aqui, todos os anos, a festa da padroeira

da ermida, no dia 7 de Outubro. Contudo, nos finais do século XIX, a festividade era comemorada em 15 de Agosto, coincidindo com a de Nossa Senhora do Monte.

Em Julho deste ano, foi limpo o matagal da sua envolvência e realizadas escavações, sem qualquer acompanhamento arqueológico. Fala-se que para ali está projectado um edifício. Contudo, ninguém veio a público prestar um esclarecimento.

No gaveto do Caminho das Virtudes com a Rua 4 de Abril, encontra-se um solar com capela, bastante arruinado, que há já alguns anos está para venda. Era esta capela dedicada a Santa Ana e foi fundada em 1780, por Agostinho Pedro de Vasconcelos Teixeira. No início dos anos 90 do século passado, ainda se encontrava em razoável estado de conservação, podendo ser observado o respectivo retábulo em talha dourada e policromada, com uma pintura representando Santa Ana, São Joaquim e Maria, na infância, lendo um livro.

Três capelas – São Paulo, Nossa Senhora do Rosário e Santa Ana – estarão todas condenadas ao mesmo destino?

Tradição inventada e História: a propósito das comemorações do *Descobrimento* do Porto Santo

A efeméride é histórica. Mas a Comissão Executiva da Estrutura de Missão para as *Comemorações dos 600 anos do Descobrimento do Arquipélago da Madeira* guia-se pela tradição. Escolha que não suscita surpresa, pois a referida Comissão é constituída por pessoas sem formação científica em História.

Ignorando a História, vão assinalar no Porto Santo, em 1 de Novembro, a chegada dos portugueses. A data não tem fundamento histórico nem estatuto de tradição. Trata-se, quando muito, de uma tradição inventada.

Apenas o navegador veneziano Luís de Cadamosto referiu o 1.º de Novembro como o dia do *descobrimento* do Porto Santo. Cadamosto escreveu *La prima Navigazione* em 1455. Afirmou então que esta ilha fora *descoberta* há 27 anos, logo em 1428. Só isto bastaria para que não se desse fé à data indicada pelo veneziano, pois diversas fontes credíveis apontam para anos anteriores.

O devaneio de Cadamosto acentua-se, quando registou: «Esta ilha é chamada Porto Santo, porque foi descoberta pelos portugueses no dia de Todos os Santos [...]». Trata-se de uma explicação nunca valorizada pelos historiadores, porque a ilha já era denominada de *Porto Santo*, pelo menos 50 anos antes da viagem de Zarco e Tristão. Na realidade, o topónimo consta de mapas e crónicas desde a década de 1370.

Para a História e os historiadores, o 1 de Novembro não tem qualquer significado como dia do *descobrimento* da ilha do Porto Santo. Como sublinhou António Aragão em 1981, a indicação de Cadamosto «não merece o menor crédito».

Não venham os partidários da dita tradição dizer que os historiadores estão divididos e não chegam a consenso sobre esta matéria. É argumento que não colhe, porque nenhum historiador valoriza a fantasia de Cadamosto.

Quanto à tradição, convém esclarecer, de início, que requer tempo, consenso e fontes históricas fiáveis que a não desmintam.

A documentação histórica sobrepõe-se à tradição. Muitas tradições caíram pelo labor da historiografia, como, por exemplo, o «Milagre de Ourique», a «Escola de Sagres» ou aquela absurda narrativa, que o Padre Eduardo Pereira divulgou e defendeu, de mulheres porto-santenses cativas por piratas argelinos, que, depois de engravidadas no Norte de África, eram conduzidas pelos seus captores à sua terra natal, para assim se consumir a propagação da «raça» muçulmana.

A tradição do 1.º de Novembro mereceu o acolhimento da Comissão Executiva, sem qualquer parecer do Conselho Consultivo, órgão que deveria «contribuir para rigor histórico e contextualização de todo o programa comemorativo», mas que é, pura e simplesmente, ignorado.

Inventada pelos rotários funchalenses, esta tradição tem vida curta. Mão amiga porto-santense, a quem agradeço, fez-me chegar a informação de quando se começou a festejar o 1.º de Novembro, o que pude, posteriormente, confirmar na imprensa periódica do Funchal. Vai fazer agora 50 anos.

Em 1968, por iniciativa do Rotary Club do Funchal, comemorou-se, solenemente, o 550.º aniversário da *descoberta* do Porto Santo no dia 1 de Novembro, tendo sido descerrada uma lápide alusiva com a seguinte inscrição:

*550.º ANO DA DESCOBERTA / DO PORTO SANTO / EM 1 DE
NOVEMBRO DE 1418 / GONÇALVES ZARCO AQUI APORTOU /
EM 1 DE NOVEMBRO DE 1968 / O ROTARY CLUB DO
FUNCHAL / O RECORDOU.*

Cinquenta anos de existência de um objecto não lhe confere a categoria de antiguidade, mas sim de uma velharia de trazer por casa. Outorgará igual período de tempo legitimidade a uma prática para ser considerada tradição? Eu sou mais velho do que essa tradição. Os presidentes da Comissão Executiva e da Câmara Municipal do Porto Santo também têm mais idade do que a tradição que defendem!

Não se trata de costume ancestral, com a marca e a solidez do passado. Resultou apenas dos fracos conhecimentos em História dos rotários funchalenses, que, em 1968, quiseram, voluntariosamente, festejar os 550 anos do *descobrimento* do Porto Santo. Os principais promotores dessa iniciativa foram: Tomás Pita da Silva, José Silvestre Camacho, Mário Barbeito Vasconcelos e Jaime Afonseca Teixeira. Assim se gerou uma tradição inventada.

Deverá uma tradição inventada, com apenas 50 anos, sobrepor-se à História? Poderá a tradição inventada derrogar a ciência? E como ficarão os jovens que, na escola, na universidade e nos manuais e livros de História, aprendem de uma maneira e a Câmara e o Governo Regional promovem de outra?

Sobre este assunto, já dei, por diversas vezes, nos últimos anos, a minha opinião: não há fundamento histórico para celebrar, no dia 1 de Novembro, a chegada dos portugueses à ilha do Porto Santo. Apesar de muitos o desejarem, a História não pode legitimar a tradição inventada.

Não haverá uma voz porto-santense que se levante contra o *embuste* que os bem-intencionados rotários funchalenses impuseram à sua ilha, em 1968?

Francisco Alcoforado e Jerónimo Dias Leite dão informações verosímeis sobre a data do acontecimento, ambos indicando o mês de Junho:

[...] mandou-lhe El-Rei fazer prestes um navio e um barinel; partimos de Restelo na entrada de Junho e fomos demandar a ilha de Porto Santo que havia dois anos era descoberta por uns navios de castelhanos que iam para as ilhas de Canárias [...].

Francisco Alcoforado, finais do século XV

Partidos de Lisboa com vento próspero no mês de Junho, vieram demandar o Porto Santo, ao qual chegaram em poucos dias [...].

Jerónimo Dias Leite, c. 1579

Segundo o cronista Gomes Eanes de Zurara, esta viagem ocorreu depois do regresso do Infante D. Henrique a Portugal, após o descerco de Ceuta, ocorrido em Outubro de 1419, e a subsequente tentativa infrutífera da conquista de Gibraltar no Inverno. Assim, face aos documentos conhecidos, Junho de 1420 é a data mais provável da chegada da barca de Zarco e Tristão à ilha do Porto Santo.

Não foi, porém, este o entendimento da Comissão Executiva nem do Governo Regional. Prescindiram da História e apadrinharam a tradição inventada, desvinculando-se de deveres institucionais e fazendo cálculos eleitoralistas. Com tal procedimento, denegaram também a madeirensidade e a autonomia: preteriram o testemunho de um madeirense, Jerónimo Dias Leite, o nosso primeiro cronista, em favor do veneziano fantasioso, Luís de Cadamosto.

P. S.

A escultura, que eu gostaria de ver nos 600 anos do Porto Santo, haveria de ser dedicada ao porto-santense, que, durante estes séculos, demonstrou impressionante resiliência, contra fomes, secas, epidemias,

ataques de piratas e corsários, cativos e outras pragas e misérias. Preferia uma homenagem contemporânea ao povo do Porto Santo do que uma estátua do Senhor da Ilha, concebida há quase 90 anos para uma exposição colonial. Inaugurar estátuas ou bustos de D. Henrique era costume do “Estado Novo”, que inundou o *Império* com a imagem do Infante.

Do agastamento do Senhor Infante na ilha do Porto Santo



Porto Santo. 1 de Novembro de 2019.

Inauguração da réplica da estátua do Infante D. Henrique, do escultor Francisco Franco.

Infante – Que vindes aqui fazer com tão grande atrevimento?

1.^a voz – O príncipe fala?

2.^a voz – Encomendei com voz...

3.^a voz – E Lisboa não vai querer pagar, com certeza!

5.^a voz – Porto Santo merece, Senhor Professor Marcelo Caetano.

4.^a voz – Já o avisei de que agora o Professor é outro.

Infante – Por todas as terras, vejo o meu nome em praças e ruas. Meu retrato desejais e meu corpo também pretendeis. Até me assentaram na longínqua Tanegashima, ilha que nem em sonhos vislumbrei e onde os navegadores deste Reino somente chegaram mais de 80 anos depois de entregar a minha alma a Deus. Bem sabeis, mordomo-mor, que de mim licença nunca alcançastes para tanto enfeitamento e folgança.

2.^a voz – Senhor, por recompensamento do vosso feito, quis que aqui fôsseis sempre lembrado, e, para maior glória, na presença deste meu companheiro de jornada.

1.^a voz – A esta vossa ilha vim, excelente príncipe e poderoso Senhor.

5.^a voz – Porto Santo merece, Senhor Professor Marcelo Caetano.

4.^a voz – Homem, lembre-se de que agora o Professor é outro.

Infante – Vós não ousais pensar que me maravilho ataviado de bronze, com tão desmesurada altura e assente neste acanhado plinto. Sempre cuidei de me resguardar de pintores e escultores, quer como governador da Ordem de Cristo, duque de Viseu ou Senhor da Covilhã.

2.^a voz – Ainda que assim fosse a vontade de Vossa Alteza, é assaz conhecido o vosso rosto. Com esse, um escultor da Madeira deu vulto à vossa pessoa.

Infante – Há quem me reveja num daqueles painéis de Nuno Gonçalves. Outros me identificam com uma ilustração da Crónica de Guiné. Mas nunca usei o chapeirão borgonhês com que me cobriram a cabeça. Não fosse a destruição do meu túmulo no Mosteiro da Batalha pelos malvados invasores franceses, e teriam conhecido a minha fisionomia pelos traços da estátua jacente.

2.^a voz – Senhor, quis tão-só proceder como em 1960, quando por todo o Portugal se assinalou, de maneira exaltada, o V Centenário da vossa morte. Era eu muito jovem e fiquei arrebatado por esses momentos gloriosos de patriotismo, dos quais jamais me esqueci.

Infante – Esse é o tempo do passado. Mas fostes mais além. Buscastes o tempo em que ainda não eras nascido. Desenterrastes o cinzel de Francisco Franco que me petrificou para uma exposição internacional em Vincennes, nesse distante ano de 1931. Celebrava-se o colonialismo, mas havia já vozes de protesto contra a política ultramarina imperial. Nos anos 80, Paris não me quis, e deslocaram a minha estátua para Nantes. Colocaram-me numa praça onde ninguém me conhece. Aos meus pés, inscreveram o cognome de *O Navegador*. *Henri le Navigateur*, porque chegaram a me confundir com um

Fernando de Magalhães. Nunca me conformei com esta roupagem da imaginária oficial da ditadura, nem com aquela alcunha. Até às mãos do Criador, fui sempre um cruzado. Com 64 anos ainda combati muçulmanos em Alcácer Ceguer.

1.^a voz – Vossa glória e fama, Senhor, vai além do Norte de África. Depois do descerco de Ceuta, todos os anos, enviastes navios em busca de novas terras.

2.^a voz – E assim descobristes o Porto Santo e, um ano depois, a Madeira.

5.^a voz – O nosso Porto Santo, Senhor Professor...

4.^a voz, num aparte segredo – Cale-se.

Infante – Sempre no passado, mordomo-mor. Não sabeis que procurei terras a sul das águas conhecidas? Destas ilhas já havia manifesta certidão. Mandeí-as povoar, antes que os castelhanos a tomassem. No Atlântico, meu grande desejo era passar o Cabo do Bojador e alcançar a terra de Guiné, para acrescentar a santa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e trazer ao Reino muitas mercadorias e fazer bom trato.

2.^a voz – Bem sabeis, Vossa Alteza, que fostes o Senhor deste arquipélago...

Infante – Da Madeira, veio-me bom proveito.

3.^a voz, num aparte – Essas contas estarão já feitas?

Infante – Doeí o Porto Santo a Bartolomeu Perestrelo, mas nesta ilha o capitão não pôde tirar grande proveito da lavra, pela praga dos coelhos e a escassez de água. Arrecadou pão nalguns anos, criou gado e colheu sangue de dragão.

2.^a voz – Agora, Senhor, ficarás sempre na memória desta ilha e do seu povo.

Infante – Os moradores deste lugar serão sempre dignos de lembrança. Mas não me apraz trajar de bronze no meio destas palmeiras. Nem a mim nem a Deus trouxestes benefícios com esta obra. Bem sabeis que sempre fiz mercês aos que bem me serviam. Nunca deixei de recompensar os serviços que me prestaram com coroas e dobras de ouro, algumas vezes contraindo dívidas, que paguei com terras dos meus senhorios. Mas a vós não farei acrescentamento com galardão de natureza alguma.

2.^a voz – Senhor! Sabeis o grande trabalho que tenho levado a efeito. Nunca me pareceu que de vós haveria de receber ouro, pois outros rendimentos diligencio. Bem conheceis como desejo ser feito cavaleiro, e, se isso for da vossa vontade, sempre com a minha gratidão e lealdade contareis. Por meus merecimentos e bondade, fazei-me esse acrescentamento.

Infante – Não me apraz que me requireis honra tão avantajada, depois de me embalsamares neste bronze. Só ao povo desta ilha é devido merecido tributo, no tempo certo. Fostes aos confins para me desinquietares e tomastes a dianteira no folguedo por artifícios do pôr-do-sol sem ao calendário atenderes. Uma máxima vos darei, que vos pode trazer grande benefício. Lembrai-vos do dito de Túlío, que dei a conhecer ao cronista Zurara, quando escreveu os meus feitos: não abasta ao homem fazer boa coisa, mas fazê-la bem.

5.^a voz – Falastes bem, Senhor Infante.

E todos se retiraram com a cabeça baixa e o semblante carregado. O Infante, porém, continuava a pensar no futuro daquela ilha, do seu país e até da Humanidade.

Os Mistérios do Funchal

A Imprensa Académica deu à estampa *Os Mistérios do Funchal*, na colecção *Ilustres Desconhecidos*. O romance veio a lume em 1881, mas esta edição é muito rara. A reedição, agora disponível, foi elaborada a partir do exemplar da Biblioteca Municipal do Funchal.

A primeira edição não revelava o autor. Na introdução, intitulada «Duas palavras», esclarecia-se que se tratava de uma obra que beneficiara da escrita de três mãos: «Três homens unidos pelo mesmo pensamento e compenetrados do mesmo fim colaboraram neste romance.»

No entanto, a leitura do romance não sugeria escrita partilhada. Aquela afirmação tentava, por certo, dissimular a verdadeira autoria e enquadrava-se numa estratégia de adensar a natureza «misteriosa» da obra.

Uma recensão literária ao primeiro volume de *Os Mistérios do Funchal*, publicada no *Diário de Notícias*, do Funchal, em 28 de Agosto de 1881, provavelmente escrita por Alfredo César de Oliveira (1840-1908), revelou que Ciriaco de Brito Nóbrega era o autor do romance recém-editado.

A preocupação do fundador do *Diário de Notícias* pode explicar-se pelo facto de este jornal ter também publicado um folhetim intitulado *Mistérios do Funchal*, de Março de 1877 até Abril do ano seguinte, que não chegou a ficar concluído, mas cuja edição em livro havia sido anunciada. Acrescente-se que, de acordo com os autores do *Elucidário Madeirense*, esse folhetim era da autoria do cônego Alfredo César de Oliveira.

Não se absteve o articulista do *Diário de Notícias* de tecer alguns juízos críticos sobre a obra em apêço, revelando ter sido escrita em oito dias.

Por sua vez, *O independente: semanário democrático*, dirigido por F. Pinto Coelho (1850-1916), criticou a publicação de *Os Mistérios do Funchal*:

Mas, segundo nos parece, o referido livro refere-se a factos, que segundo a nossa humilde opinião, só deveriam ser publicados um século depois de terem sido praticados.

Nem todas as verdades se dizem e muito menos quando elas desacatam a memória dos que já não existem, e podem ainda ofender as famílias dos que lhe sobrevivem. (6-08-1881, p. 3)

Nas «Duas palavras», que antecedem o romance, o autor fez questão de sugerir que se baseara em factos reais, que havia observado ou deles tivera informação em apontamentos facultados por amigos. No entanto, as raras pistas da intriga, que conduziram a uma investigação histórica, revelaram-se infrutíferas. Tudo leva a crer, portanto, que não se trata de factos reais, pelo menos na sua totalidade.

Haverá, por certo, personagens inspiradas no quotidiano funchalense, como o temido *Castanheta*, que parecia «o demónio em carne e osso» (*Os Réprobos*, cap. II). Uma alusão a este famigerado marginal surge no folhetim de Faustino Brazão, publicado no *Diário de Notícias*, de 1 de Março de 1877, sob a epígrafe «Respostas a pertinaz curioso: o Filho da Velha». O «Filho da Velha», além de contrabandista, famoso na pancada e na pinga, era, para o folhetinista, «um digno émulo de Castanheta e outros quejandos».

Os Mistérios do Funchal, romance não publicado previamente sob a forma de folhetim na imprensa periódica, como era habitual em narrativas literárias desta categoria, desenvolve-se à volta de Margarida, uma jovem de humilde condição, que se enamorou de um padre católico, mas não consumou esse amor. Forçada, pela adversidade, a casar-se com um abastado proprietário, vem a ser vítima do cunhado que tudo fez para impedir Margarida de herdar a fortuna do seu marido. Depois de uma estada no estrangeiro e diversas contrariedades, como a doença do filho e a traição da sua companheira, o cunhado pretendeu redimir-se do mal que fizera a Margarida, planeando a devolução da herança a que ela tinha direito. Neste seu intento, contou com a oposição desesperada do seu filho.

O romance revela uma estrutura narrativa da denominada «literatura de Mistérios», que proliferou na segunda metade do século XIX e obteve grande popularidade.

Abordando *Os Mistérios de Paris*, de Eugène Sue (1804-1857), Umberto Eco (1932-2016), salienta que «estão cheios de pequenos dramas iniciados, parcialmente resolvidos, abandonados para seguir desvios do arco narrativo maior, como se a história fosse uma grande

árvore» (*O Super-Homem das Massas*, 2016, p. 59). Ainda que menos sensacional do que a obra de Sue, vislumbram-se estas características em *Os Mistérios do Funchal*.

Ciríaco de Brito Nóbrega

Filho de Roberto Constantino de Nóbrega e Matilde Leocádia de Brito Nóbrega, nasceu na freguesia de São Pedro, Funchal, em 15 de Março de 1856. Faleceu na sua residência, na Rua do Favila, da cidade do Funchal, em 1 de Abril de 1928.

Ao noticiar a sua morte, o *Diário de Notícias* delineou o seu retrato:

A figura de Brito Nóbrega era inconfundível: baixo, magro, impressionantemente magro, dependurado, quase incessantemente, num charuto, com um andar em baloiço, conhecia-se a distância. (3-04-1928)

Exerceu funções profissionais na Repartição de Finanças do distrito do Funchal, como primeiro-oficial, mas foi o jornalismo a sua atividade predilecta.

Segundo *O Jornal*, Ciríaco de Brito Nóbrega «foi um cidadão a quem a defesa dos interesses desta ilha muito deve. Jornalista de largos recursos, a sua acção manifestou-se em artigos de propaganda, possuindo, além duma clara noção dos vários assuntos que versou com inteligência, uma memória apreciável que lhe permitia reproduzir os acontecimentos com uma precisão digna de registo.» (3-04-1928)

Os seus primeiros artigos na imprensa madeirense surgiram n' *A Aurora Liberal* em 1875-76. Em Setembro de 1881, era proprietário do *Diário da Madeira*, conjuntamente com José A. P. Ramalho. Colaborou em diversos jornais, sendo redactor principal do *Diário de Notícias*, da Madeira, entre 28 de Abril de 1907 e 25 de Março de 1927. Já na penúltima década do século anterior havia sido redactor deste periódico durante quase três meses, mas saiu por divergências editoriais, tendo fundado, em 1884, o *Correio da Manhã*, do qual saiu o primeiro número em 31 de Agosto e o último em 14 de Março de 1886.

Para além de *Os Mistérios do Funchal*, publicou, sob o pseudónimo Alberto Didot, *Um crime célebre* (Funchal: Tip. Popular, 1883), que saía como folhetim no *Diário da Madeira*, em 1881. Com Óscar Leal é co-autor de *Um marinheiro do século XV: romance histórico sobre a descoberta da Índia* (Funchal: Tip. Esperança, 1898), por ocasião das celebrações do Quarto Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia. No ano de 1901, veio a lume o seu romance, *O perdão do marido: Primeira parte: Um drama íntimo*

(Funchal: Tip. Esperança), publicado como folhetim do *Diário de Notícias* do Funchal, a partir de 26 de Outubro de 1900. Editou ainda uma reportagem sobre *A visita de Suas Magestades os Reis de Portugal ao Arquipélago Madeirense* (Funchal: Tip. Esperança, 1901).

Ciriaco de Brito Nóbrega é um escritor pioneiro das narrativas ficcionais de crime, da literatura madeirense.

A herança

No romance *Os Mistérios do Funchal*, a disputa de uma herança constitui tema recorrente ou *leitmotiv* da narrativa. Com base neste *topos*, a apresentação do livro, que se realizará no dia 29 de Novembro, pelas 18:00, no auditório da Universidade da Madeira, no antigo Colégio dos Jesuítas, será pretexto para uma tertúlia à volta do tema: *O valor da herança: (re)pensar a sociedade à luz da dinâmica da nova ordem mundial*. Serão convidados o padre José Luís Rodrigues, o arquitecto Rui Campos Matos, o advogado Brício Martins Araújo, o médico João Pedro Vieira e o professor da UMA, Thierry Proença dos Santos, autor do posfácio da reedição de *Os Mistérios do Funchal*.

NÓBREGA, Ciriaco de Brito – *Os mistérios do Funchal*. Nelson Veríssimo, edição literária e nota de apresentação. Thierry Proença dos Santos, posfácio. Funchal: Imprensa Académica, 2018. ISBN 978-989-54002-7-0. PVP: 15,70€.

Um registo de Nossa Senhora da Conceição

A salvaguarda do património passa, por vezes, por pequenos gestos e capacidade de resposta em tempo útil. Património engloba também bens singelos, mas com particular significado para a comunidade.

Num prédio urbano devoluto da freguesia de São Roque, parcialmente atingido pelo incêndio de 9 de Agosto de 2016, existia um registo de azulejos embutido na parede da edificação, paralela à via pública.

Em muitas casas, era habitual, no século passado, colocar-se um painel de azulejos alusivo a Maria, ao orago da freguesia ou ao santo ou santa da devoção dos proprietários. Ultimamente é mais comum o registo em honra de Nossa Senhora de Fátima.

Na canção «Uma casa portuguesa», celebrizada mundialmente por Amália Rodrigues (1920-1999), Reinaldo Ferreira (1922-1959) e Vasco Matos Sequeira (1903-1973), autores da respectiva letra, que veio a ser musicada por Artur Fonseca, associaram à arquitectura vernácula o registo azulejar, no caso com a representação de São José.

*Quatro paredes caiadas,
Um cheirinho a alecrim,
Um cacho de uvas doiradas,
Duas rosas num jardim,
Um São José de azulejo
Mais o sol da Primavera,
Uma promessa de beijos
Dois braços à minha espera
É uma casa portuguesa, com certeza!
É, com certeza, uma casa portuguesa!*

Na casa devoluta de São Roque, o registo hagiográfico estava em bom estado. Por falta de segurança, temia-se que viesse a ser furtado ou vandalizado.

Informado da situação, logo o padre José Luís Rodrigues tratou de obter autorização dos proprietários para salvaguardar o painel de azulejos, tendo sido colocado, em Maio deste ano, no alçado lateral poente (torre) da Igreja de São Roque. Com boa vontade, preservou-se, assim, um registo característico da arquitectura portuguesa.

Trata-se de um registo hagiográfico em formato oval recortado, com moldura policroma e figuração azul e branco, representando Nossa Senhora da Conceição. Na base, a moldura exterior é interrompida por cartela com a inscrição: *N.^A S.^A / DA / CONCEIÇÃO*. Executado pela *Fábrica Aleluia* de Aveiro, no século XX, é, por certo, posterior a 1946, ano da comemoração do 3.º centenário do decreto do rei D. João IV, que declarou Nossa Senhora da Conceição como Padroeira do Reino de Portugal. Nesse ano, a *Fábrica Aleluia* produziu registos invocativos desta efeméride com a inscrição: *1646 / 25 DE MARÇO / 1946*.

A *Fábrica Aleluia, Louças e Azulejos* foi fundada em 1917 por João Aleluia, ceramista, pintor e músico, e sucedeu à sua *Fábrica de Louça dos Santos Mártires, Ld.^a*

Na freguesia de São Roque, a devoção à Senhora da Conceição está também presente numa capela situada a pouca distância da referida casa devoluta. De facto, em 1700, o cônego António Lopes de Andrade mandou erguer, na sua propriedade, uma ermida com essa invocação. O troço do Caminho de São Roque, onde se localiza esta capela, era, até há alguns anos, denominado de *Ladeira da Conceição*. Ainda hoje, os moradores do *Chão do Carlinhos* promovem a festa da padroeira de Portugal no seu dia.

O *Descanso*

No tempo em que muito do que entrava em casa era transportado aos ombros, havia a necessidade de, ao longo do percurso, arriar, de vez em quando, a carga por alguns minutos, para recuperar energia e prosseguir a marcha.

Surgiram assim, em locais estratégicos, os *descansos*. Numa parede, rompia-se uma abertura em forma de meia-lua, a uma altura ideal para descarregar um cesto, fardo ou outro qualquer volume.

No Caminho das Romeiras, nas imediações da Igreja de Santo António, encontra-se, em bom estado de conservação, um dos poucos *descansos* que escaparam à implacável demolição. Um outro resiste, mas parcialmente adulterado, no Caminho do Lazareto.

De muitos não ficou qualquer registo. Foram demolidos, quando se construíram novos edifícios, sem sequer se ter a preocupação de tirar simples fotografia para memória.

O *descanso* de Santo António é um exemplar bem preservado desses úteis e ansiados lugares para quem, por caminhos e ladeiras, transportava aos ombros pesadas mercadorias.

Lembro-me de ver o distribuidor de pão, popularmente também chamado de padeiro, a arriar o cesto coberto com o pano branco num outro *descanso*, já desaparecido. Havia quem o esperasse ali para comprar o pão fresco.

O *descanso* era, inevitavelmente, um lugar de sociabilidade, propício para uma conversa acerca de novidades presenciadas ou conhecidas em outros caminhos ou uma bebida revigorante na mercearia ou taberna das redondezas.

Em frente da Igreja Velha de São Martinho havia um *descanso* num muro ocre, de superfície rugosa. Aqui aconteceu uma cena miraculosa, segundo minha tia Matilde (a Matildinha), que nasceu e, por muitos anos, morou neste sítio. Contou-me que dois carregadores, que levavam para o Estreito, uma caixa de madeira com uma escultura

de Nossa Senhora, pousaram, ao fim da tarde, o volume no *descanso* e dirigiram-se, de imediato, para a taberna.

Quando pretenderam retomar o percurso, a caixa pesava tanto que nenhum conseguiu levantá-la. Decidiram então ali pernoitar, mas logo um se lembrou de tentar colocar a carga em segurança, no interior da Igreja de São Martinho. Com este propósito, deitaram mãos à caixa e, para sua surpresa, conseguiram com facilidade deslocá-la, pois tinha o peso normal.

No outro dia, aprontaram-se, bem cedo, para se porem a caminho. Mas, quando um deles experimentou colocar a caixa sobre os ombros, não conseguiu levantá-la, devido ao peso excessivo. Várias tentativas foram feitas, mas sempre sem sucesso. A caixa parecia grudada no pavimento da Igreja. Interpretando esta situação como sinal divino anunciador de que a escultura de Maria pretendia ficar naquele templo, logo os dois homens deixaram ali a encomenda que transportavam, tendo um deles dito, com satisfação, que a falta de força, no dia anterior, para transportar caixa tão pesada, não fora dos muitos copos de vinho que havia tomado. Convicto, afirmava que o ocorrido tinha a mão de Deus.

Verificou-se depois que, no interior da caixa, estava uma estátua de roca, daquelas que são vestidas com trajes de tecido, para serem colocadas nos altares ou saírem nas procissões, de modo que a carga era leve.

Esta história irreal, há muito ouvida, é aqui lembrada para, afinal, documentar que estes *descansos* encerram vivências e vozes de um passado já distante, quando o transporte de mercadorias se fazia aos ombros em longas e difíceis jornadas, por caminhos íngremes e veredas tortuosas.

O *descanso* do Caminho das Romeiras é um exemplar raro desse mobiliário urbano com carácter utilitário, que existiu em muitas localidades da ilha da Madeira. Apesar de, na actualidade, não ter o préstimo para que foi construído, deve, todavia, ser preservado como Património Cultural da freguesia de Santo António. Constitui memória singular de um tempo, uma actividade e um sítio.

A Lamparina

As denominadas lojas dos chineses vieram disponibilizar, a preços módicos, muitos e diversos enfeites natalícios. Entre outros, vulgarizou-se o uso de velas artificiais na *lapinha* e gambiarras *led* por toda a casa.

Há anos as pirosas *searinhas* de plástico arredaram as naturais. Mais recentemente, a vela a pilhas, com ou sem oscilador de chama, tem vindo a substituir a tradicional lamparina que alumia o Menino Jesus.

O azeite está caro. Dá trabalho substituir o pavio, limpar a rodela de cortiça e repor o azeite. Mais prático é ligar o interruptor da vela. Consome pouco, produz luz duradoura e garante segurança. Simula uma lamparina.

São, sem dúvida, argumentos aceitáveis. Contudo, a luz do azeite confere magia à *lapinha*. Com a lamparina aprendi a compreender o significado do presépio.

O poeta madeirense Florival de Passos (1914-1989) invocou, com sentimento, a lamparina do Menino Jesus:

*Tão pequenina a luz! A luz de azeite
Que alumia Jesus. Tão pequenina!
E tudo tão modesto... A lamparina
De linda cor, mas sem nenhum enfeite.*

*Quadro perdido já da minha infância...
E tanta luz na minha vida toda...
E só aquela é que anda à minha roda...
Luz de azeite perdida na distância...*

Lembro-me de lamparinas com pavios naturais. Vizinhos que usavam cálices da erva-das-lamparinas, planta comum nos quintais e hortas, que servia também para infusões com fins medicinais.

Segundo Raimundo Quintal, trata-se da *Ballota nigra* subsp. *ruderalis* (Sw.) Briq., conhecida por marroio negro, erva-das-lamparinas ou erva-dos-pavios. Após a queda das corolas, as plantas mantêm os cálices. Depois de secos, eram utilizados como pavios nas lamparinas do Santíssimo e das *lapinhas*.

Na Madeira, o presépio é tradicionalmente denominado de *lapinha*, diminutivo de *lapa* com o significado de gruta. Apresenta duas variantes distintas: a *escadinha* e a *rochinha*. Pelo dia de Nossa Senhora da Conceição ou na primeira *Missa do Parto*, a *lapinha* costuma estar pronta.

A *escadinha* ostenta três lanços. Antigamente, utilizavam-se, para o efeito, as medidas de cereais: alqueire, meio e quarta. Com o fundo para cima, o alqueire servia de base. Sobrepunha-se-lhe o meio alqueire e, de seguida, a quarta. Estava, assim, montada a *escadinha*.

Normalmente, é forrada com papel – «papel de ramagens», conforme Horácio Bento de Gouveia – e disposta sobre uma cómoda ou uma mesa, coberta com uma toalha de linho bordada.

No topo da escada (ou trono), fica a imagem do Menino Jesus, rodeada por um arco de flores de papel e ladeada por duas jarras com junquinhos ou sapatinhos. Nos outros degraus, apresentam-se pastores (figuras de presépio), frutos (laranjas, tangerinas, peros, castanhas ainda nos ouriços, nozes...) e as *searinhas*.

É habitual também colocar um pão (*brindeiro*) e uma lamparina de azeite. Na parede, afixa-se um galho de alegre-campo e sobre a cómoda ou mesa não faltam as tradicionais *cabrinhas* e uma jarra com ensaião.

A *rochinha* é feita com papel pardo, pintado com viochene. Molda-se o papel em consonância com os volumes que esconde. Procura-se imitar montanhas, vales, fajãs e uma gruta. Recria-se a paisagem da Ilha. Gambiarras iluminam serras, chãos e caminhos.

Em tempos passados, as socas de canavieira serviam para moldar o papel pintado e salpicado de pós, coloridos e reluzentes, das *rochinhas* miniaturais, que se punham sobre mesas, arcas ou cómodas. Mas hoje estão a cair em desuso.

Armada a *rochinha*, dispõem-se as figuras de presépio, casas, igrejas e, por vezes, um coreto para a filarmónica; fazem-se caminhos, lagos, riachos, cascatas e levadas; dependura-se o alegre-campo na parede; distribuem-se as *searinhas*, o azevinho, as mimosas, o ensaião, os sapatinhos, as *cabrinhas* e outras verduras.

Na gruta, reproduz-se o cenário da natividade. Por fim, colocam-se os frutos da época e acende-se a lamparina junto do Menino na manjedoura.

A luz tremeluzente e ténue envolve o crente e dá especial encanto à *Festa*. Há quem reze, quem aconchegue a memória, se reconcilie ou se despeça. Estado de espírito que a lamparina de azeite favorece e dificilmente a vela artificial sugere.

Fórum *Funchal Notícias*

1. Surdo, mas é dos olhos. *Funchal Notícias*. (04-02-2015).
<https://funchalnoticias.net/2015/02/04/surdo-mas-e-dos-olhos/>
2. Imposição ou convite no PS-Madeira: contributo para a história. *Funchal Notícias*. (10-08-2015).
<https://funchalnoticias.net/2015/08/10/imposicao-ou-convite-no-ps-madeira-contributo-para-a-historia/>
3. A propósito do 6.º centenário do «descobrimento» e povoamento da Madeira: recuperar a memória: a Capela de São Paulo. *Funchal Notícias*. (08-02-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/02/08/a-proposito-do-6-o-centenario-do-descobrimento-e-povoamento-da-madeira-recuperar-a-memoria-a-capela-de-sao-paulo/>
4. A barricada. *Funchal Notícias*. (15-02-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/02/15/a-barricada/>
5. Para uma maior transparência nos apoios financeiros a projectos de interesse cultural. *Funchal Notícias*. (22-02-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/02/22/para-uma-maior-transparencia-nos-apoios-financeiros-a-projectos-de-interesse-cultural/>
6. Seminário da Encarnação: até à ruína total? *Funchal Notícias*. (01-03-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/03/01/seminario-da-encarnacao-ate-a-ruina-total/>
7. Esculturas há muitas...! *Funchal Notícias*. (08-03-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/03/08/esculturas-ha-muitas/>
8. Travessuras toponímicas. *Funchal Notícias*. (15-03-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/03/15/travessuras-toponimicas/>
9. As esculturas *andam*? *Funchal Notícias*. (22-03-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/03/22/as-esculturas-andam/>
10. Classificação das levadas. *Funchal Notícias*. (29-03-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/03/29/classificacao-das-levadas/>
11. Quinta da Piedade: até à ruína total? *Funchal Notícias*. (05-04-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/04/05/quinta-da-piedade-ate-a-ruina-total/>

12. Dia Internacional dos Monumentos e Sítios: o dia depois. *Funchal Notícias*. (19-04-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/04/19/dia-internacional-dos-monumentos-e-sitios-o-dia-depois/>
13. A Liberdade. *Funchal Notícias*. (26-04-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/04/26/a-liberdade/>
14. O 25 de Abril em Machico. *Funchal Notícias*. (03-05-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/05/03/o-25-de-abril-em-machico/>
15. Fátima. *Funchal Notícias*. (10-05-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/05/10/fatima/>
16. Levadas da Madeira: uma visão literária. *Funchal Notícias*. (17-05-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/05/17/levadas-da-madeira-uma-visao-literaria/>
17. Relógios de água. *Funchal Notícias*. (24-05-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/05/24/relogios-de-agua/?share=linkedin&nb=1>
18. Memória e História. *Funchal Notícias*. (31-05-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/05/31/memoria-e-historia/>
19. História do povo da Madeira no 25 de Abril. *Funchal Notícias*. (07-06-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/06/07/historia-do-povo-da-madeira-no-25-de-abril/>
20. A água limpa e o poço sujo. *Funchal Notícias*. (14-06-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/06/14/a-agua-limpa-e-o-poco-sujo/>
21. Silêncio comprometedor. *Funchal Notícias*. (21-06-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/06/21/silencio-comprometedor/>
22. O fim do mundo rural? *Funchal Notícias*. (28-06-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/06/28/o-fim-do-mundo-rural/>
23. Acerca do início das comemorações dos 600 anos do «descobrimento» do arquipélago da Madeira. *Funchal Notícias*. (05-07-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/07/05/acerca-do-inicio-das-comemoracoes-dos-600-anos-do-descobrimento-do-arquipelago-da-madeira/>
24. A propósito de uma sondagem... *Funchal Notícias*. (26-07-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/07/26/a-proposito-de-uma-sondagem/>
25. Parque Municipal do Monte. *Funchal Notícias*. (15-09-2017).

- <https://funchalnoticias.net/2017/09/15/parque-municipal-do-monte/>
26. Derrota do PSD. *Funchal Notícias*. (02-10-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/10/02/derrota-do-psd/>
27. A propósito do órgão novo da Sé do Funchal. *Funchal Notícias*. (25-10-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/10/25/a-proposito-do-orgao-novo-da-se-do-funchal/>
28. Da ‘Festa’, as vésperas. *Funchal Notícias*. (13-12-2017).
<https://funchalnoticias.net/2017/12/13/da-festa-as-vesperas/>
29. O Forte de S. João Baptista em Machico. *Funchal Notícias*. (17-01-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/01/17/o-forte-de-s-joao-baptista-em-machico/>
30. Separar as águas. *Funchal Notícias*. (21-01-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/01/21/separar-as-aguas/>
31. Fora de prazo. *Funchal Notícias*. (31-01-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/01/31/fora-de-prazo/>
32. Machico: o ‘dia do concelho’ em discussão. *Funchal Notícias*. (07-02-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/02/07/machico-o-dia-do-concelho-em-discussao/>
33. Três apontamentos sobre Património. *Funchal Notícias*. (08-04-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/04/08/tres-apontamentos-sobre-patrimonio/>
34. O grude. *Funchal Notícias*. (11-04-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/04/11/o-grude/>
35. A credibilização da política e das instituições. Assim não! *Funchal Notícias*. (15-04-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/04/15/a-credibilizacao-da-politica-e-das-instituicoes-assim-nao/>
36. Mobilidade: o exemplo das Canárias. *Funchal Notícias*. (22-05-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/05/23/mobilidade-o-exemplo-das-canarias/>
37. O contencioso da autonomia e a passadeira rosa. *Funchal Notícias*. (05-06-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/06/05/o-contencioso-da-autonomia-e-a-passadeira-rosa/>
38. «Descobrimento» do Porto Santo. *Funchal Notícias*. (18-07-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/07/18/descobrimento-do-porto-santo/>

39. Passeio do Lido. *Funchal Notícias*. (12-09-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/09/12/passeio-do-lido/>
40. «Fazer ouvidos de mercador». *Funchal Notícias*. (19-09-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/09/19/fazer-ouvidos-de-mercador/>
41. Recolhimento do Bom Jesus: até à ruína total? *Funchal Notícias*. (26-09-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/09/26/recolhimento-do-bom-jesus-ate-a-ruina-total/>
42. Três capelas: um destino?», *Funchal Notícias*. (03-10-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/10/03/tres-capelas-um-destino/>
43. Tradição inventada e História: a propósito das comemorações do «descobrimento» do Porto Santo. *Funchal Notícias*. (31-10-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/10/31/tradicao-inventada-e-historia-a-proposito-das-comemoracoes-do-descobrimento-do-porto-santo/>
44. Do agastamento do Senhor Infante na ilha do Porto Santo. *Funchal Notícias*. (06-11-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/11/06/do-agastamento-do-senhor-infante-na-ilha-do-porto-santo/>
45. *Os Mistérios do Funchal*. *Funchal Notícias*. (28-11-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/11/28/os-misterios-do-funchal/>
46. Registo de Nossa Senhora da Conceição. *Funchal Notícias*. (05-12-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/12/05/um-registo-de-nossa-senhora-da-conceicao/>
47. O Descanso. *Funchal Notícias*. (12-12-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/12/12/o-descanso/>
48. A Lamparina. *Funchal Notícias*. (19-12-2018).
<https://funchalnoticias.net/2018/12/19/a-lamparina/>